

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ – UFPI
CAMPUS UNIVERSITÁRIO MINISTRO PETRÔNIO PORTELLA
MESTRADO PROFISSIONAL EM FILOSOFIA – PROF-FILO**

ROGÉRIO SÉRGIO DOS SANTOS

**ENSINO DE FILOSOFIA NUMA PERSPECTIVA DA ÉTICA DAS VIRTUDES
ARISTOTÉLICA: UMA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO PARA O ENSINO MÉDIO.**

TERESINA

2021

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ – UFPI
CAMPUS UNIVERSITÁRIO MINISTRO PETRÔNIO PORTELLA
MESTRADO PROFISSIONAL EM FILOSOFIA – PROF-FILO**

ROGÉRIO SÉRGIO DOS SANTOS

**ENSINO DE FILOSOFIA NUMA PERSPECTIVA DA ÉTICA DAS VIRTUDES
ARISTOTÉLICA: UMA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO PARA O ENSINO MÉDIO.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Filosofia – PROF-FILO da Universidade Federal do Piauí, como requisito para obtenção do título de Mestre em Filosofia.

Orientador: Prof. Dr. José Renato de Araújo Sousa.

TERESINA

2021

FICHA CATALOGRÁFICA
Universidade Federal do Piauí
Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Humanas e
Letras Serviço de Processos Técnicos

S237e Santos, Rogério Sérgio dos.

Ensino de filosofia numa perspectiva da ética das virtudes
aristotélica: uma proposta de intervenção para o ensino
médio /Rogério Sérgio dos Santos. -- 2021.

123 f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Piauí,
Centro de Ciências Humanas e Letras, Programa de Pós-
Graduação Mestrado Profissional em Filosofia, 2021.

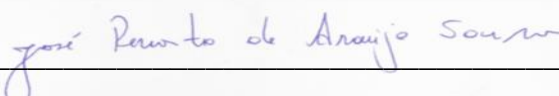
CDD 107

ROGÉRIO SÉRGIO DOS SANTOS

**ENSINO DE FILOSOFIA NUMA PERSPECTIVA DA ÉTICA DAS VIRTUDES
ARISTOTÉLICA: UMA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO PARA O ENSINO MÉDIO.**

Teresina, 13 de abril de 2021.

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. José Renato de Araújo Sousa (UFPI)

Presidente



Prof. Dr. Maria Cristina de Távora Sparano (UFPI)

Examinador Interno



Prof. Dr. José Elielton de Sousa (UFPI)

Examinador Externo

Dedico este trabalho em especial à memória de meu pai Antônio Pinheiro dos Santos, minha mãe Teresinha Maria dos Santos. Dedico também à minha esposa Maria da Conceição Lima Isaias, aos meus irmãos, Nájlá Pinheiro dos Santos e Ronaldo Adriano Pinheiro dos Santos, ao professor Doutor José Renato de Araújo Sousa e à Dra. Elnôra Maria Gondim pelo apoio e incentivo nessa trajetória de estudo.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiro a Deus, pois acredito em sua presença constante em minha vida.

Agradeço, especialmente, aos meus pais, pelo apoio e incentivo que sempre me deram durante toda minha trajetória estudantil. À minha esposa e aos meus irmãos por sempre me apoiarem em minhas decisões. Agradeço também às minhas amigas Sarah Mendes e Rosana Getirana pelo apoio e incentivo nesse curso.

Aos professores Luizir, Deyvison, Gildásio Guedes, Zilda e, em especial, aos Professores José Renato e Elnôra Gondim pelos conhecimentos compartilhados e pelas orientações que contribuíram para a construção desse trabalho. Ao eterno professor Sérgio Duarte que muito contribui ao PROF_FILO.

Aos irmãos colegas de sala, pela amizade e incentivo nessa caminhada, em especial: Emanuel Avelino, Kleber Farias, Rosana Bastos, Gleison Lima, Sr Feliciano e Sr Raimundo.

À minha tia Teresinha, tio Raimundo e primas Ana Célia e Andressa pelo apoio e carinho especial que sempre me deram durante todo o curso.

Enfim, a todos que contribuíram direto e indiretamente para a realização desse trabalho.

RESUMO

O presente trabalho intitulado ensino de filosofia numa perspectiva da ética das virtudes aristotélica como uma proposta para o ensino médio surge com o propósito de trazer para o meio escolar reflexões pautadas nos saberes éticos, a fim de ampliar os debates em sala de aula sobre a temática. A construção da pesquisa se deu a partir da problemática com as seguintes questões: como a ética das virtudes pode dar conta dos problemas éticos existente no espaço escolar e/ou na sociedade? É possível trabalhar uma ética clássica nos dias atuais sem transpor ideias prontas ou doutrinar? Como construir saberes éticos no ensino médio a partir de uma intervenção filosófica? Como a ética das virtudes pode contribuir para o exercício da cidadania? Como tentativa de dar respostas para tais questões, desenvolvemos os seguintes objetivos. Construímos com objetivo geral: promover uma ação intervencionista através da prática docente em filosofia, no nível médio da Escola Família Agrícola Santa Ângela. Para os objetivos específicos temos: trabalhar no contexto escolar a partir de uma reflexão sobre a ética das virtudes aristotélica em sala de aula com os discentes; discutir sobre a ética das virtudes aristotélica no ensino de filosofia e utilizar, através de estratégias de ensino, a reflexão e o diálogo sobre a perspectiva das virtudes ética aristotélica como possível evolução crítica reflexiva dos discentes. A pesquisa se desenvolve a partir de um estudo teórico baseado numa análise bibliográfica em livros, artigos, periódicos, dissertações, teses e de um estudo prático em campo, com uma pesquisa-ação, através da execução de uma proposta de intervenção filosófica na sala de aula. O trabalho em prática tem um caráter filosófico de cunho qualitativo, pautado na obra *ética a Nicômaco* de Aristóteles, assim como de outros comentadores que discutem o tema. Optou-se em trabalhar tal temática numa proposta de intervenção, por achar ainda que a escola é o melhor lugar para se discutir os valores éticos e por acreditar que trabalhar nessa perspectiva possa estimular os discentes a refletir sobre os problemas éticos que afetam a relação de convivência no espaço escolar e sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino. Filosofia. Ética. Virtudes.

ABSTRACT

The present work entitled Philosophy teaching from an Aristotelian virtue ethics perspective as a proposal for high school emerges with the purpose of bringing reflections based on ethical knowledge to the school environment, in order to broaden the classroom debates on the theme. The construction of the research took place from the problematic with the following questions: how can the ethics of virtues account for the ethical problems existing in the school and / or society? Is it possible to work with a classic ethics today without transposing ready-made ideas or indoctrinating? How to build ethical knowledge in high school from a philosophical intervention? how can virtue ethics contribute to the exercise of citizenship? In an attempt to answer such questions, we have developed the following objectives. The general being promoting an interventionist action through the teaching practice in philosophy, at the middle level of the Escola Família Agrícola Santa Ângela. And specific, working in the school context from a reflection on the ethics of Aristotelian virtues in the classroom with students; discussion on the ethics of the Aristotelian virtues in the teaching of philosophy and the use through teaching strategies, reflection and dialogue on the perspective of the Aristotelian ethical virtues as a possible critical reflexive evolution of the students. The research develops from a theoretical study based on a bibliographic analysis in books, articles, periodicals, dissertations, theses and a practical study in the field, with an action research, through the execution of a proposal of philosophical intervention in the classroom. The work in practice has a qualitative philosophical character, based on the Aristotle's Nicômaco ethical, as well as other commentators who discuss the theme. It was decided to work on this theme in an intervention proposal, as it still believes that the school is the best place to discuss ethical values. And because I believe that working in this perspective can encourage students to reflect on the ethical problems that affect the relationship of coexistence in the school and society.

KEYWORDS: Teaching. Philosophy. Ethic. Virtues.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1 MORALIDADE COMO EMPREENDIMENTO HISTÓRICO	14
2 A RELAÇÃO ENTRE VIRTUDE / RAZÃO E FELICIDADE (EUDAIMONIA)	16
2.1 A felicidade suprema é resultado da ação virtuosa.....	19
2.2 O bem final é interno.....	23
2.3 Fim natural do homem e atividade racional	27
2.4 Como as virtudes podem contribuir para felicidade comunitária	30
3 ÉTICA DAS VIRTUDES	34
3.1 Virtude intelectual.....	40
3.1.1 Prudência/sabedoria prática	43
3.1.2 Ação voluntária e involuntária	48
3.1.3 Ação deliberada	52
3.2 Virtudes morais	55
3.2.1 A justa medida como uma medida certa a ser tomada no âmbito da moral..	63
3.2.2 Espécies de virtudes morais aristotélicas	65
3.2.3.1 Virtude da justiça.....	70
3.2.4.2 Virtude da Amizade.....	73
4 ENSINO DE FILOSOFIA	80
4.1 A ética no ensino de filosofia.....	83
4.2 Ensino de filosofia a partir de uma relação com os clássicos	84
4.3 O ensino de filosofia numa perspectiva ética aristotélica	89
4.4 Novo conjunto de virtudes contemporânea.....	97
5 METODOLOGIA DA PESQUISA	104
5.1 Da natureza da pesquisa	105
5.2 Proposta metodológica de intervenção	105
5.3 Dos procedimentos para execução de uma intervenção	106
5.3.1 Planejamento das ações desenvolvidas	109
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	111
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	114

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa intitulada Ensino de Filosofia numa perspectiva da Ética das virtudes aristotélica como uma proposta para o ensino médio surge com o propósito de trazer para o meio escolar reflexões pautadas nos saberes éticos, a fim de ampliar os debates em sala de aula sobre a temática. Mesmo a ética sendo abordada nos livros didáticos para o ensino médio das escolas brasileiras e, embora ela apareça nos documentos legais com grande importância para a cidadania, essa ainda é uma temática pouco debatida em sala de aula, pois mesmo a ética podendo ser abordada como um tema transversal, permanece aquela velha concepção de que ela seja uma tarefa apenas da Filosofia. Bastos (2017) considera que a ética sendo um conjunto de valores, ela norteia nosso comportamento na sociedade e deve ser trabalhada nos estabelecimentos de ensino com intuito de formalizar o bem social, no entanto, ele alerta que são raras as vezes que tal temática é discutida no currículo.

Tendo em vista isso, trabalhamos nessa pesquisa a problemática com base nas seguintes questões: como a ética das virtudes pode dar conta dos problemas éticos existente no espaço escolar e/ou sociedade? Como trabalhar uma ética clássica nos dias atuais sem transpor ideias prontas ou doutrinar? Como construir saberes éticos no ensino médio a partir de uma intervenção filosófica? Como a ética das virtudes pode contribuir para o exercício da cidadania?

Atualmente se fala muito sobre o tema, mas na prática é superficialmente abordada. Trazer uma discussão ética para sala de aula como proposta de intervenção demonstra ser mais uma forma de aprofundar e ampliar os conhecimentos dos discentes sobre o tema, esperando-se desse modo que tais discentes possam perceber o valor e a importância que a ética tem em suas vidas como cidadãos políticos.

Portanto, a pesquisa tem como objetivo geral uma proposta de ação intervencionista a partir de uma perspectiva da ética das virtudes aristotélica no ensino de filosofia, através da prática docente em filosofia, no nível médio da Escola Família Agrícola Santa Ângela. Com a ética das virtudes aristotélica no ensino de filosofia, acredita-se que seja possível uma metodologia para se pensar uma nova maneira de trabalhar ética na escola, a fim de se refletir nessa perspectiva o respeito mútuo, o diálogo e a solidariedade como virtudes para o exercício da ética e da cidadania.

Tendo em vista o que foi proposto no objetivo geral, propõe-se trabalhar no contexto escolar a partir de uma reflexão sobre a ética das virtudes aristotélica em sala de aula com os discentes; discutir sobre a ética das virtudes no ensino de filosofia e a utilizar, através de estratégias de ensino, a reflexão e o diálogo sobre a perspectiva da ética das virtudes como possível evolução crítico-reflexiva dos discentes na atualidade.

Para alcançarmos os objetivos propostos, desenvolvemos uma metodologia de caráter qualitativo sem intenção de quantificar dados da experiência, com uma abordagem teórica e prática, por se tratar de um trabalho com proposta de intervenção prática no ambiente escolar, isto é, configurada a partir de uma análise bibliográfica em consonância com uma pesquisa-ação.

Desse modo, é importante darmos ênfase ao conceito da ética das virtudes no ensino de filosofia, já que esse é o foco das discussões nesse trabalho de proposta interventiva filosófica. Por esta pesquisa ter um caráter filosófico, optou-se por trabalhar essa temática, acreditando-se que ela possa desenvolver nos alunos elementos possíveis para a compreensão dos valores éticos na escola e na sociedade.

Optou-se também em trabalhar esse tema como proposta de intervenção, por achar ainda que a escola é o melhor lugar para se discutir os valores éticos e por compreender que trabalhar numa perspectiva da ética das virtudes aristotélica possa estimular os discentes a refletir sobre os problemas éticos que afetam as suas relações interpessoais. Sendo assim, espera-se que os discentes possam levar tais valores éticos para além dos muros da escola.

A ética das virtudes aparece com um propósito de “ensinar” bons modos para uma vida justa, baseado no caráter. É uma ética ligada à importância do hábito, adquirida por meio de uma prática de vida, de exercícios contínuos. Além do mais, é uma ética que implica uma ação racional, refletida, e que tem o propósito de nos educar para evitar os vícios e alcançarmos o caminho para uma vida justa e feliz (GALLO, 2016).

A partir desses pressupostos, considera-se que trabalhar a relação da ética das virtudes com o ensino de filosofia atualmente é um ótimo aporte teórico para se pensar novas estratégias sobre a nossa realidade, pois sua ética ainda se mantém muito atual.

Tomada a reflexão dessa filosofia aristotélica com a ideia de intervenção no ensino de filosofia, achamos ser um novo meio de trabalhar de forma mais consistente, diferente daquela velha filosofia hermética trabalhada atualmente no ensino de filosofia de nossas escolas. Não defendemos aqui com essas ideias aquele modelo de filosofia tradicional trabalhada de forma doutrinária, mas uma proposta de trabalho filosófico que possa despertar nos discentes a curiosidade para um novo jeito de pensar os valores éticos e o fazer filosófico. Diante disso, acredita-se que essa filosofia possa estimular os alunos à busca do autoconhecimento, da reflexão crítica sobre as virtudes para uma vida justa e feliz, bem como para o amadurecimento das relações interpessoais.

A ética das virtudes do meio termo, embora escrita há muito tempo numa sociedade diferente da atual, ainda se mostra viável para se trabalhar, relacionando-a com o ensino de filosofia e considerando-a importante na “preservação” de alguns valores humanos, bem como um mecanismo de orientações para nossas ações como seres éticos na escola e na sociedade.

Portanto, devemos também fazer alusão ao mestre Aristóteles para que de início o leitor possa compreender um pouco do legado deixado na obra estudada.

É importante deixarmos claro que Aristóteles deixou um vasto legado para diversas áreas do conhecimento e, no campo da ética, não foi diferente, pois ele escreveu grandes obras como *Magna Moralia*, *Ética a Eudemo* e *Ética a Nicômaco*, sendo essa última o foco de estudo de nossa pesquisa. Todas essas obras deixaram um aporte teórico de grande relevância para uma vida social estruturada, porém optamos por desenvolver um estudo com base em *Ética a Nicômaco* por ser um livro não tanto complicado e por achar que não seria possível abordar com eficiência todo esse vasto legado numa única pesquisa, além de nessa obra encontrarmos os elementos necessários para o desenvolvimento de nosso trabalho de intervenção.

Assim, é importante começarmos essa parte refletindo sobre o pensamento de Hughes (2001, p.13, tradução nossa) quando ele diz que “Aristóteles esperava fornecer uma conta de como a boa pessoa deve viver e como a sociedade deve ser estruturada para tornar possível essa vida”.¹

¹He hoped to provide an account of how the good person should live, and how society should be structured in order to make such lives possible.

Hughes (2001, p.17, tradução nossa) ressalta ainda que “o objetivo da ética aristotélica não é apenas ensinar teorias às pessoas, mas ajudar as pessoas a se tornarem boas. Enquanto de certa forma isso pareça bastante justo, embora talvez a ênfase não seja aquela que sempre seria encontrada nas aulas de filosofia hoje em dia”².

Sobre o que Hughes diz, é evidente na obra *Ética Nicomaqueia*, pois lá podemos encontrar subsídios, ou diria, aconselhamentos importantes que norteiam nossas vidas para sermos bons cidadãos e agirmos corretamente na sociedade da qual estamos inseridos. Podemos considerar a *ética Nicomaqueia*, com base na Literatura, como um dos maiores tratados sobre ética da história da filosofia. Lá, ele nos mostra os meios necessários de como uma pessoa deve viver para ter uma vida justa e feliz conforme os ditames da ética, haja vista que, segundo o mestre, a ética é de extrema importância para uma vida política.

Aristóteles começa o livro tratando daquilo que ele considerava o bem maior do ser humano que é a eudaimonia, esse bem, segundo ele, não era qualquer bem, mas era resultante da atividade virtuosa, isto é, o ser humano age conforme as virtudes para assim alcançar um bem final que ele chamava de felicidade. Como sua ética é teleológica, as ações humanas são sempre em busca de uma finalidade. E “Esta finalidade está presente, segundo Aristóteles, em todas as atividades humanas que tem como alvo a busca do “bem”. No caso da ética, o bem é uma maneira de preparar o indivíduo para viver na *pólis*” (AMARAL et al, 2012, p.12).

A noção de felicidade é tratada tanto no livro I quanto no livro X da obra, porém sabendo que não tem como falar em ética das virtudes sem falar de felicidade. Desenvolvemos na pesquisa o segundo capítulo sobre a relação das virtudes e a felicidade, já que elas têm uma relação estreita.

É partindo desse pressuposto que discutiremos sobre a ética das virtudes a fim de compreender como elas contribuem para uma vida boa socialmente.

Pelo que observamos na obra *ética Nicomaqueia*, Aristóteles nos mostra a importância da ética para o bem da cidade. A ciência ética funciona com uma relação estreita com a política, sendo esta última considerada por ele como a ciência maior, entretanto, a ética dentro dessa relação se faz subordinada à política. Vemos que essa

²Aristotle's aim in writing the *Ethics* is not just to teach people theory, it is to help people to become good. While in a way that seems fair enough (though perhaps the emphasis is not one which would always be found in moral philosophy lectures nowadays!),

relação é crucial quando percebemos que se indivíduos agem conforme a ética das virtudes, têm como resultado um bem chamado por ele de eudaimonia, ou seja, felicidade. Cabe enfatizarmos que esse bem não é individual, mas um bem da *pólis*, uma vez que a ética aqui é pensada para o bem comum da *pólis*, já que é uma ética comunitarista.

Pensar num bem comunitário dessa forma é pensar num bem comum. Há, porém, um grande problema que podemos observar em sua obra é que esse bem comum é excludente quando extingue os escravos e bárbaros. É evidente que tal ética depende muito do contexto em que foi escrita e, portanto, naquela época essas duas classes eram excluídas.

A ética aristotélica, como dito anteriormente, tem uma relação estreita com a realidade da *pólis*, política e educação. E essa, segundo Barreiro, mostra-se importante para trabalharmos no campo educacional, sob uma perspectiva de formação moral, que possibilita o indivíduo avaliar as circunstâncias concretas que envolve uma ação, sendo possível refletir sobre o conceito de ética e virtude, podendo assim influenciar as relações entre alunos e professores na sala de aula (BARREIRO, 2017). Tendo em vista essa relação, através da análise da obra ética a Nicômaco, pretende-se criar a partir desta pesquisa um ambiente que dê subsídios para pensarmos num espaço escolar em que se possa fazer uma reflexão crítica relacionada à ética das virtudes.

Entretanto, temos um problema que nos inquieta, que é como usar tal pensamento atualmente, uma vez que as virtudes Aristotélica foram pensadas num contexto muito diferente do nosso? Portanto, ao longo do trabalho, a resposta a tal problema será dada especialmente no item 4.4, a partir da proposta de um conjunto de virtudes com intuito de dar conta dos problemas éticos atualmente, já que algumas das virtudes propostas por Aristóteles não são válidas para a nossa realidade.

Assim sendo, para o desenvolvimento da pesquisa, a estruturamos da seguinte forma: no primeiro capítulo abordamos a moralidade como empreendimento histórico. Nessa parte mostramos que a moral muda com o tempo, pois é resultante de um fato histórico já que o ser humano muda no decorrer de sua existência. Fizemos isso para não correremos o risco de transpormos saberes éticos prontos para um contexto diferente sem antes compreendermos esse processo.

No segundo capítulo apresentamos a relação entre virtude, razão e felicidade, por compreendermos que na visão do mestre a ética era teleológica e tinha como fim

a felicidade, sendo que essa felicidade era alcançada através de uma ação racional virtuosa. O mestre aborda no primeiro livro da obra que o que iria determinar a felicidade na *pólis* era o resultado de uma ação virtuosa do indivíduo, e que para essa ação ser moralmente correta, era preciso o uso da racionalidade, controlando a parte irracional da alma composta pelos impulsos, desejos e paixões. Assim, nessa parte é abordado os seguintes pontos: A felicidade suprema é resultado da ação virtuosa; O bem final é interno; O fim natural do homem e a atividade racional e como as virtudes podem contribuir para a felicidade.

No terceiro capítulo é feito uma abordagem sobre os dois tipos de virtudes, conforme abordado no livro II da ética a Nicômaco, em que, inicialmente, faz -se uma alusão às virtudes intelectuais que se constituem na parte intelectual da alma e essas são adquiridas, sobretudo, através da educação. Nessa parte, discute-se sobre a prudência, ação voluntária, involuntária e ação deliberada. As virtudes morais vemos que são resultantes do treinamento do hábito, ligada a parte apetitiva da alma. Nessa parte, aborda-se um conjunto de virtudes propostas pelo mestre. É feito também uma discussão sobre a justa medida como a medida certa a ser tomada no âmbito da moral.

No quarto capítulo apresentamos o ensino de filosofia. Nessa parte é abordado A ética no ensino de filosofia; O ensino de filosofia a partir de uma relação com os clássicos e o ensino de filosofia na perspectiva da ética das virtudes aristotélica, além de um novo conjunto de virtude com tentativa de dá conta da moral no atual contexto.

No quinto capítulo é trabalhado a proposta de intervenção filosófica com pesquisa-ação no âmbito teórico e prático na escola Família Agrícola Santa Ângela.

1 MORALIDADE COMO EMPREENDIMENTO HISTÓRICO

Nessa primeira parte do trabalho achamos necessário fazermos uma apresentação da moralidade como sendo um fato histórico fruto do aprendizado e convívio humano, a fim de mostrar que não nascemos como ser moral, pois as normas e princípios morais são adquiridos e construídos a partir do momento em que nos encontramos inseridos no meio social. Assim, “a ética é compreendida como resultado de um processo histórico e não como um produto dado exclusivamente pela natureza” (TELES, 2010, p.517). Aristóteles nos diz que a natureza apenas nos torna adaptados a recebê-la, ou seja, nascemos com essa potencialidade, mas construímo-la no convívio social (ARISTÓTELES, EN, 1103 a-b).

Quando o ser humano nasce dispõe de características biológicas para a vida, mas é preciso fornecer-lhes meios para que desenvolva sua capacidade intelectual, afetiva, psíquica e moral para que esse tenha um relacionamento adequado com os outros no meio social (RODRIGUES, 2001). O ser humano, diferente dos outros animais, ao nascer será transformado, pois terá uma formação que fará passar do estado de natureza para um mundo cultural que não é fixo e imutável, mas em constante mutação. Essa formação é resultante de um ato intencional denominado de educação (RODRIGUES, 2001).

Assim, segundo Rodrigues (2001, p.240)

a Educação é necessária para que o ser Homem seja constituído. O Homem não se define como tal no próprio ato de seu nascimento, pois nasce apenas como criatura biológica que carece se transformar, se recriar como ser humano. Esse ser deverá incorporar uma natureza em tudo distinta das outras criaturas. Ao nascer não se encontra equipado nem preparado para orientar-se no processo de sua própria existência.

Conforme o exposto acima percebe-se que o ser humano precisa de uma formação para ser constituído como ser moral, já que não nasce com essa formação. Ele vai se constituindo conforme a sua vivência no meio em se encontra inserido. “Em resumo, a moral seria resultante de uma necessidade histórica de construção de um modelo de relação social que indicaria a maneira mais coerente do indivíduo agir dentro de um grupo” (TELES, 2010, p.514).

Dessa forma, a moral surge na concepção de Vásquez quando o homem sai do estado natural, instintivo e passa a assumir uma postura social, isto é, quando faz parte de um grupo social, pois estando inserido nesse meio, a moral exige como regulamentação do comportamento dos indivíduos que esses estejam em relação com os demais e que tenham consciência dessa relação para que se comportem conforme as normas vigentes (VÁSQUEZ, 1969). “A moral nasce com a finalidade de assegurar a concordância do comportamento de cada um com os interesses do coletivo” (IDEM, 1969, p.28). Com a coletividade do trabalho humano e a vida em sociedade precisa-se da moral como uma forma de ajustamento do comportamento de cada membro aos interesses da comunidade. Daí, considera-se o que é bom e que contribui para a união da coletividade e, de forma contrária, considera-se que é mau o que desabilita a união da coletividade. É o que podemos chamar de virtude e vícios (VÁSQUEZ, 1969).

Mas é importante ressaltarmos que essa moral muda com o tempo, pois é resultante de um fato histórico, já que o ser humano muda no decorrer de sua

existência e, assim, a moral muda em consonância com o mesmo. “Ela não é estática, como não são estáticas as culturas e nem os agrupamentos sociais. Ela pressupõe a existência de um sujeito ativo que reconstrói em si mesmo estas regras através de um processo dinâmico de reelaboração interna” (TELES,2010, p.514). E a moral sendo um fato histórico, a ética como ciência da moral precisa concebê-la como fruto de uma realidade mutável no tempo (VÁSQUEZ, 1969).

A moral é histórica precisamente porque é um modo de se comportar de um ser humano que por natureza é histórico, ou seja é um ser cuja característica é a de estar fazendo ou se autoproduzindo constantemente tanto no plano de sua existência material prática como espiritual (VASQUEZ, 1969, p.25).

Com o passar do tempo as sociedades mudam e os seres humanos também, e como lógica, as questões éticas passam também por esse processo de mudanças, por isso antes de introduzirmos o assunto achamos melhor focarmos inicialmente sobre a moral como empreendimento histórico que é fruto do aprendizado humano, para que possamos apresentar ética Nicomaqueia Aristotélica.

Conforme Aristóteles apresenta em seu livro *Ética a Nicômaco*, o processo de construção moral do ser humano é fruto da educação e do hábito, pois o ser humano não nasce com essa formação, mas com uma predisposição para a moral (ARISTÓTELES, EN, 1103 a). Essa formação acontece durante a vida na *pólis*. É ela que vai preparar o indivíduo para uma vida política na *pólis*. Essa formação propicia através das virtudes a vida justa e feliz para o homem, isto é a vida boa.

2 A RELAÇÃO ENTRE VIRTUDE / RAZÃO E FELICIDADE (EUDAIMONIA)

No livro *ética a Nicômaco*, Aristóteles começa fazendo uma discussão sobre a busca de uma definição do fim último do ser humano, ou seja, o bem supremo pelo qual todo homem aspira. Não tem como falar de ética das virtudes sem mencionar esse bem final conhecido como felicidade e da relação que ele tem com a razão e a virtude. Vendo assim, percebemos que a felicidade não se constitui sozinha, mas necessita de tais elementos para existir. E nesse texto mostraremos como esses elementos formam a felicidade.

Segundo Zingano (2010, p.228), “Aristóteles define a felicidade como atividade da alma expressando razão e virtude. A felicidade requer as melhores atividades que atualizem as capacidades do indivíduo e as melhores atividades serão as que melhor expressam a razão prática”. A felicidade só é alcançada pelo exercício da razão

virtuosa, de modo que toda ação humana é com o propósito de alcançar a felicidade. Segundo Aristóteles (ARISTÓTELES, EN, 1094 a-17), “toda arte e toda indagação, assim como toda ação e todo propósito visam algum bem, ou seja, o bem é tudo aquilo a que todas as coisas visam”.

Conforme Martins (1994), para Aristóteles o homem nas mais diversas atividades que pratica cotidianamente, seja no campo teórico, prático ou poético está em busca deste bem que é um fim em si mesmo. Para Aristóteles se existe para as ações que praticamos algum fim que desejamos por si mesmo, sendo tudo desejado por causa dele mesmo e não por causa de algo mais, esse fim deve ser o bem e por assim dizer, o melhor de todos os bens (ARISTÓTELES, EN, 1094 a). Se este não for um fim em si mesmo seria, como dizia Aristóteles, o processo prosseguiria até o infinito ao ponto que nossos desejos seriam vagos e vão.

Partindo dessa análise da ação humana em busca desse bem final, é importante ressaltarmos que diante de uma pluralidade de fins que tendem as coisas, esse fim que buscamos não é qualquer um, mas um fim último em si mesmo, que chamamos de felicidade, que para os gregos era *eudaimonia*. Ainda mais, esse fim deve ser ligado a atividade racional, pois assim é essencial para nos libertarmos de alguns ditos fins que nada mais são, na concepção do mestre de Estagira, do que meios para alcançar outros fins. Podemos citar como exemplos as honrarias e riquezas que para muitos são consideradas como felicidade, sendo que elas são apenas bens relativos, já que são meios ou pré-requisitos para atingir o bem maior.

Conforme Aristóteles (ARISTÓTELES, EN, 1096 a, 20), “a vida dedicada a ganhar dinheiro é vivida sob compulsão e, obviamente, ela não é o bem que estamos procurando”. Martins (1994) demonstra a partir de seu estudo que a felicidade só pode consistir numa função própria do homem. Essa função não diz respeito às características vegetativa e sensorial, pois essas pertencem também aos outros seres vivos. Tal função deve ser ligada à razão humana.

A felicidade (*eudaimonia*), assim como toda filosofia aristotélica, é marcada por esse senso teleológico. Todas ações humanas e todos os fins particulares a que ela corresponde tenderão a esse fim (SILVA, 1998). “Nas ações humanas tudo está orientado a um bem como seu fim, e esse bem deverá ser uma atividade do real” (PERINE, 2006, p.71). Assim, esse bem tem uma forte relação com as virtudes, pois o bem final acontece como resultante do exercício da atividade virtuosa fruto da ação humana na comunidade que este habita.

Segundo Martins (1994, p.197),

a *eudaimonia* é o fim (*telos*) de toda a ação humana na medida em que não é possível assinalar nenhum objetivo superior/ /melhor à práxis humana. Neste sentido ela é o *limite* de toda a ação humana, mas isto não implica que a *eudaimonia* seja o fim perseguido (e eventualmente alcançado) de todas as ações humanas singulares.

A *eudaimonia*, mais comumente traduzida para o nosso contexto como felicidade, mostra-se como fim superior e melhor de toda a prática humana, sendo essa felicidade fruto da relação com atividade virtuosa humana.

A ética das virtudes tem a felicidade como o bem maior da vida moral, pois o ser feliz constitui necessidade essencial na realização do ser humano. Desse modo, podemos afirmar que na concepção aristotélica, o indivíduo que pratica atos virtuosos, ações nobres, estende essas ações a fim de alcançar a felicidade. Em conformidade com essas ideias, Gallo (2006) diz que a finalidade de nossa vida é ser feliz, o bem é a finalidade de toda ação humana.

A busca incessante do homem pelo bem é o que diferencia o homem dos outros animais. Essa diferença acontece graças a capacidade racional que só o homem tem, já que nós somos capazes de planejar nossas ações, de realizar escolhas e julgar determinando seu valor. É nessa capacidade racional que consiste a ética das virtudes que guia o indivíduo em suas ações e que define a humanidade, é o que faz o homem não ser um mero animal irracional, isto é, a sua perfeição consiste na atividade racional (PERINE, 2006). É essa capacidade racional que o homem possui que faz superar as fronteiras da animalidade natural instintiva rumo à vida moral através de suas ações práticas na comunidade da qual está inserido.

As ações virtuosas não se produzem por natureza, mas pelas ações práticas cotidianas. E as mais valiosas dentre elas são mais duráveis, porque os homens felizes dedicam os dias de sua vida a essa prática. E essa parece ser a razão pela qual sempre nos lembramos deles. O homem bom, que pratica ações boas, sempre é lembrado por elas, assim também como por ações más, porém é melhor sermos lembrados por boas ações do que por ações más, já que são as más que nos fazem seres imorais.

As ações virtuosas são atributos que pertencerá ao homem feliz e que o fará assim durante a vida, porque ou de preferência a qualquer outra coisa, estará empenhado na ação ou na contemplação virtuosa e suportará as vicissitudes que atormentam nossas vidas, pois são essas que nos desviam do caminho do bem.

Preceitua-se na ética das virtudes aristotélica que o homem precisa viver de modo a conquistar o bem-estar. Os homens devem se respeitar vivendo eticamente, praticando ações que sejam justas e boas conforme a razão, ou seja, o homem no convívio com os seus semelhantes deve primar pela construção de uma vida feliz (ROCHA, 2009).

Desse modo, para alcançarmos as virtudes, segundo Aristóteles, é preciso sobretudo do uso da razão, principal meio do saber para distinguir o certo do errado, o justo do injusto. Sabendo que homem é o único animal dotado de razão, precisa ter uma boa conduta para poder alcançar a felicidade. Assim, quanto ao uso racional devemos destacar aqui o pensamento de Veatch (2006), em conformidade com o mestre de Estagira, quando afirma que o nosso bem humano é a vida prática do homem que possui razão, ou seja, viver conforme o princípio racional, pois é essa característica distintiva, nossa capacidade racional que caracteriza a modalidade por meio do qual o desenvolvimento de outras faculdades ligada ao prazer, por exemplo, possa ser bem-sucedida.

Para isso, o homem precisa ter uma conduta baseada na prudência ou na ética do meio termo, uma ética do equilíbrio entre o excesso e a falta. É na mediania que se encontram as virtudes para uma vida justa e feliz e as ações humanas devem estar ligadas a esse equilíbrio entre os extremos, pois é nesses extremos que se encontram os vícios citados por ele como a ruína do ser humano. Desse modo, sabendo da importância das virtudes para a vida justa e feliz, discutiremos a seguir como se dá essa relação no campo da moral.

2.1 A felicidade suprema é resultado da ação virtuosa

Aristóteles fala na *Ética a Nicômaco* do bem que buscamos por toda nossa vida e deixa evidente que dos mais diversos tipos de bens, o que buscamos alcançar é o bem supremo. Segundo o autor (ARISTÓTELES, EN,1097 b), se há só um bem final, esse será o que estamos procurando, e se há mais de um, o mais final dos bens será o que estamos procurando.

É isso que o autor chama de bem absoluto ou felicidade suprema, pois é um bem desejável em si mesmo e nunca por causa de algo mais (ARISTÓTELES, EN, 1097b). Daí a confirmação de que esse é um bem supremo, diferente das honrarias, prazer e inteligência, assim como outras formas de excelências que, embora escolhidas em si mesma, nós escolhemos por causa da felicidade (ARISTÓTELES,

EN,1096 a). Alcançada a felicidade, podemos afirmar sua autossuficiência por ser definida como autônoma por não ser carente de nada mais.

Hughes (2001), nessa mesma concepção, nos mostra a autossuficiência da *eudaimonia* quando diz que se os exclusivistas perguntam porque Aristóteles afirma essa autossuficiência, em que nada pode mais ser adicionado a ela, ele responderia que nada pode ser adicionado porque ela já contém todos os bens. A *eudaimonia* já é o pacote todo formado que não necessita mais de nada.

Vemos aqui que a tal felicidade que o mestre fala, além de ser autossuficiente, não pode ser algo passageiro como muitas concepções já citadas ao longo do texto, pois é um erro, segundo Silva (2016), pensar assim essa tal felicidade, já que não pode ser efêmera, pois é um bem autossuficiente e completo e não algo superficial. Isso dá a garantia de que é algo muito maior do que as mais diversas concepções que se pensam. Silva (2016) ainda diz que a felicidade não pode se quer ser equiparada a outros tipos de bens, haja vista que essa é por si mesma o bem que organiza os demais bens existentes. Citemos como exemplo disso a fala de Zingano que diz o seguinte:

[..] pode haver uma profusão de coisas (como prazer e a virtude que valoramos por elas mesmas, mas, apesar disto, dizemos também que as valoramos e em vista da eudaimonia, ao passo que ninguém jamais busca a eudaimonia em vista de algumas delas (ou em geral, em vista de qualquer outra coisa que não a própria eudaimonia. (ZINGANO, 2010, p.110).

A felicidade é um bem superior, pois é um fim alcançado e não um meio para alcançar algo. Quando o indivíduo atinge a felicidade não existe nenhum grau a mais a se buscar, porque a felicidade é um fim em si mesmo.

Para Aristóteles (ARISTÓTELES, EN,1095 a-19).

Há divergências em relação ao que seria esse bem final. A maioria das pessoas não sustenta opinião idêntica a dos sábios. A maioria pensa que se trata de algo simples e obvio, como o prazer, a riqueza ou as honrarias; mas até as pessoas componentes da maioria divergem entre si, e muitas vezes a mesmas pessoas identifica o bem com coisas diferentes, dependendo das circunstâncias- com a saúde, quando ela está doente, e como riqueza quando ela empobrece; cômicas, porém, de sua ignorância, elas admiram aqueles que propõem alguma coisa grandiosa e acima de sua compreensão. Há quem pense que além desses muitos bens há outro, bom para si mesmo, e que também é a causa de todos os outros. Seria talvez infrutífero, de certo modo examinar todas as opiniões sustentadas a este respeito.

Pelo que percebemos, existem diversas concepções e divergências acerca do bem. E muitos se enganam se pensam que o tal bem se restringe a coisas exteriores como riquezas e honrarias ou mesmo ao prazer, pois esses são apenas elementos constituintes do bem final pelo qual o mestre fala.

Ainda conforme o mestre (ARISTÓTELES, EN,1097 b- 24),

[...] julgamos a mais desejável de todas as coisas não uma coisa considerada boa em correlação com outras- se fosse assim ela se tornaria obviamente mais desejável mediante a adição até do menor dos bens, pois esta adição resultaria em um bem total maior, e em termos de bem maior e sempre desejável. Logo, a felicidade é algo final e autossuficiente, e é o fim a que visam as ações.

Embora existam essas divergências abordadas pelo autor no que concerne ao que seria esse bem, ele cita que este bem deve ser a felicidade. Trazendo para o nosso contexto, de fato pode gerar grandes contrastes, principalmente porque cada indivíduo tem uma concepção diferente do que seria esse bem que buscamos, particularmente, numa sociedade em que o bem material, ou seja, a posse, prevalece como bem maior. Mas na concepção do autor, esse bem não diz respeito simplesmente a isso, é algo que está muito além dessas coisas exteriores e passageiras, pois essas funcionam como meios e não como fim.

Quando falamos em bem maior nos referimos a um bem superior, um bem em si mesmo. Algumas pessoas podem achar que riqueza e o poder sejam um fim em si, mas na concepção de Veatch (2006), em consonância com o mestre de Estagira, a riqueza nada mais é do que um meio para alcançar outras coisas que o dinheiro pode comprar. O mesmo acontece com o poder, pois por mais conquistas e brilho que ele possa dar na busca da finalidade, o fim não é em si inteligente, embora se use a inteligência para adquiri-lo. Resumindo, “em outras palavras, honra e reputação não são propriamente fins, em absoluto, mas apenas marcas ou sinais do fim” (idem,1962, p.90).

Esse bem final ou maior como foi citado anteriormente, do qual o autor fala tanto, é chamado de felicidade ou *eudaimonia* como os gregos conheciam. É importante ressaltar que essa felicidade não está relacionada unicamente ao indivíduo isoladamente, mas é algo que se estende para além deste. Aristóteles cita que esse vai desde os familiares a amigos e concidadãos, já que segundo o autor o homem é por natureza um animal social (ARISTÓTELES, EN,1097- b). Não vamos aqui e agora

aludirmos sobre essa naturalidade humana como ser social, pois esta é uma discussão que será dada mais ênfase em outros tópicos.

Sobre a afirmação de que a felicidade é um bem supremo e, para não cairmos num risco de uma verdade incontestável, o autor procura saber qual seria de fato a função do homem. E através de análise e comparações chega a uma conclusão que seria algo ligado à atividade racional. Assim, “uma parte é dotada de razão no sentido de ser obediente a ela e a outra no sentido de possuir a razão de pensar” (ARISTÓTELES, EN,1098 a).

Conforme Silva (2013), a felicidade em Aristóteles está ligada à razão prática, pois essa é uma faculdade que o homem tem como potencialidade, que nos permite analisar, refletir e julgar, ou seja, no permite distinguir o certo do errado, o justo do injusto etc.

Cabe destacar aqui diante dessa discussão, para não causar dúvida ao leitor sobre essa função da vida humana, que é algo próprio somente do homem, apenas ele é dotado dessa proeza, pois apenas ele tem racionalidade. É o que ele chama de atividade da alma conforme a razão. Aristóteles exclui aqui as atividades vitais que partem da alma vegetativa ligadas à nutrição e ao crescimento, pois os outros seres vivos como as plantas e os animais também participam dela.

Segundo Silva (2013), a felicidade sendo uma atividade da alma, o homem precisa fazer um esforço racional para adquiri-la, é uma conquista, é algo a ser cultivado e vivenciado diariamente.

Com base no exposto acima por Silva e através de uma análise na obra do mestre de Estagira, vemos que o homem não nasce ético, assim também como não nasce feliz, mas se torna ético a partir da vivência conforme a virtude na comunidade. Podemos citar que a virtude funciona como pré-requisito para uma vida justa e feliz. Para complementar nosso raciocínio, usamos das palavras de Silva (2013, p. 79-80), em que ele diz que “a verdadeira felicidade não incide propriamente na virtude, mas sim na atividade da virtude, na virtude racional, para a qual a virtude dispõe o homem”. O autor ainda diz sobre isso:

Ao afirmarmos que a função do homem é um certo modo de vida, e este é construído de uma atividade ou ações da alma que pressupõem o uso da razão, e a função própria de um homem bom é o bom e nobilitante exercício desta atividade ou prática destas ações, se qualquer ação é bem executada de acordo com a forma de excelência adequada- se este é o caso, repetimos, o bem para o homem vem a ser o exercício ativos das faculdades da alma de conformidade com

a excelência, e se há mais de uma excelência, de conformidade com a melhor e mais completa entre elas (ARISTÓTELES, EN, 1098 a. 24).

Pelo que foi mencionado, vemos que esta é uma atividade ligada ao uso racional em conformidade com a virtude, isto é, as ações humanas devem estar ligadas ao uso da razão com a virtude, pois é por meio dessa simbiose que uma pessoa pode ser considerada boa e feliz. Abbagnano (2007) cita com base na concepção de Aristóteles que o propósito da conduta humana é a felicidade e ela acontece a partir da natureza racional e das virtudes. Esses dois fatores são condições importantes para alcançar a felicidade.

Para fundamentar mais ainda esse discurso, o autor deixa claro no livro I que as ações ou atividades boas devem ser por toda vida e não apenas como um caso isolado ou esporádico. Ele cita como exemplo a andorinha que para fazer comparação a exemplo das atitudes do que faz o ser bem-aventurado pois “uma só andorinha não faz verão, nem o faz um dia quente: da mesma forma um dia só, ou um curto lapso de tempo, não faz um homem bem-aventurado e feliz” (ARISTÓTELES, EN, 1098 b, 8-25).

Para não termos o mesmo entendimento que essa expressão muitas vezes provoca nas pessoas, é necessário o seguinte: Quando se refere que uma andorinha só não faz verão, não quer dizer que uma só pessoa com sua atitude não tem poder de influência o suficiente para promover nova definição numa situação. Isto não diz respeito apenas uma pessoa, mas as atitudes boas das pessoas que devem ser por toda vida.

2.2 O bem final é interno

Para Aristóteles, conforme abordado na *Ética a Nicômaco*, “o bem e a felicidade que ele procura são o bem humano e a felicidade humana” (ARISTÓTELES, EN, 1102 a, 32) tudo isso ligado à atividade da alma. Hooft (2013) traz uma reflexão sobre essa questão no seu livro “*ética das virtudes*”, capítulo II, sobre a ideia do bem pelo qual discutimos nessa pesquisa. Todavia, quando se fala em bem, a qualquer momento pode ser questionado a respeito daquilo para que é bom, ou seja, nossas ações estão sujeitas a questionamento sobre o porquê disso ou daquilo que fazemos. E aparecem perguntas sem cessar até chegar a um momento em que eu diga porque quero ser feliz. Na visão de Hooft (2013, p.78), “não faz sentido perguntar porque quero ser feliz”. Segundo ele, chegando esse ponto final se encontra o bem que buscamos e esse bem é chamado de *eudaimonia*. “A busca da *eudaimonia* traz consigo a

exigência de que os resultados alcançados por intermédio da ação envolvam a harmonia entre a vida boa a ser angariada e a boa condução dos comportamentos por parte de quem os empreendem” (RODRIGUES, 2009, p.59).

A felicidade que se busca aqui é alcançada a partir da ação conduzida pela virtude e não de concepções subjetivas diversas como se pensa no contexto atual, além do que, pode variar conforme o espaço e o tempo. Nodari (1997) na tentativa de superar a subjetividade quanto ao conceito de felicidade que é um bem, ele usa das palavras do mestre para citar que o bem é próprio da atividade do homem. É aí que ele chega à conclusão de que a atividade do homem é a racionalidade. O bem é resultante desta potencialidade que o homem traz desde o nascimento.

Segundo Cerqueira (2016, p. 45-46),

A determinação do bem no agir humano é determinado pela execução de uma vida ativamente virtuosa. A felicidade como fim último do agir humano não é entendida no sentido apenas determinista de fruição ou simples busca de prazer, antes é determinada como atividade (energia), segundo a função (ergon) própria do homem em conformidade com a sua excelência (areté).

O bem é resultado da atividade racional porque como sabemos as outras atividades como vegetativa e desiderativa são também dos outros animais, uma vez que somente o homem tem essa marca exclusiva. Portanto, para o homem ser feliz ele precisa subordinar os aspectos da irracionalidade à razão, porque viver feliz é conforme a atividade racional.

Deste modo, para que o homem seja feliz, na concepção de Nodari (1997, p.391),

é necessário que ele acompanhe sua atividade própria do homem e não de qualquer maneira, mas da melhor maneira. Ora só acompanha bem sua atividade própria se colocar em atividade a virtude, pois a virtude não é acréscimo que se coloca em atividade, porque a vida segundo a virtude é evidentemente parte integrante do acabamento da natureza humana. E para que o homem se coloque em atividade da virtude é necessário que ele desenvolva numa vida de aperfeiçoamento, ou seja numa vida de maturidade.

Assim, para o homem ser feliz ele deve ser orientado pela atividade racional que é única e, propriamente dele mesmo em consonância com a virtude, e não buscar através de outras atividades que são próprias de outros seres vivos como prazeres e desejos, pois estes não devem por si só conduzir o homem em busca pelo bem, mas ser regulados pela atividade racional.

Na visão de Hooft (2013, p.79),

algumas pessoas dizem que é o prazer, outros a felicidade eterna e assim sucessivamente. No entanto, ele diz que a teoria do mestre vai se mostrar naturalista, uma vez que não depende de qualquer conhecimento teológico ou metafísico. Depende apenas do conhecimento da natureza humana e de outras realidades mundanas e sociais. Para ele é o estudo da natureza humana e da existência mundana que desvendará o significado pertinente à noção de eudaimonia.

O bem humano não é simplesmente uma questão de exercer as mesmas funções que outros animais exercem, pois este bem do qual falamos está relacionado com os poderes e capacidades que são exclusivamente humanos como inteligência e o entendimento racional (VEATCH, 2006).

O homem, diferente dos outros seres vivos, é dotado de uma alma que lhe confere a vida, sendo a sua forma como pensava o mestre, mas a grande diferença dos outros seres, a alma humana é capaz de algo que apenas lhe confere a vida, sua essência é destinada à finalidade da razão (CERQUEIRA, 2016). Assim, graça a essa razão,

[...] os homens, no plano ético, fazem escolhas e agem visando a um bem e, no plano político, organizam-se nas diversas comunidades (dentre elas, na comunidade suprema, a *pólis*) também com o propósito de alcançar um bem, então certa compreensão do que é o bem pode em muito auxiliar tanto na análise das ações humanas (no domínio ético) quanto no exame acerca do modo de organização política e nas suas implicações (no domínio político),(PEREIRA, 2008,p. 2017).

Ainda sobre felicidade como bem, Aristóteles cita alguns bens como sendo exteriores ao indivíduo, assim também, como os outros ligados à alma e ao corpo. “Os bens ligados a alma como sendo o bem verdadeiro no sentido da palavra e no mais alto grau” (ARISTÓTELES, EN,1098 b. 25). Todavia, dos mais diversos tipos de bens, desde os exteriores ao interior, o mestre evidencia que o bem ao qual devemos buscar é o bem advindo da atividade racional ligada à alma humana. Calvi e Marmantini (2010) também falam a respeito disso. Segundo eles, o bem humano consiste num fator que é peculiar ao homem, aquilo que Aristóteles chama de logos ou razão. É a atividade da alma, segundo a razão buscando a felicidade. Ou seja, o verdadeiro bem do homem está ligado à obra ou atividade da razão.

Cabe evidenciar o que seria essa ideia de bem, que a felicidade precisa dos bens exteriores aos indivíduos, pois não é fácil, segundo Aristóteles, praticar boas ações sem os instrumentos próprios (ARISTÓTELES, EN,1099 b). Vemos aqui que

ele não exclui os bens exteriores, pois esses servem, conforme diríamos, como artifícios para alcançarmos o bem maior. Zingano também faz alusão aos bens exteriores através da seguinte afirmação:

pode até ser que haja algum tipo de eudaimonia(felicidade) desacompanhada de saúde, ou na ausência de profundo prazer, ou na falta de honra reconhecida ou sem garantia estável de uma ocupação satisfatória. Mas a presença de uma parte constitutiva do fim é sempre logicamente relevante para a felicidade. Ela faz parte de um plexo (ou um membro de uma conjunção-imaginando uma situação muito simples de uma disjunção de conjunções) cuja atualização conta com uma instancia de realização daquele fim. A felicidade não é identificável independentemente de tais elementos constitutivos (e.g. tal qual um sentimento que é provocado por esses elementos, ou como o lucro que pode ser mensurado no comportamento econômico de um indivíduo (ZINGANO, 2010, p.131).

A felicidade se constitui além da virtude, a partir de uma relação com elementos exteriores conforme mencionado. Entretanto, apenas estes elementos não são suficientes para atingi-la, havendo a necessidade da regulação pela atividade racional. Para isso, entendemos que

O bem ético e a vivência das virtudes no cotidiano, se difere da felicidade uma vez que alcançá-la é o resultado de uma vida inteira. O bem se diz de várias formas de acordo com a substância (atividade pura, intelecto; a qualidade (excelência ou virtude,). E a qualidade (justo meio), e também de acordo com a ação e a paixão (desejo racional) (AMARAL et al, 2012, p.15).

Ainda na concepção de Amaral et al (2012), o bem que ele fala é idealizado com uma excelência, uma atividade do cotidiano das pessoas que procuram a excelência pelo exercício da razão, sendo tão sublime que nos aproxima do divino. Vemos aqui a importância da excelência para a efetivação do bem, assim também como a contribuição da razão em tal realização. Esse bem acontece a partir da junção de tais excelência.

Outro fator crucial que não podemos esquecer diz respeito à questão do bem que está ligado à vida prática, pois na concepção de Cerqueira (2016), ao observar a obra aristotélica diz-se que tanto a ética quanto a política são ciências da vida prática, então esse bem só podia ser com aplicabilidade concreta. Embora essa ideia de bem pareça ser algo abstrato ou mesmo algo de caráter conceitual, podemos afirmar com base na observação dos argumentos acima que esse se faz na vida prática do homem, ligado à sua própria existência na sociedade em que ele está em exercício de suas atividades e não meramente no campo teórico.

Segundo Cerqueira (2016, p.42), ainda nessa concepção de bem final como algo prático ele ainda afirma que

o fim a ser julgado como bem excelente deve ser de natureza prática, contido na própria ciência para a qual todos as ações se dirigem. Postulamos assim que o bem buscado por Aristóteles deve ser entendido como resultado do agir humano, e que sua busca e desejada por sua execução no fim de tal ação, e mais, que ele é a meta da principal ciência prática.

O bem, como visto acima, está ligado ao agir humano, depende da forma como o indivíduo age no meio, mas esse não está ligado ao bem material como muitos possam achar, mas a um bem da alma. É por isso que o indivíduo deve sempre agir conforme as virtudes ligadas ao caráter racional para agir corretamente e bem.

2.3 Fim natural do homem e atividade racional

Segundo MacIntyre (2001), Filósofos como Diderot, Smith, Kierkegaard negam qualquer tipo de noção teleológica de natureza humana, inclusive o filósofo moderno Kant. Porém alguns contemporâneos de Aristóteles reabilitam essa ideia, que de certa forma dão sustentação a essa tese e nos ajuda a defender nossos argumentos. Podemos citar como exemplo as ideias de Veatch, um contemporâneo do século XX, que traz à tona a ética aristotélica como discussão para o contexto atual e nesse contexto vem mostrar que o conhecimento ético pode sim se basear na natureza humana.

Para ele, o conceito de lei natural baseia-se na ideia de que a natureza de uma coisa não é apenas aquilo em virtude do que uma coisa age ou funciona, mas é também um padrão de medida em termos do qual julgamos se ela está funcionando bem e adequadamente (VEATCH, 2006).

Isso vale não apenas para a coisa em si, mas, especialmente, para os seres humanos, já que esse é o objeto de nossa discussão. Veatch (2006) ainda ressalta que nós temos uma natureza que nos governa como agimos e como nos comportamos, e que além disso, a realização ou aperfeiçoamento dessa natureza é o seu fim ou função.

Segundo Veatch, 2006, p.14), afirmar, no entanto, que uma coisa tem um fim natural é na concepção do autor afirmar que uma entidade tem uma função própria devido ao que ela é, e não por ter sido projetada por alguém para uma certa atividade.

Com base nos argumentos do autor, se tendemos para um fim é porque carregamos conosco essa aptidão natural, própria de quando nascemos. O próprio

Aristóteles deixa claro no Livro *Ética a Nicômaco* que nascemos com essa aptidão natural, pois somos por natureza um animal político.

Conforme o pensamento de Rodrigues (2009), a natureza nos dá condição para o fim último do homem, mas entre o fim e o que a natureza nos proporciona, existe um abismo que deve ser superado. Ele chama de dívida que deve ser paga. Isso que ele chama de dívida, podemos chamar de barreiras que o homem tem de superar para alcançar o fim último, pois são essas barreiras que nos impedem de alcançar a felicidade. Citamos como exemplos dessas barreiras os vícios, que nos impedem de alcançar o meio termo, em que essas as virtudes são responsáveis pela vida moralmente correta.

As condições que a natureza nos oferece são como matérias brutas que precisam ser lapidadas para ganhar forma, podemos chamar de uma mudança de potência a ato. Porque “exige se do ser humano o constante exercício daquilo que a natureza oferece em forma de potência para que seu caráter tome uma forma efetiva e aperfeiçoada” (RODRIGUES, 2009, p.56). É o caso das virtudes, segundo Aristóteles o homem não nasce virtuoso, mas a natureza nos dar a capacidade de receber essas virtudes e essa capacidade se aperfeiçoa com o hábito (EN, 1103 a-b). Rodrigues ainda ressalta que além do exercício das potencialidades naturais, a realização do homem como ser perfeito exige mediação das relações entre os membros que vivem em uma comunidade política, permitindo ao ser humano alcançar pelo hábito uma vida distinta daquela que natureza lhe incutiu em sua origem. Para isso podemos dizer, segundo o autor, que

A natureza nos faz capaz de virtudes, mas para que estas capacidades e faculdades ajam perfeitamente, é preciso que o homem adquira qualidades que disponham estas faculdades ao bem agir. Vê-se, assim, que as virtudes fruto do exercício e do habito, devem ser esclarecidos pelo conhecimento, para dar lugar às escolhas refletidas das ações morais (NODARI, 2014, p. 395).

Desse modo, vemos a contribuição que a natureza nos concede ao nascer, porém vemos também que além disso, o homem precisa colocar em atividade essas potencialidades, pois por natureza tendemos a uma finalidade, porém esse fim só será alcançado a partir das ações boas e virtuosas. São as virtudes que nos conduzem a uma vida moralmente correta. Isso não acontece por natureza, pois é como o mestre diz, “nada que vem em nós por natureza pode ser modificado pelo hábito” (ARISTÓTELES, EN, 1103 a 35). Podemos usar a fala de Silva (2013) para reforçar

nossos argumentos quando ele diz que as virtudes morais não surgem em nós por natureza, ela nos dá a aptidão em recebê-la, desde que se habitue a exercitá-la. Nós não nascemos éticos por natureza. Por natureza nascemos um ser político e como a felicidade só acontece na vida do homem, na visão de Aristóteles, na *pólis*, vemos a contribuição que essa nos dar para sermos felizes.

Sobre essas condições ou potencialidades que a natureza nos oferece é como se o ser humano tivesse sido lançado no mundo à própria sorte e coubesse a ele saber dar direcionamento à vida. Ao nascer, por exemplo, o indivíduo traz consigo condições, potencialidades, meios oferecidos naturalmente, mas cabe ao homem dar forma ou sentido à essas potencialidades, para que ele possa ser, na visão de Aristóteles, um ser virtuoso e tenha uma vida justa e feliz. Porque ninguém nasce assim, isso nós conseguimos a partir da educação ou hábito adquirido no meio em que vivemos (ARISTÓTELES, 1103 a). A vida justa feliz, o homem consegue trilhando os caminhos das virtudes, mas para isso acontecer basta que consiga superar as mazelas que nos desviam do caminho do bem.

As pessoas não nascem sábias, felizes ou virtuosas devido à natureza lhe proporcionar qualidade e potencialidades naturais, pelo contrário, elas são desprovidas e carentes de virtudes. O homem deve conquistá-las pela prática de boas ações (RODRIGUES, 2009).

Diante do exposto, vemos a importância das potencialidades que a natureza concede para a vida humana. Graças à essas potencialidades propiciadas ao ser humano é que nós podemos superar as fronteiras da animalidade rumo à felicidade.

E ainda nesse contexto, para muitos que discordam dos fins naturais e acham que essa tese deve ser descartada por ultrapassar os limites do campo filosófico e científico, podemos afirmar com veemência, a partir da fala de Veatch, quando ele afirma seguinte: “Não se pode inferir que absolutamente não há fins naturais apenas porque a metodologia científica contemporânea não tem lugar para ele” (VEATCH, 2006, p.15), ou mesmo porque filósofos modernos ou contemporâneos discordam dessas ideias. É importante destacarmos que o pensamento diferente de um filósofo sobre tal ideia, necessariamente, não exclui ou invalida tal pensamento.

Ele ainda fundamenta sua ideia afirmando que

os valores são simplesmente fatos da natureza. Para descobrir qual é o bem de alguma coisa ou o que é de valor para ela, não precisamos ir além de nossa experiência humana comum, que basta para revelar as capacidades e potencialidades das coisas, quais são suas

tendências, daí, quais os fins ou objetivos rumo aos quais elas são naturalmente orientadas em seu crescimento e desenvolvimento natural. Nem é difícil ver como toda essa parafernália descritiva – potencialidade, fins, objetivos, tendências, perfeição natural, crescimento e desenvolvimento naturais etc. -, que poderia ser considerada originalmente adequada ao reino biológico, pode muito pronta e adequadamente ser transferida para o reino humano. Pois o homem é certamente parte do mundo da natureza. Consequentemente tal como plantas e animais têm, todos, estados naturais de perfeição e maturidade, rumo aos quais seu próprio ser está organizado e orientado, em cuja direção eles naturalmente tenderão e se desenvolverão, contanto que não interfiram condições adversas, assim também se pode presumir que o homem tem sem fim ou perfeição natural característicos rumo aos quais sua vida tende naturalmente e aos quais ele visa naturalmente; isso pode, portanto, ser chamado o bem natural do homem ou o bem humano.(VEATCH,1962, p.80-81).

É evidente que o bem alcançado pelo homem é diferente, sobretudo, de outros bens ligados a outros seres, pois o ser humano é mais que qualquer outro organismo vivo, já que é dotado de outras condições como inteligência, discernimento e capaz de deliberar sobre as ações vividas.

Segundo Rodrigues (2009), em Aristóteles, as ações humanas tendem a um fim fixado pela natureza e limitado pela razão humana. É um fim bom que permite o indivíduo realizar a sua função que é natural para o pleno desenvolvimento de suas potencialidades tanto racional quanto física. Assim, segundo o autor,

Originado da natureza, o ser humano nasce com uma finalidade que deve ser realizada com qualidade infundidas em seu ser pela própria natureza, tendo se em vista que além de estabelecer um fim para tudo, a natureza garante os meios adequados para a execução do mesmo (RODRIGUES, 2009, p. 56).

Pelo que percebemos, a natureza dá ao homem uma finalidade e os meios para que ele possa atingir tal fim, mas cabe a ele usar sua capacidade racional para poder alcançá-lo.

2.4 Como as virtudes podem contribuir para felicidade comunitária

Apesar de diferentes concepções sobre felicidade, a definição de Aristóteles é aquela em que a felicidade é uma atividade conforme a virtude, pois a atividade, conforme a virtude é considerada por ele como agradável a si mesma. A virtude é muito importante para felicidade, podemos perceber isso na fala de Zingano quando ele demonstra que “a pessoa virtuosa é a única que consegue atingir a felicidade para

o todo da pessoa que tem a felicidade em mira”. “A noção aristotélica de felicidade é o que o homem feliz vive bem e se conduz bem” (ARISTÓTELES, EN,1098 b. 25).

A felicidade, segundo o mestre de Estagira, é algo permanente para toda vida, não algo passageiro ou momentâneo, como o desejo de ter um bem material, que logo após conseguir parece desaparecer o encanto, pois assim seria facilmente levado a cair na vicissitude. A felicidade sendo algo ligado à virtude, deve ser praticado habitualmente e constantemente no dia a dia, para o homem não se desviar do caminho do bem maior, pois quando o homem faz qualquer atividade contrária à excelência, acaba por sucumbir se a situação degradante, por isso que as ações humanas, conforme a excelência, deve ser por toda a vida.

A prática constante das atividades virtuosas seria a garantia de que o homem seria virtuoso por toda a vida. É importante agirmos conforme as virtudes, pois nelas se encontram a forma correta de agirmos e vivermos de maneira justa e feliz. E como essas só ocorrem na *pólis*, a felicidade se estende para todos, não meramente para si próprio, mas para toda vida comunitária.

A felicidade aqui posta é o bem que Aristóteles discute. Na visão dele, esse bem é objeto da ciência política citado por ele como a maior das ciências que legisla sobre o que fazemos e o que nos impede de fazer e que tem como finalidade o bem do homem. E ainda que, embora a finalidade seja a mesma para o indivíduo isolado, é melhor que essa se estenda para toda a cidade (ARISTÓTELES, EN,1094 b).

No texto de Rodrigues (2009) ele nos mostra de forma bem clara o que o mestre de Estagira deixa posto no livro *Ética a Nicômaco* sobre a importância da relação do indivíduo e a comunidade, para a realização do ser humano como ser virtuoso e feliz. Ele evidencia que a felicidade do mesmo se dá na comunidade em que ele vive, em consonância com os demais, pois essa favorece tal realização, já que é na comunidade que existe uma relação sócio-política entre os homens.

Conforme vimos acima, os indivíduos têm uma relação direta com a comunidade, pois esse se constitui como ser virtuoso nesta comunidade e suas ações precisam ser boas para efetivação do bem comum de todos, pois a felicidade da comunidade é maior do que a felicidade do indivíduo. “A vida solitária é insuficiente para a *eudaimonia* porque não consideraríamos essa vida digna de escolha ou suficiente para nós” (NUSSBAUM,2009 p.305).

Pelo que observamos, o que marca a construção das disposições morais é a forte denotação de um caráter social comunitário, com uma preparação do homem para um viver na sociedade em seu pleno uso de suas capacidades éticas.

Nessa concepção de vida feliz, conforme a excelência, de certa forma classificaríamos como sendo o ideal para a harmonia da comunidade ou *pólis*, pois sabemos que a felicidade que ele fala não é algo apenas para o indivíduo isolado, mas da comunidade como toda, ou seja, o bem comum, pois imaginemos que os homens tenham o hábito de agir virtuosamente e, sabendo que é nas virtudes ou por meios dessas que fazem o homem justo e feliz, seria a garantia da existência de uma vida harmônica entre os indivíduos na sociedade da qual habitam. Podemos assim dizer que

[..]um homem bom é um homem justo, e um homem justo é um homem que habitualmente se recusa a cometer ou tomar parte em quaisquer ações injustas que pudesse cometer ou tomar parte em razão de temer certas consequências ou afim de obter certas vantagens para si e para outrem (ZINGANO, 2010, p.37).

Em conformidade com a ideia do mestre Estagirita, Pereira (2008) diz que a felicidade não pode ser alcançada isoladamente, mas precisa da relação dos indivíduos em comunidade para tal. Ele ressalta ainda que é apenas em comunidade, integrando uns com os outros que o homem pode agir virtuosamente em oportunidade de atingir o bem de uma perspectiva propriamente humana. As pessoas necessitam estar em comunhão social, isso é o que torna inevitável o planejamento para a realização do bem humano no âmbito da política (ZINGANO, 2010). Para ampliar ainda mais nosso entendimento, ele afirma que “a família e o estado, bem como outras formas de sociabilidade são necessários para a realização completa da capacidade de viver bem (IDEM, 2010, p.47).

Com base no exposto acima, é nítido que a felicidade vai muito além da ideia de uma felicidade individual, já que se estende para toda a comunidade, ou seja, rompe com toda a concepção individualista da atualidade enraizada no ideal neoliberal.

Segundo Pereira (2008), se a felicidade é possível como autossuficiente é apenas com a organização da comunidade suprema, portanto unicamente no ambiente da *pólis* que se torna possível ao ser humano a arte da autossuficiência, condição essencial para a vida feliz.

Se a vida comunitária é condição necessária para a vida feliz, então é interessante saber como cada pessoa deve agir para atingir o bem supremo tão citado por Aristóteles. Assim, Pereira (2008) diz que o homem deve agir conforme à excelência (virtude) para poder viver bem. O bem da comunidade é o melhor, pois a sua manutenção é exigida para que cada um dos seus membros possa atingir o seu bem, uma vez apenas nela é possível conseguir a autossuficiência, condição necessária para o bem do indivíduo (idem, 2008). “Somente o homem virtuoso dentro da *pólis* tem a capacidade de chegar ao fim último” Calvi e Marmantini (2010, p.68).

O fim último estabelecido pelo indivíduo deve estar conforme os fins estabelecidos pelos membros que compõem a comunidade em que habitam, de modo a evitar conflitos constantes (RODRIGUES, 2009). Aqui a comunidade aparece como mediadora das finalidades de cada pessoa, pois ela determina as normas, valores e hábitos que regularizam os comportamentos dos mesmos, de forma que esses possam viver conforme as qualidades morais.

Na concepção de Aristóteles o ser humano é por natureza um animal político e esse não deve pensar no bem apenas para si, mas para a comunidade na qual se encontra inserido, desse modo, o bem se estende para todos viveriam bem e felizes. Parece utópico pensar num bem para todos, principalmente no contexto atual marcado por uma sociedade individualizada. Mas imaginemos que possamos usar essa tese onde todos busquem o bem e este seja abrangente para toda a comunidade e pensando que a felicidade se constitui a partir de ações virtuosas, todos agindo virtuosamente teríamos uma sociedade mais justa e feliz.

A felicidade pressupõe além de uma excelência perfeita, uma existência completa, pois muitas mudanças e vicissitudes poderão acontecer com o homem durante toda vida e, até mesmo, as mais felizes poderão ser vítimas dessas adversidades na velhice (ARISTÓTELES, EN,1100 a). Assim, usando as palavras do mestre de Estagira, não podemos considerar um ser humano feliz quem vive ou viveu uma vida viciosa. Todavia, podemos afirmar que para o ser humano ser feliz deve se afastar dos infortúnios viciosos que os cercam e agir sempre conforme as virtudes. “São nossas atividades conformes à excelência que nos leva à felicidade, e as atividades contrárias nos levam à situação oposta” (ARISTÓTELES, EN,1100 b, 29). Isto é, ou o homem age conforme a excelência para atingir a felicidade ou age viciosamente se distanciando dela.

Assim, segundo Aristóteles (ARISTÓTELES, EN, 1100b 29),

o homem feliz deveria possuir o atributo em questão e será feliz por toda a vida, pois ele estará sempre ou pelos menos frequentemente engajado na prática ou na contemplação do que é conforme a excelência. Da mesma forma ele suportará as vicissitudes com maior dignidade, sendo como verdadeiramente bom e imperecivelmente tetragonal.

A felicidade do homem deverá ser conforme à excelência e durante toda a sua vida, pois um homem feliz nesse viés é capaz de superar todas as vicissitudes que o desvia do caminho do bem e sempre agirá da maneira correta. De outro modo, sabemos que o homem que enfrenta infortúnios ou anda conforme os vícios, jamais poderá feliz. Sabendo que a felicidade está relacionada com as mais diversas formas de excelências, podendo afirmar que o homem feliz, além de estar apto a enfrentar as maiores adversidades que o rodeiam é capaz também agir da maneira mais nobilitante possível no meio que habita.

Desse modo, sabendo que a felicidade se faz através da excelência, sendo necessário fazermos uma análise sobre a natureza dessa. A excelência aqui posta não é a excelência do corpo, mas da alma, assim também como a felicidade é resultante da atividade da alma (ARISTÓTELES.EN, 1102a). Sobre a natureza da alma já mencionamos no texto, mas cabe aqui fazermos mais uma alusão a fim de elucidarmos mais sobre o assunto. A alma na concepção de Aristóteles é constituída de uma parte racional e irracional (ARISTÓTELES.EN, 1102b). Aristóteles cita nessa divisão a parte vegetativa que são comuns aos outros seres vivos e que não participa da razão e não faz parte da excelência, a outra parte também irracional sensitiva, mas que participa da razão ouvindo-a, escutando-a, e a parte racional que controla a parte sensitiva.

“A excelência também se diferencia em duas espécies, de acordo com esta subdivisão, pois dizemos que certas formas de excelência são intelectuais e morais” (ARISTÓTELES.EN, 1102b 32). Deste modo, teceremos nesse próximo capítulo uma discussão sobre essas duas formas de excelências.

3 ÉTICA DAS VIRTUDES

A partir do estudo da obra *Ética a Nicômaco* percebemos que Aristóteles nos oferece um arcabouço teórico acerca do comportamento moral do ser humano e nos mostra que a felicidade e a vida boa são resultantes da ética das virtudes, isto é, da excelência. Portanto, com base nisso, abordaremos neste capítulo uma discussão sobre essas virtudes e como elas se dão na vida do homem.

Segundo Silva et al (2010, p.1381), “os homens em geral almejam a perfeição. Nesse sentido, o homem enquanto ser racional suscetível de falhas intrínsecas à natureza humana requer um critério de orientação tendente à perfeição, à excelência”. Ainda conforme Silva et al (2010), Aristóteles propõe em seu livro critérios de excelência importantes no agir e pensar do homem, pois é por essa excelência que o homem age bem e na medida certa, fazendo-o ser um homem melhor. Essa excelência ele chama de virtude. Essa virtude se divide em intelectual e moral ou de caráter.

Conforme ressalta Zingano (2010, p.238),

as virtudes aristotélicas pretendem ser esses estados de caráter que uma pessoa racional reconhece como virtudes quando é otimista. Elas nunca o deixam pior do que ele ficaria se caso fosse pessimista e, em circunstâncias exteriores moderadamente favoráveis, elas o deixam melhor.

Pela fala do autor vemos como as virtudes nos tornam melhor, por isso Aristóteles nos ensina que devemos agir conformes essas excelências, pois assim nunca seremos seres humanos piores. “Possuir tais virtudes, ou excelências de atividade da vida, define o que é bom e motiva a bondade no agente” (MENTZOU, 2018, p. 170, tradução nossa). ³As virtudes aparecem como subsídios que nos norteiam para o caminho do bem e nos tornam melhores com seres humanos. Daí a importância dessas virtudes para a vida em sociedade.

Assim, segundo Aristóteles (ARISTÓTELES, EN, 1103 a 35), existem duas formas de virtudes, a intelectual e a moral:

Na primeira, por via de regra, gera-se e cresce graças ao ensino e por isso requer experiência e tempo; enquanto a virtude moral é adquirida em resultado do hábito, donde ter-se formado o seu nome por uma pequena modificação da palavra (hábito). Por tudo isso, evidencia-se também que nenhuma das virtudes morais surge em nós por natureza; com efeito, nada do que existe naturalmente pode formar um hábito contrário à sua natureza.

Mediante o que foi exposto, percebemos que as virtudes se apresentam na vida humana de duas formas. Esses dois tipos de virtudes se constituem lado a lado, a partir de uma relação estreita entre ambas, pois não adianta o indivíduo aprender sobre o que é virtude, se não tem o hábito de praticá-las, ou seja, não vale a pena conhecê-las se não as pormos em prática. Comparado a isso, podemos citar como

³Possessing such virtues, or excellences of life activities, both defines what is good, and motivates goodness in the agente.

exemplo o que acontece constantemente quando vemos que se fala tanto de ética e as pessoas até têm consciência do seu valor para a vida, mas as ações práticas cotidianas são opostas a ela. Para concluir nosso raciocínio, dizemos que o saber ético sem nos tornar um ser humano melhor, seria inútil. Perine (2006, p.14) afirma que “não se estuda ética só para que cresça o saber, mas para que sejam melhores esses seres imorais que somos”.

Para simplificar ainda mais o entendimento, podemos realizar a seguinte pergunta: por que aprender sobre ética se isso não vai tornar o ser humano um ser melhor? Veatch (2006) fala também de forma específica sobre essa relação em seu livro “O homem racional”. Segundo ele, não existe virtude moral sem virtude intelectual. A relação das duas são importantes para que as nossas escolhas e ações habituais não sejam do tipo mecânicas e impensadas, mas que sejam ligadas ao pensamento e conhecimento, para que esses venham influenciar nas nossas decisões para as escolhas certas e virtuosas.

Desse modo, devemos reforçar nossos argumentos com a seguinte fala de Silva (2016), em que o autor diz que não adianta o indivíduo achar que somente o hábito é suficiente para o desenvolvimento das virtudes morais, pelo contrário, o indivíduo precisa desenvolver bem sua parte intelectual para que este tenha uma boa deliberação.

Segundo Zingano (2010, p.181), “Aristóteles faz com que seja condição da virtude que as ações virtuosas sejam escolhidas em razão delas mesmas. A escolha, a que se chega por deliberação a partir de uma concepção do bem, inclui o desejo delas como bens em si mesmas, além de nobres e prazerosas”

É importante ressaltar ainda, em consonância com Veatch, sobre a importância da relação das virtudes intelectuais e morais, isto é, devemos ter o hábito de agir ou fazer nossas escolhas sobre influência de nossa parte racional, direcionando-se para as escolhas certas, pois assim prosseguiremos nossas vidas agindo corretamente, não sob influência de sentimentos e impulsos mecânicos que muitas vezes nos conduz a cometer atos viciosos.

Segundo Veatch (2006), para não agirmos simplesmente através de nossos impulsos ou sentimentos, naquelas ditas situações não pensadas ou mecanizadas, que fazem o homem se desviar do caminho correto, o homem bom e honesto será aquele que aprendeu os padrões de comportamentos através do condicionamento

racional. A razão funciona como elemento orientador de nossas ações. Devemos ter o hábito de praticar as virtudes diariamente, mas orientados pela nossa racionalidade.

É isso que vemos na fala de Hughes (2001) quando ele diz que na linha de pensamento de Aristóteles, uma vida realizada é aquela guiada por emoções equilibradas e por hábitos de pensamentos que nos permitem ver o que é e não é relevante para nossas decisões.

Podemos afirmar com base nesse contexto que este condicionamento racional nos permite agir com sabedoria diante de situações constrangedoras ou de aborrecimentos que muitas vezes nos fazem agir por impulsos e erradamente. Numa decisão devemos deixar que nossa parte da alma racional prevaleça sobre a irracional para que possamos agir com moderação e corretamente, isto é, usar nossa racionalidade a favor de nos orientar para uma ação moralmente correta.

Para tentar explicar essas questões de influência das duas partes da alma, a racional e irracional sobre nossa forma de agir no contexto da moral, usaremos das palavras de Wagner (2017) quando ele apela aos fenômenos da continência e incontinência estabelecido por Aristóteles, com intuito de buscar defender e explicitar a existência da parte desiderativa da alma irracional. Esta parte pode responder tanto aos comandos da razão como também pode entrar em conflitos com ela. Podemos citar como exemplo a pessoa que controla seus desejos e impulsos, o continente. Mas existe também os incontinentes que são pessoas que sucumbem a eles. Isto é, os continentes agem conforme a razão e os incontinentes agem contrário a ela, perseguem os desejos (WAGNER, 2017). “O virtuoso não só age conforme a razão, mas também deseja aquilo que é recomendado por ela” (IDEM, 2017. p.35).

Outro fator importante que não devemos deixar de esclarecer aqui é que a inteligência, neste caso, deve ser usada para o bem, pois sabemos que essa pode ser usada para praticar atos viciosos. Podemos citar como exemplo, um assaltante de banco ou alguém que usa desse artifício para levar vantagem sobre outrem. Desse modo, essa foge dos atos virtuosos.

Segundo Cesar (2012, p.2), “as virtudes são disposições da alma. Assim como nossa alma é dividida em seu lado racional e outro emocional, as virtudes também se dividem, sendo a virtude moral a lidar com a parte emocional do homem e a virtude intelectual com a parte racional”.

Essas duas virtudes existem juntas, uma não pode funcionar sem a outra, isto é, eu devo conhecer, mas também praticá-las. Conhecer e não praticar parece inútil,

pois não mudará em “nada”. Como devo praticá-la sem conhecer? É por isso que devemos saber que estas devem manter uma relação de interdependência.

Segundo Mentzou (2018, p.167 tradução nossa), “virtudes são disposição da alma: portanto a alma é onde a bondade deve ser encontrada. Mas virtude é disposicional e se manifesta em ação; meios externos facilitam a ação e bens externos são os meios que facilitam uma boa ação”.⁴

Assim, Perine (2006) diz que a indestrinçável solidariedade entre o tempo e a alma é o que possibilita tanto a educação quanto a formação pelo hábito, isso faz o homem ir além das fronteiras da animalidade. Desse modo, vemos que as duas maneiras de aprendermos pela educação e o hábito é o que faz o homem ultrapassar natureza da animalidade rumo à felicidade.

Pelo que observamos aqui, a virtude se distingue das demais características que também são próprias de outros animais, é isso que também nos faz ir além das fronteiras da animalidade, haja vista que só o homem é capaz de ter essa conduta.

A virtude não é adquirida por natureza, mas é importante frisar que é essa natureza que nos dá aptidão de receber as excelências, uma vez que por natureza já nascemos como essa potencialidade. Quando o mestre diz que nenhuma forma de excelência se dá por natureza, ele quer simplesmente dizer que “nada que existe por natureza pode ser alterado pelo hábito” (ARISTÓTELES, EN, 1103 b, 35). Isso só fica elucidado quando vemos que a virtude moral se dá no ser humano através da absolvição das regras morais pelo hábito cotidiano no meio social no qual o homem encontra-se inserido.

Vemos aqui o elo entre o indivíduo e sua vivência na comunidade. É assim que se desenvolve a ética das virtudes na *pólis*. Calovi e Marmentini (2010) falam dessa relação próxima entre a ação do indivíduo e a sua vivência na cidade. Eles afirmam que todos os atos individuais vão refletir dentro da comunidade como um todo. Portanto, sendo o homem um animal político-social por natureza, cabe a ele agir corretamente conforme às excelências para o bem final e a organização da *pólis*.

São essas definições que, segundo Aristóteles, tornam as decisões humanas boas e virtuosas, essenciais para a vida em sociedade. Essas definições são adquiridas pela educação/ensino ou pelo hábito diário. São com esses critérios, na

⁴Virtues are dispositions of the soul; hence, the soul is where goodness is to be found. But virtue is dispositional and manifested in action; external means facilitate action, and “external goods” are the means that facilitate good action.

concepção aristotélica, que a criança supera a sua animalidade. É a partir dessas excelências que o homem se torna ético.

Boto (2001, p.129.) amplia essa ideia citando que:

a conduta e o *ethos* da virtude representariam, fundamentalmente, o afastamento humano da irracionalidade das paixões, do domínio dos desejos e das pulsões. A conduta virtuosa e o *ethos* da 'vida boa' pautar-se-iam pela perseverança quanto à retidão do agir e pela cautela perante as infortunas do acaso. A educação ética – podemos dizer – supõe um certo disciplinar das vontades, um controle continuado dos instintos e da expressão das determinações externas. A ética é firmada no discernimento necessário entre o possível e o sonhado, na busca escrupulosa de construção de uma vida equilibrada, valorosa e justa, que resiste e recusa o voluntarismo das paixões. Nessa trilha, a identificação precisa do sentido da justiça e o discernimento das fronteiras que possibilitam a justa indignação se apresentariam como requisitos fundamentais.

Diga-se, antes que, somos adaptados por natureza a recebê-las e nos tornamos perfeitos pelo exercício do hábito. Aristóteles diz que as virtudes são como as artes, aprendemos fazendo. Com efeito, as coisas que temos de aprender antes de poder fazê-las, aprendemo-las fazendo. Do mesmo modo, nos tornamos homens justos praticando ações que são justas, e assim como a temperança, a bravura, etc. (ARISTÓTELES, EN, 1103 b).

Portanto, vemos que não nascemos virtuosos, mas tornamo-nos virtuosos quando adquirimos tais excelências. Porém é importante frisar que essas devem fazer parte de toda a vida do indivíduo, pois são nas virtudes que se encontram a ideia de bem supremo que almejamos em nossa vida. É nessa também, que encontramos a mediania que orienta o homem numa ação justa e correta.

Segundo Moraes (1998, p.97),

na perspectiva da ética aristotélica afirma que a virtude é atividade conforme ao hábito adquirido de discernir a reta conduta, medida justa entre excesso e a falta de impulso passional. Não basta saber virtude para ser virtuoso, nem o que é o bem para ser bom. A virtude pode ser conhecida, mas não é um conhecimento, e sim uma capacidade adquirida de discernir o bem. Para adquiri-la depende de um processo educativo que nos habitue a escolher, em cada circunstância a melhor.

É importante ressaltar que não adianta apenas o homem conhecer as virtudes, mas é preciso, sobretudo, praticá-las constantemente para que as ações sejam virtuosas. Acredita-se que aí está o problema da ética atualmente, pois se fala muito dessa temática, mas o principal problema é que o homem não costuma usar os valores

éticos na convivência com os outros, preferem trilhar o caminho de vícios, como diríamos, mais fácil como se fosse único no seu meio.

Assim, Perine (2006) diz que as virtudes em Aristóteles são um estado habitual de decisões que consiste na justa medida relativa a nós, cuja a norma é a regra geral. Ou seja, é uma relação entre os aspectos objetivos, ligado ao justo meio e o subjetivo relativo a nós. É pelos mesmos fatos que se constroem as virtudes ou as destroem. Ou o homem pratica atos conforme a virtude para ser ético ou um cidadão melhor no meio em que vive ou pratica atos vis e se desvia do caminho justo, conforme a justa razão.

A excelência moral é produto do hábito, ela é feita de um exercício ativo das faculdades que se deve estender por toda a vida (KLEIM, 2016). É uma espécie de um aprender fazendo ou praticando no dia a dia. Daí a ligação com o hábito, pois não é algo que faz ou tenha valor num curto período de tempo, mas a partir do exercício ativo no cotidiano. É como o exemplo de um construtor que se torna construtor com o hábito da prática. Desse modo, faz-nos pensar que a perda do exercício dessa prática infere na desordem e conflito na sociedade.

Outro fator importante sobre excelência moral, segundo Kleim (2016), é que ela não pode ser compreendida apenas como algo ligado à emoção, já que as emoções que sentimos não podem ser julgadas como bem ou mal, pois é algo espontâneo de nossa natureza humana.

Ainda nesse contexto, ele dá destaque à relação entre a virtude moral e a escolha como crucial na tomada de decisões dos indivíduos. Essas duas envolvem o reconhecimento de que somente pode ser avaliada moralmente ações e emoções quando são escolhidas e realizadas voluntariamente (KLEIM, 2016).

Um exemplo a ser demonstrado diante disso, é uma pessoa que age por ignorância ou compulsão, não pode responder pelos atos praticados, já que não conhece as circunstâncias, pois não envolve uma ação consciente. Isso reforça a importância da simbiose entre a razão e a ação, pois um indivíduo conforme essa concepção só poderá responder por seus atos quando estiver ciente do que está fazendo.

3.1 Virtude intelectual

Falaremos aqui da alma racional em que se constitui as virtudes intelectuais. Nessa parte, Aristóteles parte do pressuposto de que há duas faculdades racionais:

uma que permite contemplar as coisas cujo os princípios são invariáveis e a outra a princípios passíveis de variação, isto é, são faculdades calculativa e científica (EN, 1139 a). “Essas duas faculdades intelectuais da alma é então a percepção da verdade. Suas formas de excelência moral são disposições que melhor capacitam a chegar à verdade” (ARISTÓTELES, EN, 1139 b 115).

Tendo em vista isso, é importante destacarmos com base na concepção de Aristóteles que para uma ação moral, existem três elementos dominantes, são eles: a sensação, o pensamento e o desejo (ARISTÓTELES, EN, 1139 a). Isso mostra que a parte racional não age sozinha, mas em consonância com elementos da parte irracional, isto é, a origem da ação é a escolha, e a origem da escolha está no desejo e no raciocínio dirigido a algum fim. A escolha não pode existir sem a razão e o pensamento ou sem uma disposição moral, pois as ações não podem existir sem a combinação de pensamento e caráter, ou seja, o pensamento sozinho não move coisa alguma, mas somente o pensamento que se dirige a um fim e é prático (ARISTÓTELES, EN, 1139 b). É com base nisso que falaremos agora das virtudes intelectuais e como elas se constituem no campo da moral.

As virtudes intelectuais se constituem na parte intelectual da alma. “Em grande parte a excelência intelectual deve-se tanto o seu nascimento quanto o seu crescimento à instrução, por isso ela exige experiência e tempo”, (ARISTÓTELES, EN, 1103 a 35). Elas são primordiais na tomada de decisão diante de nossas ações, isto é, ela nos orienta como devemos agir. “A razão escolhe sempre aquilo que é melhor para si e o homem de bem obedece a razão” (ZINGANO, 2010, p.56). O homem deve obedecer à razão agindo conforme ela determina, desse modo, ele age corretamente. Segundo Hughes (2001, p.84, tradução nossa), “as decisões morais envolvem as escolhas feitas por razões; e para falar de escolhas e razões é falar do exercício de uma capacidade intelectual”.⁵ Essa capacidade intelectual de fazer escolhas adequadas a fim de alcançar um bem final, Aristóteles chama de reta razão. Essa reta razão é que nos situa entre o excesso e a falta, isto é, no meio termo, nos direcionando para uma ação moralmente correta (ARISTÓTELES, EN, 1139 a).

Segundo Calovi e Marmantini, (2010, p.66),

para Aristóteles, a virtude humana não está meramente na virtude do corpo, mas da alma, e a felicidade na atividade própria da alma, que conseqüentemente, se transporta para a busca do bem da “*pólis*” O

⁵Moral decisions involve choices, made for reasons; and to speak of choice and reason is to speak of the exercise of an *intellectual* capacity.

bem do homem consiste naqueles espíritos da alma, a virtude da alma. A felicidade nesta atividade, ou seja, o homem virtuoso é que consegue transpor os seus valores psíquicos para o campo social.

Vemos, por exemplo, nas palavras de Hooft (2013) quando este demonstra que as atividades distintamente humanas são as que dizem respeito a parte racional da alma. Aqui ele nos reforça sobre a teoria do mestre, pois Aristóteles por assim dizer, deixou bem claro em seus discursos que nós nos distinguimos dos outros animais porque somos racionais, já que a parte de desejos e emoções dividimos também com outros animais.

Ainda na visão de Hooft (2013), ser bom como ser humano ao exercer bem suas funções, consiste no exercício da atividade racional. Exercer bem as funções é agir virtuosamente visando o bem final que ele chama de felicidade.

Assim como existe a alma puramente racional, há também uma virtude puramente racional, ou seja, a virtude dianoética, baseada na parte intelectual e racional da alma. A alma racional é a parte dominante do homem, dividida também em duas partes: a primeira (intelecto especulativo, tem a ciência como objeto) que conhece as coisas imutáveis e necessárias, permitindo contemplar as coisas cujo seus primeiros princípios são imutáveis e invariáveis; a segunda (intelecto prático, tem o contingente por objeto) conhece as coisas mutáveis e variáveis, permitindo conhecer as coisas possíveis de variação. Assim, o homem é, acima de tudo, intelecto, e os valores da alma são os valores que devem ser postos em prática na sociedade. A felicidade é mais plena ao indivíduo com esta parte da alma, sem desconsiderar os bens materiais que, em quantidade exata, auxiliam na busca pela felicidade. (CALOVI e MARMINTINI, 2010, p.69.)

Para complementar, usamos as palavras de Hooft (2013) quando esse exalta o poder da estrutura racional nas decisões humanas, dizendo que o problema ético que nós enfrentamos é o de simplesmente manter a parte racional no controle da parte desejosa, ou seja, só viveremos bem se a nossa parte racional tiver no comando das nossas inclinações. Vendo assim, parece que o autor exclui as partes desejosas de nossas ações; pelo contrário, o que ele demonstra é que devemos agir com a razão no comando. O desejo aqui aparece como uma espécie de um desejo racional. “O desejo deve ser correto e deve buscar exatamente o que a razão determina”. (ARISTÓTELES, EN, 1139 b 114). Isso significa não deixar que a nossa parte apetitiva assuma o comando de nossas decisões sem o comando da razão, pois pelo que vemos as nossas inclinações nos desvia do caminho correto.

“A alma se mostra aqui melhor que o corpo, e na alma a parte melhor é a parte regrada pelo pensamento e é essa parte que rege e interdita o que se deve ou não

fazer. Reside no intelecto, por conseguinte a essência do homem” (NODARI, 1997, 392). Por a alma se mostrar melhor que o corpo não quer dizer que ele não tenha valor, ou que fosse o túmulo da alma como pensava Platão, mas funciona como um instrumento que estabelece um elo de interesse e proveito entre os dois. O homem só se faz completo a partir da relação do corpo com a alma (CERQUEIRA, 2016). Pelo que vemos, embora a alma racional se mostre superior ao corpo, ela precisa deste para se concretizar, pois é uma parte que não funciona sem a outra. Vejamos essa relação a partir do pensamento de Nodari. “O corpo é, total e exclusivamente, feito para o bem da alma, pois pode-se dizer que os verdadeiros bens do homem são os bens espirituais, que consiste na virtude à sua alma, e é neles que está a felicidade” (NODARI, 1997, 392).

A parte racional nos dá condição de julgar, conhecer e fazer o que é correto. [...] essa capacidade em consonância com o empreendimento de boas ações conduz o homem ao seu fim, a realização de sua função como homem, tornando esse por acréscimo à sua natureza e pelo hábito um ser virtuoso (RODRIGUES, 2009). Além do mais, essa parte racional tem um trabalho árduo para controlar ou moderar os diversos impulsos advindos da parte irracional que nos leva a cometer atos viciosos. Daí a importância do ser humano ter sabedoria prática como um mecanismo da parte racional que nos norteia para uma ação correta, justa e feliz.

3.1.1 Prudência/sabedoria prática

O conceito de prudência que aparece na ética das virtudes aristotélica como tendo uma originalidade, mostra-se importante no direcionamento de nossas ações. Podemos afirmar essa originalidade conforme observamos na leitura do mestre, como também numa leitura em Nodari (1997, p. 396), quando esse diz que “a prudência, virtude do intelecto prático é uma virtude intelectual do tipo original e o conhecimento que lhe é próprio é um conhecimento que consiste em saber dirigir corretamente a vida do homem”. O homem com essa virtude é capaz de ver o que é bom para si mesmo e para os outros (ARISTÓTELES, EN, 1140 b). Essa virtude norteia o homem em suas ações. É uma virtude que existe no intelecto, mas acontece na vida prática. Isso é uma demonstração de que ela não está ligada ao transcendente, mas à própria vida prática do indivíduo. Segundo Jaeger (1946), a sabedoria prática não é dependente de um conhecimento transcendental, mas busca uma base natural centrada na consciência humana prática e de caráter.

A sabedoria prática é o transformador que converte o conhecimento de Deus na vontade humana e aplica aos detalhes da prática. [...] “seu conceito de razão prática estabelece que o homem virtuoso é aquele que delibera bem, um indivíduo entendido como *phronimo* é aquele que demonstra prudência em seu agir” (CERQUEIRA, 2016, p.61). Deliberar bem é uma característica da pessoa que tem sabedoria prática. A pessoa com essa virtude tem uma qualidade racional que leva à verdade no tocante às ações relacionadas com os bens humanos (ARISTÓTELES, EN, 1140 a-b).

Conforme Zingano (2010, p.145), uma pessoa com sabedoria prática “é aquela que sabe invocar, em uma determinada situação, o maior número de interesses efetivamente pertinentes e considerações genuinamente relevantes, em medida proporcional à importância do contexto deliberativo particular”. É uma pessoa que sabe como e deve agir da maneira certa, na hora certa. Podemos confirmar isso com a fala de Zingano (2010) quando ele diz que a ausência da sabedoria prática se mostra na incapacidade de a pessoa organizar e planejar sua vida para alcançar um fim único, além de que sua ausência também se mostra na preferência da pessoa pôr um fim que não seja adequado e bom. Martha Nussbaum (2009) ainda ressalta sobre essa virtude afirmando que o indivíduo com essa excelência tem bom caráter, ou seja, é uma pessoa que conseguiu internalizar por meio de instrução na infância os valores éticos e uma concepção de vida boa. Essa pessoa além de se ocupar com outras virtudes, seus desejos irão se formando conforme essas preocupações. E tudo isso é muito importante no momento de praticar uma ação.

Como isso, vemos a importância de termos sabedoria prática antes de praticarmos uma ação, pois é essa sabedoria que vai nos direcionar a fazer o que é moralmente correto. A sabedoria prática nos dá a capacidade de organizar, planejar a nossa vida para um fim conforme a virtude. Ela “está obviamente alocada a alma racional, sendo mais precisamente pertencente à faculdade calculativa (ou opinativa) uma vez que delibera sobre o que é contingente” (CERQUEIRA, 2016, p.60). A sabedoria prática é importante para nos direcionar para o caminho justo, pois funciona como elemento de controle de nossas ações. Uma pessoa com sabedoria prática tem a capacidade de agir na hora certa equilibradamente.

Segundo (Hughes, 2001, p.84, tradução nossa),

possuir sabedoria prática na visão de Aristóteles, é ser bom em pensar sobre o que se deve fazer. Ele tem o cuidado de deixar claro que ele

tem uso muito particular de “deveria” em mente. É ser bom em pensar como viver uma vida realizada e digna como um todo.⁶

Na visão de Calovi e Marmentini (2010) a sabedoria prática é um dos conceitos mais originais da teoria moral de Aristóteles, pois essa excelência tem característica que apresenta originalidade e o conhecimento que nos permite saber dirigir nossa vida para a direção certa. Ela funciona na ética como uma espécie de direcionamento para as nossas ações.

Segundo MacIntyre (2001), a prudência é a virtude principal do campo da moral, sendo que um homem prudente sempre sabe o que lhe é devido, sempre sabe fazer julgamento em casos específicos. Devemos entender porque MacIntyre exalta tanto essa virtude diante das demais. Basta olharmos seu discurso e compreenderemos porque ele a destaca. Segundo ele, embora a prudência seja uma virtude intelectual, tem uma relação direta com as virtudes morais, a tal modo dele chegar a afirmar que sem aquela, as excelências do caráter não funcionam. Com essa relação, vemos que o homem não basta ter só condições ou liberdade para agir, mas precisa que essa ação esteja sob controle da parte inteligível do homem, pois ela é que nos vai direcionar sobre o que fazer e como fazer.

Esse conceito de prudência ou sabedoria prática é essencial para toda a filosofia das virtudes aristotélica. Para compreendermos, segundo Hooft (2013), precisamos considerar os conceitos do mestre Aristóteles sobre ação e produção. A produção está ligada ao objetivo do que é feito, enquanto a ação diz respeito ao desempenho excelente da atividade.

A prudência faz parte da virtude intelectual e essa nunca é meramente esperteza ou raciocínio do tipo meios e fins, mas é a aptidão que o indivíduo tem de no momento da ação, discernir em circunstâncias específicas, o que moralmente se exige (VEATCH, 2006). Ela funciona como “a capacidade de tomar decisão que seja para seu próprio benefício. Você age prudentemente quando faz algo que funciona para si próprio e para as outras pessoas com os quais você se preocupa” (HOOFT, 2013, p.102). Pensemos num exemplo de uma situação no trânsito em que o motorista age com prudência a fim de não pôr em risco a própria vida, nem a vida do outro.

⁶To possess practical wisdom, in Aristotle's view, is to be good at thinking about what one should do. He is careful to make it clear that he has a very particular use of 'should' in mind. Is to be good at thinking about how to live a fulfilled and worthwhile life as a whole.

Vimos pelo exposto que a prudência ou sabedoria prática se mostra essencial na tomada de decisão mediante nossas ações, pois com ela somos capazes de agir justa e corretamente. “A pessoa prudente é aquela que sabe implicitamente o que é bom para os seres humanos o que conduziria à realização e, assim, à eudaimonia- e que age de forma inteligente de acordo com seu entendimento” (HOOFT, 2013, p. 103). Uma pessoa prudente tem a capacidade de saber fazer a escolha certa no momento de praticar a ação, pois ela sabe o que é bom para si mesmo e para o outro, e age de forma a atingir o bem.

Conforme Amaral et al., (2012, p.16-17) destaca:

O homem prudente é capaz de discernir e ditar regras, normas e preceitos de conduta. Não sendo ciência nem arte, a prudência é uma disposição prática que garante a autonomia e a autossuficiência para que o homem possa direcionar sua própria vida, enfim libertando-se da escravidão causada pelos excessos da passividade ou paixão.

Com relação ao retratado acima, podemos perceber que a sabedoria prática é muito importante para o direcionamento do indivíduo no momento em que vai praticar o ato, pois ela é que possibilita o indivíduo a tomar a decisão. A *phronesis* tem a função de dirigir a ação do homem na direção certa, conforme a virtude. Ela emite ditames, já que as ações que devemos ou não praticar são a sua finalidade. (ARISTÓTELES, EN, 1143 a 122). Ela proporciona ao indivíduo deliberar de forma correta, mas isso acontece a partir do momento em que sai de um ponto certo. Ela nos dá a habilidade de saber escolher a melhor maneira agir (SILVA, 2016).

Perine (2006), com base na concepção aristotélica, diz que a *phronesis* (prudência) não é uma ciência contemplativa, mas uma sabedoria da vida prática dos bens humanos ligado ao estado habitual cognitivo, é isso que faz ela ser uma virtude intelectual. Por estar ligada à parte racional da alma, alguém pode pensar que seja algo puramente racional teórica, pelo contrário, está ligada estritamente à ação. Podemos citar uma fala de Aristóteles que exemplifica isso em que diz “uma pessoa deve ser dotada de discernimento/ sabedoria prática não com vistas a conhecer as verdades morais, mas com vistas a tornar-se boa” (ARISTÓTELES, EN, 1144 a 124).

De acordo como Calovi e Marmentini, (2010, p.74):

A prudência é um estado habitual verdadeiro que dirige a ação. Porém, se o intelecto prático é impregnado de desejo e sua atividade não é mais pura verdade, então nele a verdade se mostra como retidão da duração do desejo. Isso caracteriza o intelecto prático, ou seja: o seu fim é dirigir a ação, que tem por função perceber e dizer a verdade sobre o desejo verdadeiro. Deve encurtar a distância do fim idealizado

e dos meios a serem escolhidos para atingir determinado fim, sempre percebendo a contingência do mundo que não é jamais acolhido em sua obra.

Como a sabedoria prática faz parte das virtudes intelectuais, não significa dizer que ela não tenha uma ligação com as virtudes morais, pelo contrário, elas existem em consonância uma com a outra. Podemos confirmar esse elo quando vemos que para praticar uma boa ou má ação, o homem precisa, sobretudo, do uso racional deliberado para a tomada de decisão. “A sabedoria prática determina o objetivo e a excelência moral nos faz praticar as ações que levam ao objetivo determinado” (ARISTÓTELES, EN, 1145 a 127).

Um outro fator ligado à prudência que não podemos esquecer de citar aqui é que ela não depende apenas e, exclusivamente, de regras e princípios racionais como pensava Sócrates. Aristóteles refuta tais ideias conforme cita Barreiro (2017, p. 9260), pois segundo ele, “não é possível obter sabedoria prática sem que haja virtude moral”. A partir dessa visão do autor podemos compreender que há uma relação direta das duas formas de virtudes, sabendo que a prudência é uma qualidade marcante da virtude intelectual. Aqui vemos que uma não existe sem a outra. Elas se completam e formam juntas.

A sabedoria prática não funciona de modo algum sem o esforço do indivíduo para que ela aconteça, isto é, como algo que acontece automaticamente. A virtude moral leva ao caráter, e esse deve ser desenvolvido por meio das práticas de atividades moralmente virtuosas (VEATCH, 2006). Ela diz respeito à nossa capacidade que enquanto ser detentor de razão pode deliberar conforme esse princípio natural que é a racionalidade em escolher entre as boas e más ações. Todas nossas escolhas devem ser feitas a partir de uma escolha racional deliberada, pois é essa que dá ao homem o discernimento de como agir corretamente, ou seja, o homem agir no plano da medianidade, já que é nesse plano que se encontra as virtudes e essas são as que possibilitam a felicidade que o homem busca.

Ainda de acordo com Veatch (2006, p.18), “a sabedoria prática é o gerenciamento inteligente da própria vida de forma que todos os bens necessários são coerentemente alcançados, mantidos e desfrutados de uma maneira que é adequada para o ser humano individual”. A sabedoria prática nos possibilita agir corretamente e na hora certa, e essa deve sempre ser usada no momento antes da ação, para que o homem seja capaz de discernir o certo do errado e agir moralmente.

“A sabedoria pratica é uma capacidade de discernir qual das características que convidam potencialmente a uma ação é a que deve ser autorizada a interagir com um dos interesses duradouros de uma pessoa virtuosa, de modo a induzir a uma ação” (ZINGANO, 2010, p.270). A pessoa prudente é mais focada na situação imediata e particular em que o indivíduo se encontra. É o que Aristóteles chama de percepção. Indivíduo que age com prudência tem uma apreensão implícita dos princípios gerais (HOOFT, 2013).

Portanto, a prudência dita o que deve e como deve ser feito, gerencia nossa vida a partir de um autocontrole de nossas ações a ponto de que a ação moralmente correta só pode ser resultante deste elemento constitutivo. Porém é necessário ressaltarmos que além da prudência como elemento constitutivo para uma ação correta é preciso sabermos a importância de o indivíduo estar ciente ou não do que está fazendo para que possamos fazer julgamento dos seus atos. No tópico a seguir faremos uma discussão sobre a ação voluntária e involuntária e suas influências numa ação moral.

3.1.2 Ação voluntária e involuntária

Para iniciarmos este tópico é importante destacarmos a importância da ação para o campo da virtude da moral. As ações, conforme as virtudes, não bastam que sejam corretas, mas o agente que as pratica deve estar ciente do que está fazendo, para em seguida decidir sobre elas. As ações são, segundo eles, condições importantes e indispensáveis no comportamento moral. (STEFANI e MOLON, 2014).

Diante disso vamos tratar nesta parte sobre os tipos de ações trabalhadas por Aristóteles no livro *Ética a Nicômaco* e como elas se dão no campo das virtudes morais.

Aristóteles começa o livro III da *Ética a Nicômaco* fazendo uma alusão à relação da virtude moral com as emoções e ações humanas, e a partir daí mostra a importância da distinção dos atos voluntários e involuntários para o julgamento pela ação do indivíduo. Sob influência do pensamento de Aristóteles para distinguir ato voluntário de involuntário, Zingano faz a distinção com base no conceito de causa motora, em que os eventos em que as causas motoras estão intrinsecamente em nós é voluntário e quando está exterior a nós é involuntário (ZINGANO, 2010).

É importante sabermos essa distinção para que não julguemos indevidamente o indivíduo por algumas ações praticadas no dia a dia. Nós somos propensos a agir

sob influências externas constantemente e, mesmo muitas vezes, agindo sobre esse tipo de influência, somos julgados como seres imorais. Com essa discussão, surge um questionamento: Nós devemos ser responsabilizados por ações influenciadas por fatores externos?

É com base nesse questionamento que vamos tratar aqui nesse tópico a distinção de atos voluntários, involuntários e mistos e como esses influenciam em nossa vida como seres morais.

Aristóteles traz à tona a diferença entre atos voluntários e involuntários, porém segundo ele, além desses, há também ações que são mistas que trazem sinais tanto da presença involuntária quanto voluntária e isso de certo modo causa certa confusão em alguns leitores, por isso tentaremos aqui elucidar cada conceito de forma clara e específica.

Segundo o mestre de Estagira, “a excelência moral se relaciona com as emoções e ações, e somente as emoções e ações voluntárias são louvadas e censuradas, enquanto as involuntárias são perdoadas” (ARISTÓTELES, EN, 1110a, 49). Tudo que fazemos de forma voluntária ou não, poderá trazer consequências prejudiciais ou benéficas para as pessoas ou grupos que estamos inseridos, por isso o indivíduo precisa agir conforme o caráter para que as suas ações sejam benéficas (STEFANI e MOLON, 2014).

Aristóteles nos mostra que em relação à virtude moral precisamos saber a distinção entre um ato voluntário e involuntário e devemos estar cientes sobre essa distinção para não julgarmos ou punirmos alguém por uma ação em que o indivíduo age por compulsão ou ignorância, pois muitas de nossas ações são sob a influência externa. No âmbito da moral é importante deixarmos claro essa distinção, já que sabemos que muitas vezes o indivíduo pratica tal ação de forma voluntária e atribui a existência de influência externa involuntária. É como o mestre diz, “é tão absurdo atribuir a culpa às circunstâncias exteriores, em vez de atribuí-las a nós mesmos” (ARISTÓTELES, EN, 1110, b-50). Diante disso, é fácil nos vangloriarmos por atos nobilitantes, enquanto que quando praticamos atos ignóbeis, atribuímos às influências exteriores ou de terceiros, podendo assim chamar de transferência de responsabilidade ou culpa.

Aristóteles considera involuntária as ações praticadas por ignorância, ou seja, sobre influência exterior ao agente, em que o mesmo não contribui de forma alguma para a ação. Podemos usar como exemplo, parafraseando o que o próprio mestre

citou, o caso de uma pessoa que pratica uma ação porque é levado por outra pessoa que a tem em seu poder. Para simplificar podemos citar um exemplo de um refém que age sob o comando de quem o faz de refém. Esse age contra sua vontade, pois as suas ações são comandadas de fora por outrem.

Conforme Stefani e Molon (2014, p.25),

Fica identificada diretamente ao involuntário a influência externa de uma força que obrigue de alguma forma à execução de uma ação contra a vontade de quem a pratica ou a presença da ignorância ao menos de algum elemento das circunstâncias necessária para levar o termo uma ação qualquer. Tais ações involuntárias são passíveis de perdão ou piedade e nesses casos, em geral o agente se arrepende.

Porém, o mestre mostra também que existe momentos em que há uma certa dúvida sobre algumas ações praticadas pelo agente que são sobre pressão ou por medo. É aí que surgem as ações às quais se assemelham mais como mistas, pois não é possível distinguirmos nitidamente se é voluntária ou involuntária, embora o próprio autor, por algum momento, possa achar que essas se assemelhem mais como voluntária, pois são objetos de escolhas. Desse modo, achemos melhor em meio à dúvida, usar das palavras do mestre e classificarmos como ações mistas. Assim, podemos citar dois exemplos dessas.

Se um tirano, tendo em seu poder os pais e filhos de uma pessoa, dessa ordem a esta pessoa para praticar alguma ação ignóbil, e se a prática de tal ação fosse a salvação dos reféns, que de outro modo seriam mortos. Algo do mesmo gênero ocorre também na hipótese do lançamento ao mar da carga de uma nau durante uma tempestade; com efeito ninguém lança a carga ao mar voluntariamente, mas como condição para assegurar a própria salvação e de seus companheiros de viagem qualquer pessoa sensata agiria assim, (ARISTÓTELES, EN,1110 a- 49).

Nas ações mistas, existe um fator de influência externa que força a pessoa à ação, ou seja, faz o homem agir contra sua própria vontade. Porém é importante ressaltar também que aqui o indivíduo não perde a sua liberdade em escolher ou optar pela decisão, já que a ação ainda se encontra nas mãos do agente mesmo diante da ameaça externa (STEFANI e MOLON, 2014).

Então, quando devemos considerar uma ação voluntária? Aristóteles responde nosso questionamento com a seguinte afirmação: “Uma ação é considerada voluntária, quando a origem de uma ação está na pessoa, está no poder dessa praticá-la ou não”, (ARISTÓTELES, EN,1110 a- 50). Conforme Silva (2016), essa ação se mostra importante, porque aqui o agente age livremente sem qualquer influência

externa, haja vista que para ele, segundo o que podemos observar em Aristóteles, é que uma ação por coação seria reprovada. E na ação voluntária é possível percebermos que essa se encontra livre de qualquer tipo de coação.

Mas Aristóteles, ainda tratando da diferença entre ação voluntária e involuntária, atribui algumas situações como sendo algo distinto destas mencionadas, é o caso da ação não voluntária. Ele cita o momento em que o indivíduo age por ignorância, que é diferente de agir na ignorância. Podemos citar como exemplo claro, o indivíduo embriagado ou encolerizada que age não por ignorância, mas na ignorância (ARISTÓTELES, EN, 1110b). É fácil entendermos isso, nesse caso o indivíduo era consciente, porém tornou-se ignorante pela embriaguez e deve ser responsável pela ação, haja vista que essa era uma situação em que o agente poderia ter evitado, uma vez que se embriagar depende da escolha de cada indivíduo. É o caso de muitos usarem esse pretexto para se livrar de suas responsabilidades.

“Tudo que é feito por ignorância é não voluntário, somente aquilo que produz sofrimento e pesar é involuntário” (ARISTÓTELES, EN, 1110b- 51). A pessoa que faz alguma coisa e não se arrepende pelo ato que fez, não agiu voluntariamente, pois não estava ciente do que estava fazendo e muito menos involuntariamente, pois não sentiu arrependimento.

Diante disso, podemos concluir que o homem deve agir de forma voluntária, isto é, livre de qualquer condicionamento, sendo que a origem da ação deve estar no próprio indivíduo que pratica, pois este possui o conhecimento necessário das circunstâncias que envolve sua ação. Ou seja, ninguém é mais apto do que o próprio indivíduo (SILVA, 2016).

Além disso tudo, concluímos que para que uma ação seja considerada boa ou para que o homem possa ser reconhecido como virtuoso ele precisa estar em certas condições quando as pratica. Primeiro lugar, ele deve agir conscientemente. Segundo lugar, ele deve agir deliberadamente e, em terceiro lugar, o indivíduo devem provir de uma disposição moral firme e imutável (ARISTÓTELES, EN, 1105b).

Pelo que percebemos, esses pontos são cruciais na concepção da ética das virtudes aristotélica, pois quando o homem age conscientemente, ou seja, voluntariamente como o mestre dizia, o agente sabe o que quer, o que faz, o que deseja e isso é muito importante antes da ação.

No segundo ponto, o agente da ação deve analisar as possibilidades a partir do uso racional para discernir no momento de realizar o ato, ou seja, escolher como

agir e como dito por Aristóteles, deve ter consciência e, não podemos esquecer de incluir a intencionalidade, isto é, a finalidade que o agente busca que é a felicidade. Assim, para compreendermos mais sobre isso discutiremos a seguir sobre a ação deliberada.

3.1.3 Ação deliberada

Começamos essa parte apontando que a deliberação é necessária na vida do homem como ser moral, pois ela vai ajudar a dar direcionamento ao indivíduo antes de praticar a ação. Segundo Zingano (2010, p.250), “necessitamos de um tipo de estrutura deliberativa não-instrumental afim de dar sentido para a ação que coloca em prática a concepção de agir bem de um agente, que é correto caso seu caráter seja virtuoso.”

É importante sabermos que para que exista deliberação, o homem precisa estar ciente da situação na qual ele vai agir para saber se pode ou não intervir, isso é o que vai permitir agir de um jeito e não de outro, ou seja, agir corretamente sendo virtuoso ou mesmo sendo vicioso.

Segundo Long. (2004, p. 146, tradução nossa), outro ponto interessante sobre deliberação é que:

se o *nous* prático funcionar nos dois extremos - por um lado, orientando os *phronimos* em direção o encontro direto com o singular e, por outro lado, nomeando a capacidade de compreensão do universal - então a deliberação opera entre esses extremos, determinando a ação pela mediação entre a situação concreta e os princípios universais de ação derivados de experiências anteriores, educação, e habituação anterior.⁷

Com a deliberação temos a capacidade de saber fazer a escolha correta, determinando a direção certa a se tomar e evitando os extremos, pois nos extremos estão os vícios que desvia o homem do caminho correto.

“[...] ação correta é a que produz as melhores consequências que você formula seus “princípios” a fim de atingir o fim que você escolhe perseguir, a conexão entre escolha e “melhor” sendo supostamente tal que escolher refletidamente significa escolher como agir de modo a produzir as melhores consequências”; (ZINGANO, 2010, p.29).

⁷ If practical nous operates at the two extremes—on the one hand, orienting the phronimos toward the direct encounter with the singular, and on the other hand, naming the capacity for insight into the universal—then deliberation operates between these extremes, determining action by mediating between the concrete situation and the universal principles of action derived from past experience, education, and previous habituation. At one extreme, deliberation is

Segundo Aristóteles, deliberamos apenas sobre coisas que estão ao nosso alcance e podem ser feitas (ARISTÓTELES, EN,1112b -54). A deliberação só é possível sobre o que está em nosso poder, pois não podemos deliberar sobre o impossível, ou seja, que está fora do nosso alcance, (STEFANI e MOLON 2014). A pessoa com deliberação não só tem a capacidade de tomar uma decisão virtuosa de fazer o que é certo na hora certa, mas tem a direção e a motivação para fazer dessa forma.

“A deliberação se relaciona com coisas que em geral acontecem de um modo determinado, mas cujo o desfecho é obscuro e com coisas nas quais ele é indeterminado” (ARISTÓTELES, EN,1112 b- 55). Um outro fator interessante sobre a ação deliberada é que não deliberamos sobre os fins, mas sobre os meios, pois quando se chega a uma finalidade, a gente procura saber com e pelos meios se tal finalidade pode ser encontrada. Um exemplo claro é que as pessoas procuram saber porque meio podem alcançá-la mais facilmente e realizá-lo melhor; se é possível chegar a ela por um único meio etc.” (ARISTÓTELES, EN,1113 a -55).

Pelo que vimos acima, a deliberação funciona como uma espécie de investigação em que é feito uma análise dos meios que chegaram ou chegarão a um determinado fim. Diríamos que é uma espécie de análise descritiva minuciosa. É aquela que demonstra que enquanto existir possibilidade, existe a busca. “Se chegarmos a uma impossibilidade, abandonamos a busca” (ARISTÓTELES, EN,1113 a- 55). Pois é como o próprio mestre dizia, se existe possibilidade é porque pode ser realizado, são coisas que podem ser realizadas graça aos nossos esforços.

“A deliberação é acerca das coisas a serem feitas pelo próprio agente. As ações são executadas com vista as coisas que são diferentes delas. Efetivamente, a finalidade não pode ser objeto de deliberação, mas somente os meios”, (ARISTÓTELES, EN, 1113 a 55). O objeto da deliberação é o mesmo objeto da escolha, mas existe apenas uma ressalva de que o objeto da escolha já está determinado, uma vez que aquilo que foi decidido em decorrência da deliberação é objeto da própria escolha (ARISTÓTELES, EN, 1113). Como o objeto da escolha é algo ao nosso alcance, que desejamos após deliberar, a escolha será um desejo deliberado de coisas ao nosso alcance, pois quando após deliberação chegamos a um juízo de valor, passamos a desejar em conformidade com nossa deliberação. Sendo os fins aquilo a que aspiramos e os meios sobre o que deliberamos e que escolhemos, as ações relativas aos meios devem estar conforme a escolha voluntária.

“Ora o exercício da excelência moral se relaciona com os meios; logo a excelência moral está também ao nosso alcance, da mesma forma que a deficiência moral” (ARISTÓTELES, EN,1113 57).

Quando se fala em ação deliberada parece que estamos falando de algo exclusivamente da parte racional, porém pelo que observamos está relacionada também com o campo da irracionalidade, a parte apetitiva da alma onde se encontra os desejos. Cabe ressaltar aqui que o âmbito da irracionalidade não diz respeito à parte nutritiva que nada compartilha com a razão, mas de fato com a outra parte irracional que se correlaciona com a razão. Tal relação entre estas partes implicam em um aprofundamento da noção de desejo e parece está diretamente relacionado com as formas de manifestações do que é naturalmente pertencente à parte da racionalidade (STEFANI e MOLON, 2014). É no virtuoso que a parte racional está relacionada aos desejos, pois o que o homem deseja, que lhe dá prazer é exatamente aquilo que a razão vê como um bem (STEFANI e MOLON, 2014). Martha Nussbaum (2009), também reforça sobre essa relação quando afirma que [...] “o ser humano é considerado como uma criatura de amor e desejo, mesmo em situação racional, mas o desejo não é algo bestial”. Vemos aqui que não é um desejo isolado da parte racional, mas algo situado nela, ou seja, é o que podemos chamar de desejo racionalizado.

O prazer pode ou não acompanhar uma ação deliberada tornando-se o âmbito da manifestação do caráter do agente sempre através da escolha que esse faz, incluindo, é claro, a presença do uso da racionalidade, (STEFANI e MOLON, 2014).

A ação deliberada consiste em analisar, planejar nossas ações a fim de que façamos o que correto. E ainda mais, as ações éticas devem ser deliberadamente escolhidas, pois são as coisas certas a se fazer em determinada situação de nossas vidas, pois a virtude envolve agir assim (LONG,2004).

Ela na visão de Hooft também é teleológica, por ter tantos objetivos internos quanto externos e também no sentido de constituir o nosso ser quando a fazemos bem. Os objetivos externos são “os fins que buscamos em nossas ações e os internos, que são as satisfações que vêm de se fazer bem o trabalho” (HOOFT, 2013, p. 85). Essa parte deliberativa do homem está estreitamente ligada à ação, pois na concepção de Hooft (2013), o nosso pensamento age sobre como podemos alcançar nossos objetivos, planejando as nossas ações, refletindo sobre como devemos agir.

A parte deliberativa tem uma relação direta com a excelência, já que essa é uma disposição da escolha deliberada que consiste numa mediedade relativa a nós. Essa disposição além do mais é delimitada pela racionalidade, isto é, a escolha deliberada, desse modo, mostrando-se nessa concepção, é um assunto de grande importância não só na compreensão das virtudes morais, mas também na compreensão das ações voluntárias, involuntárias e mistas (STEFANI e MOLON, 2014).

Portanto, no âmbito da ação voluntária e involuntária e escolha deliberada parece surgir um paradoxo quanto à questão de como devemos agir e em que consiste a responsabilidade moral do indivíduo, se é apenas nas ações voluntárias ou no âmbito da ação deliberada?

Segundo Stefani e Molon (2014, p.26),

se poderia, ainda propor uma identificação equivocada entre o voluntário e o deliberado, o que fica interdito com tal esclarecimento, pois um ato impulsivo pode ser voluntário se o agente conhece as circunstâncias e o princípio motor está nele, mas não deliberado se age impulsivamente e não pondera a questão antes de agir.

Desse modo, cabe a nós explicitarmos mais sobre o que é o ato voluntário e a ação deliberada, pois vimos que nem todo ato voluntário é deliberado, pois nesse caso pode ser ou não. Temos exemplos das crianças e dos animais que podem agir voluntariamente, mas não deliberadamente, são o que chamamos de atos impulsivos, porém podemos afirmar que toda escolha deliberada é voluntária.

Assim, Stefani e Molon (2014) dão respostas para os nossos anseios citando que a ação voluntária é tida como ponto de partida, mas que a responsabilidade moral deve consistir de fato numa escolha deliberada, não apenas voluntária, pois sabendo que agir voluntariamente pode ser ímpeto, a responsabilidade parece ser maior numa ação deliberada, visto que é algo premeditado. É importante frisarmos aqui quando se fala de escolhas, que não é qualquer tipo de escolha, mas no sentido de agir bem para o bem.

3.2 Virtudes morais

Como foi dito anteriormente, as virtudes intelectuais são resultado da aprendizagem e se constitui na parte racional da alma e as virtudes morais são resultantes do treinamento do hábito, ligada à parte apetitiva da alma. Ou seja, nós não nascemos virtuosos, nos tornamos virtuosos a partir dessas duas formas de

aptidões naturais, assim exposto pelo estagirita (ARISTÓTELES, EN, 1103). O homem nasce com a potencialidade e a partir da atividade é que ele adquire a virtude “Aristóteles acredita que podemos nos treinar em boa decisão moral fazendo assim como podemos nos treinar para termos respostas emocionais apropriadas a situações (HUGHES, 2001, p. 84, tradução nossa).⁸

As virtudes morais são resultado do treinamento pelo hábito, isto é, o ser humano deve após adquiri-las continuar praticando constantemente, pois essas não devem ser para um curto período de tempo, mas para toda a vida.

“Adquirimos o hábito das virtudes e essa se torna uma disposição, ou seja, um estado de espírito, um critério de orientação tendente ao agir de modo adequado no momento certo, na medida certa em todas as circunstâncias da vida” (SILVA et al, 2010, 1383).

As virtudes morais se dão em nós pelo hábito diário construído a partir do modo de ser do homem. E como elas se dão pelo hábito, significa que precisa da prática ou exercício de repetição constante e do aprimoramento desses hábitos no meio em que o homem se encontra inserido. Podemos citar um exemplo do próprio Aristóteles (ARISTÓTELES, EN, 1103b) quando ele diz que nos tornamos moderados agindo moderadamente, assim como nos tornamos corajosos agindo corajosamente. Os nossos hábitos são os que vão definir quem somos. Se temos hábitos bons, praticamos boas ações, teremos o reconhecimento da comunidade como seres bons, porém, se praticarmos atos vis, seremos também reconhecidos assim como pessoas vis, portanto, não virtuoso. “É o hábito que torna o homem bom e lhe permite cumprir bem sua tarefa” (ABBAGNANO, 2007, p. 1003). Citemos outro exemplo do mestre de Estagira quando este fala que “os legisladores formam os cidadãos habituando-os a fazerem o bem; esta é a intenção de todos legisladores; os que não põem corretamente em prática falam em seus objetivos, e é sob este aspecto que a boa constituição difere da má” (ARISTÓTELES, EN, 1103b 35).

Falando assim, parece que as virtudes morais não têm nenhuma ligação com o conhecimento. Claro que tem, mas de fato ela vai muito além de ter conhecimento, pois o que mais importa pelo que percebemos na leitura em Aristóteles é a prática do

⁸Aristotle believes that we can train ourselves in good moral decision making, just as we can train ourselves to have appropriate emotional responses to situations.

hábito constante. Até mesmo porque do que adianta conhecer as virtudes se não há hábito de praticá-la cotidianamente.

A virtude moral que pode ser chamada também virtude do caráter, além de nos propiciar atos bons, “é o melhor recurso que um agente racional possui quando enfrenta a boa e má fortuna. Ela será a disposição que faz um homem bom e o leva a desempenhar bem a sua função”. (ARISTÓTELES, EN, 1106 a 41). Portanto, é o melhor estado estável de caráter a se adquirir e quem o possui, possui o componente dominante da felicidade (ZINGANO, 2010). Ainda segundo Zingano (2010, p.122), pelo que ele observa em Aristóteles, [...]” as ações moralmente boas, promanam dos bons estados de caráter e a esses fazem apelo, e que os bons estados de caráter são bons porque são condição saudável e balanceada de um homem”.

Conforme Mentzou (2018), a construção do caráter em nós está ligada ao treinamento de nossos sentimentos, pois assim podemos regular os impactos que tais sentidos podem provocar em nós. É aquela velha questão já discutida no texto, de educar nossos sentimentos com o uso da racionalidade, pois esses por si só, podem ser catastróficos. “Os sentimentos não devem ser aceitos como dado. Eles estão sujeitos a avaliação racional e idealmente para o controle racional” (HUGHES, 2001, p.64, tradução nossa). ⁹O controle racional sobre os sentimentos é simplesmente para o homem andar conforme as virtudes e não se desviar do caminho do bem.

Segundo Hughes (2001, p.64, tradução nossa), os sentimentos por si só não são eficazes para a virtuosidade, pois

para uma resposta emocional ser virtuosa, deve estar de acordo com o que a razão julga serem as verdadeiras demandas de a situação, já que a razão visa a verdade. Sentimentos, então, não são simplesmente para ser aceito como dado. Eles estão sujeitos a uma avaliação racional e idealmente para o controle racional.¹⁰

Hughes ainda alerta para o problema do treinamento dos sentimentos, em que ele diz que esses quando não treinados, podem distorcer nossa visão moral, “[..] mesmo os sentimentos virtuosos da pessoa boa são ainda moldados e dado um foco mais refinado pela compreensão intelectual de uma ação particular como fina e nobre”

⁹Feelings, then, are not simply to be accepted as given. They are subject to rational assessment and ideally to rational control.

¹⁰for an emotional response to be virtuous it must be in accord with what reason judges to be the true demands of the situation, since reason aims at truth. Feelings, then, are not simply to be accepted as given. They are subject to rational assessment and ideally to rational control.

(HUGHES, 2001, p.114, tradução nossa). ¹¹Pelo que entendemos, os sentimentos sempre devem ser treinados para não correr o risco de desviar o homem do campo da moral. E esse treinamento pelo que percebemos deve ser para a vida toda, é a questão de aprimorar cada vez mais. É tipo, não é que eu seja uma pessoa boa que não precise melhorar.

Mentzou (2018, p. 168) ainda ressalta o seguinte:

nós não controlamos a natureza de cada tipo de sentimentos, mas temos um controle significativo do que pode estimular cada tipo de sentimento e em que grau de intensidade o sentimento é vivenciado. Segue-se que muitas coisas dependem de nós, a saber, sobre nossas disposições para sentir e se comportar de certa maneira, e é por isso que a virtude fundamenta nossa responsabilidade por nossas decisões e ações.

Desse modo, o que vai definir nosso caráter é forma como nós agimos na comunidade. Portanto, devemos agir sempre conforme as virtudes, para sermos reconhecidos como pessoas boas e justas para uma sociedade mais justa e feliz. A vida, conforme a virtude e pelo que percebemos no estudo da obra do mestre, é o caminho certo para a vida boa e feliz, porém muitos preferem trilhar por outros caminhos que se distanciam de tais virtudes.

As virtudes de caráter aristotélicas pretendem assegurar a felicidade plena, dadas as circunstâncias exteriores adequadas. Ao mesmo tempo, incluem um compromisso com a inflexibilidade: são estados estáveis de caráter que o agente reterá mesmo percebendo infortúnios. Sua inflexibilidade é benéfica tanto na boa quanto na má fortuna (ZINGANO, 2010, p.238).

Vemos aqui pelo exposto acima que tais virtudes são a garantia de alcançar a felicidade plena e que faz essa se manter estável, mesmo diante das adversidades. Essas virtudes, além de proporcionar a felicidade, é também a garantia da estabilidade da mesma.

Conforme Silva et al (2010, p. 1383),

quem possui o hábito de cultivar as virtudes entendido aqui como a ação originalmente espontânea ou livre que repetida várias vezes mantém-se, atualiza-se com o exercício frequente e não apenas designa a mera capacidade de agir virtuosamente como também se distingue e se torna proeminente em relação a outra pessoa que apenas possui a capacidade de agir virtuosamente.

¹¹ Even the virtuous feelings of the good person are further shaped and given a more refined focus by the intellectual grasp of a particular action as fine and noble.

Pelo citado acima, percebemos a importância do exercício diário das virtudes, pois assim temos a garantia de sua permanência, haja vista que não adianta termos apenas a capacidade natural de possuir. Assim, devemos lembrar da comparação que Aristóteles faz das virtudes com a arte no sentido da prática, do exercício constante para o aprimoramento, pois quanto mais praticarmos, mais aperfeiçoaremos. É uma questão não apenas de adquirirmos, mas após adquirirmos, praticarmos constantemente.

Segundo Hooft (2013, p. 88),

embora não nasçamos com virtude, a natureza confere-nos a habilidade básica para nos tornarmos virtuosos, as precisamos praticar virtude a fim de adquiri-la. Precisamos criar o hábito de agir virtuosamente. E esse hábito se tornará então uma disposição para agirmos dessa maneira.

Assim, ele dá destaque à concepção do seu mestre Platão sobre a importância de nos habituarmos desde criança a gostar ou não das coisas corretas. Isso é o que ele chama de verdadeira educação. Com as virtudes se dão tanto pela educação quanto pelo hábito, como assim foi mencionado acima, é importante que a criança comece desde cedo a conhecer e a praticar ações ligadas à moral para que desse modo suas ações sejam marcadamente justas e felizes.

Segundo Hooft (2013, p.90),

não só deve a pessoa virtuosa está contente ao agir virtuosamente, mas deve também saber o que está fazendo, escolher fazê-lo por causa disso mesmo (não por causa do elogio que pode receber ou para formar o hábito de agir virtuosamente), e ter disposição de caráter para agir dessa maneira. Assim, ela só será verdadeiramente virtuosa quando tiver internalizado o hábito, juntamente com as atitudes e compreensões pertinentes, da virtude na qual foi treinada.

Vemos aqui que para sermos virtuosos temos que agir conforme a virtude e devemos estar felizes em agir assim, porque é o correto a se fazer. Além do mais, precisamos saber fazer a escolha de agir certo, dando a importância à essa escolha, pois o homem tem em suas mãos duas possibilidades de direções, ou seja, anda virtuosamente pelo caminho certo ou segue o caminho errante, conforme as vicissitudes.

Conforme Stefani e Molon, 2014, p.30).

O ser virtuoso é o bom é o que age no âmbito da moral é aquele que exercerá o papel da referência com suas escolhas corretas e pelas

ações corretas, para que o bem, belo e o agradável que são intimamente vinculados com as disposições possam ser referidos como corretos quando expressos nas ações que o agente de excelência moral assim executar.

O ser humano virtuoso adotará uma atitude correta diante dos infortúnios, porque é magnânima, essa quer o bem da comunidade. É aquele tipo de pessoa que quer ser honrada, mas apenas por razões corretas (ZINGANO,2010). É esse o tipo de pessoa que se espera para uma sociedade ética. Uma pessoa que age corretamente conforme a virtude, pensando no bem da comunidade na qual habita.

Um ponto interessante na ética Nicomaqueia é que a virtude se relaciona com o prazer e o sofrimento, é por causa do prazer que praticamos más ações e é por causa do sofrimento que deixamos de praticar ações nobilitante (ARISTÓTELES, EN, 1104b-37). Segundo Aristóteles, toda disposição da alma se relaciona por sua própria natureza com o prazer e o sofrimento, mas é importante deixar claro também, segundo o mestre de Estagira, que é por meio desses que os homens se tornam maus (ARISTÓTELES, EN,1105 a).

Como se dá essa relação que o mestre aponta? Para entendermos melhor, usamos as palavras de Alves (2014, p.100) quando esse faz o seguinte esclarecimento:

A constituição do caráter do indivíduo, mediante o hábito, possui uma estreita ligação com o prazer e a dor. O bom hábito conduz o agente a sentir dor e prazer nos momentos oportunos e pelas coisas adequadas. Acontece que, muitas vezes, pelo prazer se pratica atos vis e para evitar a dor se deixa de praticar atos nobres. Nem sempre o que causa dor deve ser evitado, assim como nem sempre o que dá prazer corresponde ao bem. Pode-se tomar como exemplo o pai que ensina o filho a devolver o brinquedo que roubou do amigo.

Pelo que percebemos, a construção do nosso caráter como ser ético não é fácil, pois muitas ações nobres são evitadas por causa da dor e sofrimento, e isso impede que se aja corretamente. Assim como ações prazerosas podem ser viciosas, pois não trazem o bem. Todavia, as ações por mais que gerem sofrimento devem ser praticadas, se é para a prática do bem, assim com as prazerosas devem ser evitadas, se causar o mal.

O prazer é uma tendência que nos acompanha e está presente em nossos atos, esse cresce conosco desde a infância, pois já nascemos com ele e não é fácil nos afastarmos dele porque se mantém arraigados em nossas vidas (ARISTÓTELES, EN, 1105 a). Esses se mantêm tão preso em nós que o estagirita diz ser mais difícil

lutar contra ele do que contra a própria cólera. Mas é importante lembrar que isso acontece se não tiver a parte racional no controle.

Desse modo, Aristóteles traz à tona o questionamento do que seria de fato uma virtude moral. Se essas são emoções, faculdades ou disposições. Sabendo que não seria nenhuma das duas primeiras, só lhe restou concluir que seria uma disposição. No entanto, sabendo que a excelência é uma disposição, cabe explicitar que excelência moral, segundo o Estagirita, propicia boas condições às coisas fazendo com que estas coisas tenha uma boa atuação (ARISTÓTELES, EN,1106 a).

Portanto, podemos salientar diante dessa discussão que a excelência do ser humano será a disposição que faz o homem bom desempenhar bem o seu papel na sociedade. Hooft (2013) faz uso das palavras de Aristóteles para citar que virtude é uma disposição intencional, pois se refere às ações que realizamos intencionalmente. Ou seja, agindo assim, o homem age corretamente e justamente. Porém, como mencionado anteriormente, não custa nada lembrar que a excelência deve ser conforme a justa medida, pois é aqui em que se encontra as virtudes, enquanto que no excesso e na falta encontram as vicissitudes e, se o ser humano agir conforme os extremos não será de forma nenhuma um ser ético.

A virtude moral tem um elo com as emoções e as ações, nas quais o excesso é uma forma de erro, tanto quanto a falta, enquanto o meio termo é o correto (ARISTÓTELES, EN,1106b). Aristóteles não exclui as emoções e paixões, até mesmo porque, segundo ele, nem a excelência e nem a deficiência moral são emoções, pois quando somos chamados de bons ou maus é com base na excelência ou deficiência e não nas emoções. Veatch (2006) diz que as emoções e apetites não são ruins, ou seja, são auxiliares e promotores de uma vida boa. Ainda mais, eles são forças emotivas do nosso ser. Diríamos que essas sensações humanas são matérias brutas que devem ser lapidadas. Em vez de excluirmos de nossas ações, devemos usá-las como matérias que contribuam para que nos tornemos seres virtuosos. Basta que saibamos controlá-las. “O homem virtuoso é aquele que sabe utilizar e controlar suas emoções e desejos.” (VEATCH, 2006, p.124).

Segundo Veatch (2006, p.19), “as virtudes morais são o que forma o caráter da pessoa. Elas dizem respeito ao uso e ao controle das próprias ações, elas ajudam a criar uma harmonia entre o que se deveria desejar e o que de fato se deseja”. Com base nessas ideias podemos argumentar que são por meio dessas virtudes que o homem passa a ser um ser ético. Cabe ainda ressaltar que os desejos aqui não ficam

separados da razão, é o que Veatch chama de desejo racional, mas em todas as ações a razão sobrepõe os desejos.

Na perspectiva aristotélica, Amaral et al (2012) diz que os desejos são neutros e se tornam maus a partir do momento que o homem não ajusta à medida racional. Daí surge aquela ideia de que as pessoas não nascem boas, mas se tornam boas quando praticam a ação ética. Vemos aqui a importância do uso da razão como controladora de nossos desejos e inclinações quando praticamos nossas ações, para que possamos de certa forma tomar a decisão correta.

O desejo não é como a razão, pois não possui a capacidade deliberativa, porém isso também não impede que ele seja condicionado pelo hábito de desejar as coisas certas, mas em vista de sua execução ele não é capaz de pôr em prática tal condicionamento (CERQUEIRA, 2016).

Conforme citado acima, percebemos que o desejo é inferior à razão, pois não tem o mesmo atributo deliberativo que ela, porém o mesmo é importante no campo da moral, pois devemos desejar as coisas certas. O desejo não pode existir sozinho, mas submisso à razão, porque a razão deliberativa funciona como direcionadora para se desejar corretamente. Sem razão podemos desejar bem ou mal. E pensar conforme o campo da moral como requisito para uma ação correta é preciso do uso da mesma. A razão é quem vai nos ajudar a não desejar coisas más ou incorretas, mas conforme o campo virtuoso da moral. E o homem que age levado apenas pelos desejos parece ser tendencioso a se desviar do caminho correto.

Com essa discussão sobre o desejo, ainda usamos das palavras de Cerqueira (2016, p.53) quando ele diz, conforme o que ele observou em Aristóteles, que “o desejo é uma potência da alma que faz mover em vista de algo desejável, mas não como nos animais a partir de uma simples imaginação perceptiva, antes tal mover se ajusta em vista da participação deliberativa do cálculo”.

Nesse sentido o desejo não seria desobediente à razão, mas algo que fosse conivente com ela, vimos, pois, que um desejo desobediente nos levaria para caminhos errantes. Por isso, Aristóteles deixa claro sobre a importância do uso racional como critério de condução do ser humano para ação moralmente correta, e isso não significa que ele exclui os desejos e paixões das ações humanas. Em alguns momentos o autor parece desprezar as paixões/desejos do agir humano, porém não é bem assim, pois com base numa análise mais profunda é possível perceber uma estreita relação entre essas formas de agir. “Desejos e paixões nos motiva a agir, mas

são as virtudes que moldam a maneira como experimentar motivações para agir” (MENTZOU, 2018, p.168).¹²

Segundo Perine (2006, p.67), em conformidade com Aristóteles, mostra que “a decisão racional é obra do intelecto, porém posto em movimento e animado pelo desejo do fim”. É isso que podemos chamar de uma relação de um intelecto desejanter em consonância com um desejo refletido. Amaral et al (2012, p.16) ainda ressalta que “para sermos éticos precisamos ter a capacidade de deliberar sobre as coisas boas e úteis para si atento à totalidade do bem viver”

Além do mais, a virtude moral é uma disposição da alma relacionada com as escolhas de ações e emoções, sendo que as nossas ações devem ser determinadas pela razão. O uso racional nos direciona para as ações corretas. A razão aqui não exclui as emoções, pois essas fazem parte do ser humano, porém a razão tem o controle sobre estas. Na ética das virtudes, conforme Nodari (1997), a razão impõe a justa medida à parte irracional, de modo que sem a razão, nossas ações tenderiam para os excessos em que se encontram os vícios.

3.2.1 A justa medida como uma medida certa a ser tomada no âmbito da moral.

Com base na observação do Livro *Ética a Nicômaco*, compreende-se que a mediania é a medida equilibrada de nossas ações, de modo que se agirmos nos excessos e falta as destruímos (ARISTÓTELES, EN, 1104a). Agir com o meio termo significa a tomada de decisão evitando o excesso e a falta. Calovi e Marmantini (2010) afirmam que as virtudes se encontram no equilíbrio entre nossas ações e que quando nossas ações estão às margens desse equilíbrio, terminamos por destruir as virtudes e, assim, nos desviamos do caminho certo. Nos extremos se encontram os vícios que arruinam a vida do homem como cidadão, enquanto que as virtudes nos levam a ser bons cidadãos, pois é nestas virtudes que se encontra a moral.

Segundo Hughes (2001, p.109, tradução nossa),

as virtudes morais sendo estado de equilíbrio emocional apropriado, responde as características das situações em que nos encontramos. Então, fazemos elas nos alertar para a existência desses recursos e nos oferecem pontos para nossas escolhas. Nossas escolhas são motivadas por nossas inclinações virtuosas, de fato; mas o que é de importância central é que elas expressam nosso entendimento

¹²Desires and passions motivate us to act, but it is virtues that shape the way we experience motivations to act.

refinado do que fazer e porquê. É só assim, escolhendo que podemos ter sentido coerente de nós mesmos e de nossas vidas.¹³

As virtudes estão estritamente ligadas ao caráter do homem, pois suas escolhas devem chegar a medianidade de suas ações, para que esse possa ser responsável pelos seus atos. A justa medida, segundo Calovi e Marmentini (2010), é relativa a cada um dos indivíduos que integram a comunidade e que esses com os seus atos, devem procurar o bem da maioria.

Surge aqui uma pergunta: por que a justa medida é relativa a cada indivíduo e não a mesma para todos? Então, para darmos resposta a esse questionamento, devemos usar das palavras do mestre de Estagira. Por meio termo, ele entende a “equidistância em relação aos extremos que é único e o mesmo a todo os homens” (ARISTÓTELES, EN,1106 b-41). Já referente a nós, há segundo ele, uma diferença, pois aqui o meio termo não é único, nem o mesmo para todos. Aristóteles cita um exemplo para demonstrar a mediania em relação ao objeto que é diferente em relação a nós.

Ele diz que se dez é muito e dois é pouco, seis seria o ponto de equilíbrio com referência ao objeto, porém, quanto a nós, esta justa medida não pode ser igual, pois no objeto o meio termo pode ter uma medida exata, enquanto para nós é diferente, isso porque varia conforme a personalidade e também diferente da função que cada um exerce na comunidade na qual este se encontra inserido (ARISTÓTELES, EN, 1106 b). Cada indivíduo tem a justa medida relativa a si próprio e essa funciona conforme o auxílio da parte racional da alma, pois a razão é que determina a ação correta.

As virtudes adquiridas pelo hábito são as que vão regular a vida humana no âmbito mais prático, pois cada um por meio do meio termo devem encontrar a medianidade dos seus vícios, sentimentos, paixões etc., já que todos nós somos diferentes, tanto psicologicamente quanto fisicamente, e cada um terá seu justo meio que são chamados de excelência e que a partir dessas excelências posta em prática possa chegar à felicidade que desejamos.

¹³The moral virtues, being states of appropriate emotional balance, respond to features of the situations in which we find ourselves. In so doing, they alert us to the existence of those features and so offer us starting points for choices. Our choices are motivated by our virtuous inclinations, indeed; but what is of central importance is that they express our refined understanding of what to do and why. It is in only so choosing that we can make coherent sense of ourselves and our lives.

Cabe destacar também que conforme Aristóteles (ARISTÓTELES, EN,1107 a), no seu livro II, nem toda ação cabe justa medida, pois em alguns casos a maldade já está contida nos próprios nomes como é o exemplo das palavras adultérios, roubo, assassinato, imprudência, inveja etc. Não vamos aqui dá prosseguimento com uso dessas palavras para não cairmos na repetição sequencial de palavras, pois são muitos e o nosso propósito aqui é de fato elucidar sobre a importância das virtudes na nossa vida e como sermos cidadãos éticos.

Como vimos nesta parte, as virtudes morais se formam no meio termo entre os extremos, de modo que são os extremos que as destroem. Desse modo, definiremos em seguida as várias espécies de excelências moral e sua natureza, para que possamos compreender um pouco sobre cada uma.

3.2.2 Espécies de virtudes morais aristotélicas

Nesta parte faremos uma apresentação das diferentes virtudes morais, conforme apresentada por Aristóteles na obra ética a Nicômaco, para que possamos compreender como elas se dão e como se constitui no campo da moral. É importante frisarmos que algumas das virtudes apresentadas por Aristóteles nessa obra podem nem mesmo ser reconhecida no contexto atual devido elas terem sido escritas e pensada num contexto diferente do nosso, porém podemos assegurar que algumas das virtudes ora apresentadas ainda são dignas de serem usadas no contexto atual.

Faremos como o mestre de Estagira, começamos pela virtude da coragem. Essa virtude na visão dele é o meio termo entre o medo e a temeridade (ARISTÓTELES, EN,1115b). "É uma atividade apropriada com relação a situação de riscos (NUSSBUM, 2009, p.300)".

o homem corajoso é tão intrépido quanto uma criatura humana pode ser; logo embora possa temer as coisas que não estão além da resistência humana, ele as enfrentará de conformidade com os ditames da razão por causa da honra, pois este é um dos fins da excelência moral (ARISTÓTELES, EN, 1116 a 61).

Outro ponto importante em relação à coragem é que a pessoa corajosa é aquela que enfrenta e teme as coisas certas e por motivos certos, da maneira certa e na ocasião certa, sendo confiante nas condições pertinentes, é realmente corajosa, pois a pessoa corajosa sente e age conforme o mérito das circunstâncias. (ARISTÓTELES, EN, 1116 a 61). O homem com essa virtude não age à toa, mas

conforme indica a razão. E a finalidade de cada atividade que o homem realiza é em conformidade com a disposição moral correspondente. (ARISTÓTELES, EN, 1116 a). Aqui vemos a importância da razão antes da ação, isto é, o homem corajoso não deve agir sem o comando da alma racional.

Aristóteles exalta a coragem como uma virtude nobre do homem, assim como a sua finalidade, diferente das pessoas que agem em oposição à mesma como no caso do covarde e do temerário, pois esses agem contrapondo-se à atividade virtuosa e, portanto, suas ações se enquadram no âmbito da vicissitude. Aristóteles enfatiza que embora o covarde, o temerário e o corajoso se relacionem com os mesmos objetos, têm disposições diferentes, pois o corajoso tem disposição certa enquanto os outros dois pecam pelos extremos. O corajoso enfrenta as coisas porque é nobre agir assim, pelo contrário seria ignóbil (ARISTÓTELES, EN, 1116 a).

Aristóteles ainda cita um exemplo para esclarecer mais um pouco sobre algumas atitudes que parecem ser corajosas, mas que são atitudes covardes como o exemplo do indivíduo que tira a vida para se livrar da pobreza ou de uma situação penosa da qual viva. Essa não é uma atividade corajosa, mas covarde, pois é uma fraqueza fugir do que é aflitivo. (ARISTÓTELES, EN, 1116 a). Assim o corajoso é aquele também que enfrenta a um mal.

Já que falamos da virtude da coragem, daremos continuidade agora falando da virtude da moderação que é, segundo Aristóteles, assim como a coragem, aparenta ser virtude da parte irracional da alma, isto é, virtude moral. A moderação é a mediania em relação aos prazeres (ARISTÓTELES, EN, 1118 a). Cabe aqui explicitarmos a que tipos de prazeres ela se relaciona, pois na concepção do mestre existem prazeres do corpo e da alma, e essa excelência está ligada aos prazeres do corpo. “A moderação é atividade apropriada com respeito ao prazer e à dor corporal, especialmente no que concerne comida bebida e sexo (NUSSBAUM, 2009, p.300)” As pessoas moderadas têm controle nos prazeres, diferente dos concupiscentes que agem em excesso e, portanto, é uma atitude condenável. Por que podemos classificá-la assim? Aristóteles (ARISTÓTELES, EN, 1119 a 68) diz que é pelo seguinte. “As pessoas concupiscentes, anseiam por todas as coisas agradáveis, e são levadas por sua concupiscência a escolhê-la à custa seja do que for; por isso elas sofrem quando não conseguem obtê-la.

As pessoas concupiscentes, assim como as crianças, vivem sob a instigação dos apetites e é nelas que os desejos são mais fortes. Portanto, sobretudo a criança

precisa ser preparada a ser obediente a quem as cria, pois segundo Aristóteles, num ser irracional o desejo do prazer é insaciável e se forem números podem aniquilar a capacidade de raciocinar (ARISTÓTELES, EN, 1119 a). Em contraposição, a pessoa moderada mantém o controle dos seus desejos, pois desejam moderadamente a ponto de não sofrer ou sofrer moderadamente quando tais coisas lhe faltam. É o tipo do indivíduo que tem controle sobre os seus desejos, ou seja, não age precipitadamente sem a razão no comando. O indivíduo que age assim, age conforme a razão determina (ARISTÓTELES, EN, 1119 a). Vemos que embora a moderação seja uma virtude da parte sensitiva da alma, essa precisa da relação com a virtude intelectual, pois a parte intelectual demonstra ter o controle dos nossos prazeres. Quem age assim demonstra agir acertadamente.

Apresentamos agora a liberalidade, essa virtude, conforme Aristóteles, é a mediania em relação a prodigalidade e avareza, ou seja, é a relação em dar e obter riqueza (ARISTÓTELES, EN, 1120 a). Desse modo, tanto o pródigo quanto o avarento agem em contraposição à virtude, pois suas ações se realizam nos extremos e, portanto, são consideradas deficiência moral.

As pessoas liberais são aquelas que possuem a forma de excelência moral, essas por serem dotadas dessa forma de excelência têm características em dar as pessoas certas do jeito certo. E para essas pessoas, fazer benefícios é mais excelente do que recebê-los. Outra característica importante e louvável das pessoas com excelência liberal é que jamais buscarão dinheiros em fontes erradas (ARISTÓTELES, EN, 1120 a 71). “A prodigalidade é o excesso em relação dar e não obter, enquanto a avareza é a falta em relação a dar e o excesso em relação a obter, mas somente em pequenas coisas’ (ARISTÓTELES, EN, 1121 a 73). Uma coisa importante a ressaltar é que diante dessas duas situações extremas, o pródigo é o melhor, pois não se assemelha ao mau caráter, já que o excesso em dar não é ruim, mas apenas de uma pessoa irrefletida. Assim, essa por sinal beneficia muitas pessoas (ARISTÓTELES, EN, 1121 b).

Agora discutiremos a virtude da magnificência. Antes de discorrermos sobre essa excelência é importante deixarmos claro que essa virtude não seria facilmente reconhecida no contexto atual, pois essa excelência na concepção de Hooft (2018, p. 189) “é uma qualidade de se viver grandiosamente que a sociedade grega antiga esperava dos seus aristocratas e cidadão ricos, e que consistia na ostentação requintada de riqueza”. Essa excelência, diz Aristóteles, parece se assemelhar com a

riqueza (ARISTÓTELES, EN, 1122 a). A diferença é que essa não se aplica a todos os atos relacionados à riqueza, mas apenas com os gastos. Portanto, sendo a magnificência o meio termo, isto é a excelência, os extremos são a mesquinhez e vulgaridade. A pessoa magnificente é aquela que faz grandes gastos com bom gosto, mas os seus gastos são adequados, ou seja, sua proporção de gastos deve ser conforme os recursos que este indivíduo tem (ARISTÓTELES, EN, 1123 a). Desse modo, sendo essa uma virtude ligada à riqueza, a pessoa pobre não pode ser magnificente, pois estes não têm meios para fazer grandes gastos. E se gastarem não estariam sendo virtuoso, pois gastariam além do que é compatível para sua situação.

Citaremos agora a virtude da magnanimidade. Essa virtude, conforme cita Aristóteles, diz respeito a grandes coisas, grandes objetivos. Desse modo, ele considera magnânima a pessoa a que aspira grandes coisas e está à altura delas, pois quem aspira a grandes coisas sem está à altura dela é insensato. Porém, ele deixa claro que se um indivíduo é dotado de excelência moral, jamais será insensato ou tolo (ARISTÓTELES, EN, 1123 b). Já as pessoas que desejam menos do que elas merecem, são chamadas de pusilânimes. Essas pessoas sempre desejam menos, embora seus méritos sejam grandes ou mesmo pequenos, elas sempre querem menos. Assim, a magnanimidade sendo o meio termo e, portanto, a excelência, cabe mostramos seus extremos que são as deficiências morais.

As pessoas pusilânimes pecam por falta ou por mérito ou por desejos, já as pessoas pretenciosas são aquelas que pecam por excesso em comparação aos seus méritos (ARISTÓTELES, EN, 1124 a). As pessoas magnânimas devem ser boas e um indivíduo com essa característica virtuosa não age injustamente, já questão do tipo que fazem benefícios, mas se constroem por recebê-los, pois o primeiro caso é uma característica de superioridade, e outro de inferioridade” (ARISTÓTELES, EN, 1124 b 80). Outras características de uma pessoa magnânima é nada pedir, mas ajudar prontamente, não ambicionar coisas estimadas ou coisas em que outros são primeiros, ser discreta, ser franca e falar a verdade (ARISTÓTELES, EN, 1125 a).

Agora conheceremos a virtude da amabilidade. Esse é o nome intermediário que Aristóteles usa em relação à cólera, já que na concepção dele falta um nome específico, assim também como seus extremos falta um nome específico, porém chamaremos a deficiência moral do excesso de irascibilidade (ARISTÓTELES, EN, 1126 a). Desse modo é importante conhecermos um pouco sobre esse tipo de emoção da cólera para podermos compreender quando essa é uma deficiência, haja vista que

suas causas são muitas e variadas. Por exemplo, quando a cólera é por causa justas com pessoas certas, é louvável. De outro modo, veremos como essa se apresenta como deficiência. A pessoa irascível se irrita facilmente por qualquer coisa e com as pessoas erradas. Por exemplo, as pessoas rancorosas são difíceis e implacáveis à ponto de sustentar sua cólera por muito tempo, mas a cólera nesse caso cessa quando ela revidada. (ARISTÓTELES, EN, 1126 a). O convívio com pessoas rancorosas e mal-humoradas é ruim e dificulta na relação de interdependência, mas o convívio com a pessoa amável demonstra ser bom para o fortalecimento do convívio social.

“As pessoas com essa virtude tendem a permanecer imperturbáveis e a não se deixarem dominar pela emoção, e a encolerizar se somente da maneira, com as coisas e durante o tempo ditados pela razão” (ARISTÓTELES, EN, 1126 a 83). Quanto a deficiência da falta que podemos considerar como uma espécie de não-irascibilidade embora não parecendo ruim, apresenta-se como uma deficiência, já que as pessoas que não se encolerizam com coisas que deveriam se encolerizar são insensatas, pois se pensa que pessoas desse tipo não têm sensibilidade. As pessoas que tendem para a falta podem até ser chamadas de amáveis como diz Aristóteles. O mestre de Estagira parece demonstrar uma certa dificuldade em relação à definição dessa virtude, porém uma coisa é certa, o meio termo é louvável, pois é nesse que se encontra a excelência, enquanto que a falta e o excesso, isto é, os extremos são censuráveis.

As pessoas amáveis convivem com os demais de maneira certa, elas conviverão de forma diferente com pessoas de classes diferentes desde os mais próximos aos mais distantes, dos mais simples aos de alta categoria tratando-os de maneira adequada (ARISTÓTELES, EN, 1127a). Essa excelência demonstra ser de grande importância para a sustentação das relações sociais, pois a pessoa com essa excelência parece ter boa convivência com qualquer tipo de pessoa, não importando qual classe pertença.

Dando continuidade com as virtudes, Aristóteles faz alusão agora à veracidade. A pessoa com essa virtude é sincera tanto em suas condutas quanto em suas palavras. Já as pessoas jactanciosas pretendem as coisas que trazem glórias quando ainda não as têm, ou pretende mais quando já as têm. O falso modesto, por outro lado, tende a negar ou a minimizar o que tem. (ARISTÓTELES, EN, 1127 b). Tais extremos ora apresentados e são classificados como deficiência moral, pois uma

pessoa com essas características é ignóbil e condenável. A pessoa sincera, segundo Aristóteles, pode ser considerada uma pessoa de bem, pois evitará a falsidade e amará a verdade, já que uma pessoa com essa excelência é assim tanto quando nada está em jogo e muito mais quando algo está em jogo (ARISTÓTELES, EN, 1127 b). Por isso é importante evitarmos os extremos, pois o mestre de Estagira nos alerta sobre o problema de agirmos nos extremos, porque quem age assim, desvia -se do campo da virtude e é desprezível.

Aristóteles também faz menção ao repouso e cita o lazer e entretenimento ligados a este como fatores necessários a vida, e assim estabelece uma virtude para esse tipo de convivência. Do mesmo modo, como citados em outras situações anteriores com já mencionado em outras virtudes atrás sobre o meio termo vinculados à nossas ações, aqui também podemos identificar um tipo de mediania, assim como excesso e falta. Começamos pelas deficiências morais. Considera-se bufões vulgares os indivíduos que se esforçam por provocar risos e gargalhadas. Pelo contrário, ainda no âmbito da deficiência moral citamos os indivíduos grosseiros e enfadonhos como aqueles incapazes de fazer gracejo. As pessoas enfadonhas são imprestáveis para a convivência social, porquanto não o animam de forma alguma e acham tudo errado. (ARISTÓTELES EN, 1128 a). Esses tipos de indivíduos que agem nos extremos não são virtuosos, pois suas ações não são dignas de louvor. Já o virtuoso é aquele que age no meio termo, isto é, aquela pessoa espirituosa que gracejam com bom gosto, agradavelmente e que não diz o que é inconveniente (ARISTÓTELES, EN, 1128 a). Portanto, é esse tipo de pessoa a adequada para a vida harmônica social.

3.2.3.1 Virtude da justiça

Nessa parte faremos uma breve discussão sobre a virtude da justiça como fizemos nas outras virtudes já mencionadas, pois embora a virtude da justiça se apresente de forma separada num livro específico, em especial o livro V, seguiremos o mesmo curso das discussões ora apresentadas acima nas outras virtudes abordadas, pois não achamos necessários nos estendermos de forma minuciosa a essa virtude, já que o nosso propósito é fazer uma abordagem dos tipos de virtudes aristotélica no geral, e não trabalhar uma especificamente.

Desse modo, apresentamos a justiça como sendo o meio termo entre o excesso e a falta. “Ela é perfeita porque as pessoas que possuem o sentido de justiça podem praticá-la não somente em relação a si mesmas como também em relação ao próximo”

(ARISTÓTELES, EN, 1130 a 93). A pessoa com essa virtude se dispõe agir justamente e deseja justamente, enquanto que o injusto faz sempre o contrário. Assim, a pessoa que age justamente é conforme a moral, pois age conforme a lei e o que é correto, enquanto o que age injustamente é ilegal e iníquo (ARISTÓTELES, EN, 1129 a). As pessoas injustas são deficientes morais, pois são injustas em suas ações. Suas ações têm características que não favorecem a boa convivência.

A virtude da justiça é essencial para o convívio social. É como diz Aristóteles, ela é o bem dos outros. É por ela ser assim que possibilita uma convivência diríamos harmoniosa, porque há uma ideia de igualdade. Aristóteles nos mostra também a importância da lei em relação com essa virtude, pois a lei nos manda praticar as virtudes e nos proíbe de praticar as deficiências morais (ARISTÓTELES, EN, 1131 a). A lei aqui aparece como um mecanismo de sustentação dessa virtude, pois ela ajuda na sua execução. Podemos citar como exemplo o papel do juízo na execução dessa virtude, de modo que esse papel favorece o controle e a existência da justiça na comunidade.

Assim, para compreendermos mais sobre essa virtude é importante vermos como Aristóteles trata sua divisão e como cada uma se dar no âmbito social. Segundo o mestre de Estagira, essa virtude se divide em justiça distributiva e corretiva. Sendo a virtude distributiva “aquela que se manifesta na distribuição de funções elevadas do governo, dinheiro ou de outras coisas que podem ser divididas ou compartilhadas entre os cidadãos” (ARISTÓTELES, EN, 1131 a 95). Nessa virtude os indivíduos recebem de acordo com o mérito de cada um, ou seja, é dado cada um aquilo que é devido. É uma espécie de igualdade proporcional. Já a justiça corretiva se apresenta de forma diferente, pois enquanto a justiça distributiva de bens público é em grau de proporção geométrica, a corretiva é em relação aos bens privados, e ainda é mais uma espécie de igualdade aritmética. Essa justiça é o meio termo entre a perda e o ganho, isto é, o igual, o justo. (ARISTÓTELES, EN, 1132 a).

Aristóteles dá continuidade no livro V elucidando sobre essa ideia de justiça e faz alusão à importância da reciprocidade. A reciprocidade é uma espécie de justiça que, embora algumas pessoas pensem que ela se assemelhe com as outras duas formas de justiça já mencionadas, é diferente, mesmo parecendo mais com a justiça corretiva. A reciprocidade é de grande importância no convívio social, pois ela tem relação à permuta de serviços e é o que mantém as pessoas unidas nas associações. É a reciprocidade conforme a proporcionalidade. É isso que mantém a cidade unida,

ou seja, é uma espécie de retribuir o bem com o bem (ARISTÓTELES, EN, 1133 a). Citemos um exemplo do próprio Aristóteles que fala em relação à reciprocidade proporcional que se efetiva através de uma conjunção cruzada. “Suponhamos que A é um construtor, B é um sapateiro, C é uma casa e D é um par de sapatos. O construtor deve obter do sapateiro o produto do trabalho deste e deve por sua vez oferecer lhe em retribuição produto de próprio trabalho” (ARISTÓTELES, EN, 1132 b 99).

Desta maneira, se houver uma igualdade de proporção recíproca dos bens, a permuta será igual e manterá a relação entre os indivíduos, pelo contrário, não haverá relacionamento entre os membros. Podemos citar aqui o exemplo do dinheiro como condição para igualar a permuta. Vendo pelo exemplo acima, mesmo que um produto seja melhor que o outro, não impede uma relação recíproca desde que seja igualizado. Essa permuta deve ser feita tanto em relação aos bens como também em relação à forma de tratar o próximo, pois a reciprocidade igualizada ou justa ajuda a manter a associação entre os pares. Assim, a justiça é o meio termo entre os extremos. Ela permite dar a cada pessoa aquilo que é proporcional, isto é não dar nem demais nem de menos, mas da maneira igual a si mesmo e ao outro (ARISTÓTELES, EN 1133 b).

Dando continuidade sobre essa virtude é importante falarmos também sobre a justiça política como assim mencionado pelo filósofo. Essa se apresenta entre as pessoas que vivem juntas em grupo. “Esta é em parte natural e em parte legal” (ARISTÓTELES, EN, 1134 a 103). É natural aquela que independem de nossa aceitação. Enquanto que a legal pode ser determinada indiferentemente de uma forma ou de outra, mas que depois de ser determinada já não é mais indiferente (ARISTÓTELES, EN, 1134 b). Nessa justiça as coisas são justas por convenção ou mesmo por decisão humana, não são as mesmas em todos os lugares como a justiça natural, pois as constituições são diferentes.

Ainda no âmbito da justiça, para sabermos se um ato é justo ou injusto não podemos deixar de abordar sobre a questão da voluntariedade e involuntariedade. Segundo Aristóteles “o que determina se um ato é ou não um ato de injustiça ou de justiça é sua voluntariedade e involuntariedade” (ARISTÓTELES, EN, 1135 a 104). Só podemos julgar ou classificar se um ato é justo ou injusto quando o indivíduo age voluntariamente, isto é, quando esse tem consciência do que está fazendo. Desse modo, o indivíduo que age por compulsão ignorando a ação, ele não age justamente ou injustamente, a não ser que seja de maneira acidental.

As nossas ações podem ser premeditadas ou não. As premeditadas são resultantes da ação deliberada e quando não há premeditação não são deliberadas. Assim, nossas ações podem provocar danos às nossas relações. Existem os danos causados na ignorância que são aqueles sem intenção, em que não era aquele o propósito da ação, ou quando age conscientemente, mas não deliberadamente através da cólera ou mesmo através de outras emoções incontroláveis. Esses são atos injustos, mas não significa que o indivíduo seja injusto. Agora quando alguém age deliberadamente, ele é injusto e é moralmente deficiente. (ARISTÓTELES, EN, 1135 a). Por que podemos julgar que agir assim é imoral? A resposta é simples, pois o indivíduo tinha consciência da sua ação e caberia a ele praticar ou não o ato. Portanto quando indivíduo está ciente que o ato é imoral e mesmo assim pratica, deve ser penalizado.

Aristóteles justifica os atos devido à emoção da cólera como não premeditado com intenção criminosa, pois quem inicia a ação não é a pessoa que age na cólera, mas o outro que a encoleriza. (ARISTÓTELES, EN, 1135 a). Isto é, o motivo da ação é exterior ao indivíduo. Desse modo vemos que sem a influência externa do outro, o agente não cometeria tal ato criminoso.

3.2.4.2 Virtude da Amizade

Aristóteles começa o livro VIII da *Ética a Nicômaco* falando da natureza da amizade, em que ele nos mostra que ela ou é uma excelência moral ou é concomitante a ela. E deixa bem claro o quanto ela é importante para a vida em sociedade. Podemos perceber em sua fala quando ele faz a seguinte afirmação.

De fato, ninguém deseja viver sem amigos, mesmo dispondo de todos os outros bens; achamos até que as pessoas ricas e as ocupantes de altos cargos e as detentoras de poder são as que mais precisam de amigos; realmente, de que serve a prosperidade sem a oportunidade de fazer benefícios que se manifesta principalmente e em sua mais louvável forma em relação aos amigos? Ou então como pode a prosperidade ser protegida ou prosperada sem amigos? (ARISTÓTELES, EN, 1155a-153).

Os dois questionamentos feitos pelo autor no final da citação nos fazem refletir sobre a importância de ter amizade, não importando o que o indivíduo tem ou o que ele seja, desde os mais ricos ou poderosos. Nos faz perceber como não somos sós no mundo e precisamos do outro.

Ele ainda diz mais, que os amigos ajudam os jovens a evitar os erros e ajudam as pessoas idosas, amparando-as em suas necessidades e suplementando sua capacidade de ação reduzida pela senilidade. Além disso, os amigos estimulam as pessoas na plenitude de suas forças à prática de ações nobilitantes, quando dois vão juntos, pois com amigos as pessoas são mais capazes de pensar e agir (ARISTÓTELES, EN,1155a).

Com essa afirmação, embora Aristóteles tenha pensado dessa forma numa era tão distante de nós, vemos o quanto essas palavras ainda são válidas atualmente, principalmente numa era em que as relações de amizade se mostram enfraquecidas, em que as pessoas se mantêm divididas em seus mundos, parecendo não existir o outro, parecendo não perceber o valor e a importância da amizade no fortalecimento das relações entre as pessoas. Com a virtude da amizade, vendo pela ótica do autor e, acreditando no poder que ela tem de fortalecer as relações sociais, achamos ser possível trabalharmos ela como pressuposto para discutirmos as problemáticas advindas do egoísmo, individualismo, violência (preconceito) contra o outro.

Quando ele diz que com amigos somos mais capazes de pensar e agir parece estar certo. Imaginemos uma situação, por exemplo, em sala de aula, onde há um grupo de amigos com a intenção de resolver um problema matemático ou de qualquer área do conhecimento, vemos que quando há um grupo unido pensando junto, parece fluir mais.

Aristóteles enfatiza sobre a importância dessa excelência como uma afeição natural, pois mesmo em terras ou culturas diversas é possível notarmos esse tipo de afeição natural. E tem mais, ele afirma que a amizade parece manter as cidades mais unidas (ARISTÓTELES, EN,1155 a). Para confirmarmos isso, basta observarmos que quando países ou cidades tem uma relação de amizade, parece fortalecer as relações e, é claro, evita as inimizades, isso deve servir como critério de união para evitar conflitos e guerras entre as nações.

A amizade na concepção do mestre de Estagira parece ser a mais importante de todas as excelências, pois embora ele demonstrando a supremacia da justiça como excelência essencial na vida moral, parece perder esse posto quando ele faz a seguinte afirmação. “Quando as pessoas são amigas não têm necessidade de justiça, enquanto mesmo quando são justas elas necessitam da amizade; considera-se que a mais autêntica forma de justiça é uma disposição amistosa”. (ARISTÓTELES, EN, 1155a- 154).

Embora existindo concepções diferentes acerca desse sentimento naquele mesmo período quando Aristóteles consolida sua obra, desde ideias de semelhanças, contradição ou mesmo explicações físicas, Aristóteles prefere buscar respostas em questões relativas ao próprio homem pertinente ao próprio sentimento ou caráter. Ele cita como exemplo se a amizade pode manifestar-se entre quaisquer pessoas ou se pessoas más não podem ser amigas e se há uma única espécie de amizade ou mais de uma. (ARISTÓTELES, EN, 1155, b).

Portanto, optou-se por trabalhar essa concepção de amizade, por ser umas das mais importantes excelências ou mesmo a mais importante na visão de Aristóteles, e por achar que esse é um dos pontos de aproximação dos tempos antigos ao atual, porque é uma excelência que acreditamos ser possível nas mais diversas sociedades sem distinção de tempo e cultura. Essa parece ser a que mais se adequa a forma de vida atual e assim facilitará nossa intervenção filosófica.

Alguém pode perguntar o porquê dessa afirmação, mas de cara podemos responder com a seguinte afirmação. Primeiro porque Aristóteles deixa bem claro a importância da educação e o hábito das virtudes, inclusive essa da qual falamos. Segundo, por acharmos que trabalhando essa virtude assim como outras virtudes propostas pelo mestre de Estagira no meio escolar, será uma forma de ampliar e fortalecer os valores éticos e as relações sociais entre os indivíduos, pois aquele é um espaço propício, haja vista que é nesse espaço que os indivíduos têm um contato mais próximo com o outro. E a amizade poderá ajudar a compreender as diferenças entre os mesmos. Além do mais, os alunos poderão levar isso para além dos muros da escola.

Portanto, votemos em busca da definição de amizade. Aristóteles acredita que só encontraremos essa resposta quando “chegarmos a conhecer o objeto do amor” (ARISTÓTELES, EN, 1155 b 154). Assim, ele não encontrando solução inicialmente, traça mais alguns questionamentos em busca de resposta da seguinte forma. As pessoas amam aquilo que é realmente bom ou que é bom para elas? Como uma pessoa pode classificar alguém como amigo se essas não conhecem se há reciprocidade em seus sentimentos? (ARISTÓTELES, EN, 1155 b).

Em meio à esses anseios, o mestre de Estagira chega a duas conclusões de imediato. Uma que amizade não se aplica ao amor das coisas inanimadas como objetos, já que desse modo não há reciprocidade de afeição e também não haverá o

desejo pelo bem de um objeto. E que para as pessoas serem amigas é preciso constatar que existe boa vontade recíproca (ARISTÓTELES, EN,1156 a).

Portanto, ele chega à conclusão que existe três tipos de amizades: amizade por interesse, prazer e amizade perfeita conforme à excelência. As duas primeiras são passageiras e acidentais e se desfazem muito facilmente, não têm consistência. Mas por que ele classifica tais amizades dessa forma? Agora é importante ressaltarmos que embora essas duas não tenham consistência, podem ainda contribuir para a relação entre os homens, não como a amizade verdadeira, mas têm também sua importância, pois é como o mestre diz: o homem se faz no meio social e não é possível existir amizade apenas com um indivíduo, mas com o outro.

Segundo Aristóteles (EN,1156 a- 155),

as pessoas que amam por interesse amam por causa do que é bom para si mesma, e aquelas que amam por causa do prazer amam por causa do que lhe é agradável, e não por que a outra pessoa é a pessoa que amam, mas porque é útil e agradável. Tais amizades se desfazem facilmente se as pessoas não permanecem como eram inicialmente, pois se uma delas já não é agradável ou útil a outra cessa de amá-la.

Citemos, portanto, um ponto que consideramos crucial no pensamento de Aristóteles que achamos assemelhar-se muito com os tempos hodiernos quando nos referimos aos tipos de amizades, porque percebemos que as amizades parecem enfraquecidas, nessa sociedade marcada pelo individualismo. E nessa sociedade o que parece prevalecer são os dois primeiros tipos de amizades, pois as relações de afeição demonstram ser passageiras e acidentais.

Vejamos o que diz o mestre de Estagira:

[..]O motivo de amizade entre os jovens parece ser o prazer, pois eles vivem sob a influência das emoções e perseguem acima de tudo o que lhes é agradável e o que está presente; mas seus prazeres mudam à que a idade aumenta. É por isso que eles se tornam amigos e deixam de ser amigos rapidamente; sua amizade muda como objeto que acham agradável, e tal prazer se altera rapidamente. Os jovens também são amorosos, pois a amizade por amor depende principalmente da emoção e aspira ao prazer; é por isso que os jovens se apaixonam e cessam de amar rapidamente, mudando de frequência no mesmo dia (ARISTÓTELES, EN,1156 a 156).

Se observarmos com atenção nossa sociedade, parecem que os tipos de amizades mais presentes são pelo interesse e por prazer, pois como são passageiras, na visão de Aristóteles, se desfazem rápido e com mais facilidade. E como os prazeres mudam, a amizade também muda rapidamente. É por isso que essas amizades se

desfazem muito rápido. Imaginamos que os laços de amizade se encontram enfraquecidos porque estão envolvidos nesses dois tipos de amizade e não na amizade verdadeira, uma vez que nesse caso as pessoas não querem o bem do outro, mas buscam o que lhe é agradável.

De acordo com Aristóteles, se os objetos da amizade são o prazer e o interesse, essa tem tendência a se desfazer facilmente quando aqueles que se amam já não conseguem obter aquilo que constituía a motivação de seu amor, pois cada um deles não amava a outra pessoa em si, mas as qualidades que esta possuía, e tais qualidades eram efêmeras (ARISTÓTELES, EN,1164 a).

Diante disso, pode surgir um questionamento, se as pessoas más podem ser amigas conforme à excelência verdadeira? Assim, Aristóteles tem de imediato uma resposta que diz o seguinte:

[...] quando a amizade é por prazer ou por interesse, mesmo duas pessoas más podem ser amigas, ou então uma pessoa e outra má, ou uma pessoa que não é nem boa e nem má pode ser amiga de outra de qualquer espécie; mas pelo que são em si mesmas é óbvio que somente pessoas boas podem ser amigas. Na verdade, pessoas más não gostam uma das outras a não ser que obtenham algum proveito recíproco (ARISTÓTELES, EN,1157 a, 157).

Isto é, não pode existir felicidade verdadeira entre pessoas más, pois essas não gostam do outro, mas daquilo que eles podem tirar de proveito. A amizade verdadeira é imune a qualquer tipo de inferências negativas.

Já a amizade perfeita, segundo Aristóteles, é a aquela em termo da excelência, que acontece entre as pessoas boas e semelhantes e que são amizades duradouras que não quer o bem do amigo por interesse ou prazer, mas porque elas são boas em si mesmas (ARISTÓTELES, EN,1156 a). As pessoas que querem bem aos seus amigos por causa deles são amigos no sentido mais amplo, pois querem o bem por causa da própria natureza dos amigos e não por acidente (ARISTÓTELES, EN, 1156b. 156). Aqui nesse tipo de amizade as pessoas se amam pelo que elas são, por isso se torna uma amizade duradoura, fundamentada no caráter das pessoas e, portanto, verdadeira (ARISTÓTELES, EN,1164 a).

Essa forma de amizade parece ser viável para se pensar a sociedade atual, pois se mostra possível para fortalecer o respeito mútuo. Embora o mestre demonstre que essa amizade é rara, pois as pessoas que se enquadram a esse perfil são poucas. Um ponto considerado crucial nesse tipo de amizade é que as pessoas só serão

amigas se ambas as partes demonstrarem que são dignas de amizades, pois é como o mestre diz: “um desejo de amizade pode manifestar-se instantaneamente, mas a amizade não pode” (ARISTÓTELES, EN, 1156 b 157).

Porque esse tipo de amizade é raro, não significa que não seja possível. Podemos pensar nessa como possibilidade para a sociedade atual, pois parece ser uma forma de lidar com as diferenças, fortalecer as relações sociais e o respeito mútuos entre os homens. Pensemos nessa excelência como uma forma de lidar com conflitos sociais diante das diversidades e como revitalização dos valores éticos, no âmbito das relações sociais e respeito mútuo.

Pereira (2016) aponta que a amizade é a liturgia do ponto de vista ético e, por conseguinte político, pois tanto intrinsecamente quanto extrinsecamente, cada ato de amizade é para o bem do amado e transcende à cidade. Vemos com isso que sem amizade não há como existir relações sociais, pois é na relação recíproca que encarna amizade. A amizade existe para com o outro. Não pode existir amizade de um só indivíduo, mas de dois ou mais seres e isso constitui a *pólis* e na *pólis*. Pereira (2016, p.30) ainda diz mais, “a amizade é o ato fundamental da vida do ser humano, porque é deste ponto de vista, a posse do único ato plenamente humano que pode ser possuído pelo ser humano, o ato de amor”.

Aristóteles define “um amigo como uma pessoa que deseja e faz o que é bom, ou parece que deseja e faz, por causa de seu amigo, ou como uma pessoa que deseja que seu amigo exista e viva por sua causa” (ARISTÓTELES, EN, 1165 b, 178). Esse sentimento existe entre a mãe e o filho e nos amigos, mesmo quando se desentendem. O homem bom deseja tanto o que é bom para si, como age em conformidade com seus desejos, pois uma de suas características é fazer o bem. O homem bom tem seus sentimentos em relação aos seus amigos como tem a si mesmo. Aristóteles diz que um amigo é na verdade um outro eu (ARISTÓTELES, EN, 1165 a, 178). Enquanto que uma pessoa má não tem esse sentimento em relação a si mesma. Se não tem em relação a si é difícil ter em relação ao outro, isto é, é difícil fazer amizade conforme à excelência. Para Aristóteles a amizade verdadeira é forma de expressão de nosso amor com o outro.

Conforme Aristóteles, não existe nada nas pessoas más que inspire amor. “Por conseguinte, ser ter tais sentimentos é o cúmulo da maldade, devemos fazer de tudo para evitar a maldade e esforçar-nos por ser bons; somente agindo assim podemos ter sentimentos amistosos para conosco e tornar-nos amigos de outras pessoas”

(ARISTÓTELES, EN, 1166b, 179.). Pelo que percebemos, o indivíduo deve evitar a maldade para poder ser bom consigo mesmo e com o outro, pois a amizade se constitui a partir do momento em que se evita o mal do outro.

Para Pereira (2016, p.20):

É este amor incondicional e mútuo ao bem possível do outro que permite que se possa constituir uma comunidade, que não é uma comunidade de interesses e muito menos uma comunidade de mesquinhos interesses onfalocêntricos, mas uma comunidade que é fundada na mútua benevolência em acto.

Um ponto crucial abordado na teoria do mestre é que um amigo ou pessoa boa tem uma preocupação tanto com os seus amigos como com a cidade em si, ou seja, as pessoas boas praticam muitas ações por causa de seus amigos e de sua cidade (ARISTÓTELES, EN, 1169 a). Aqui vemos uma demonstração da importância dessa virtude para o bem comum do indivíduo e da cidade em si, pois segundo Pereira (2016), o propósito da amizade é assegurar ou mesmo ajudar a dar sustentação à mediação política geral que permite o bem-comum que é o ato unificador da cidade. Ele ainda afirma que:

Sem qualquer um dos níveis da amizade, não é possível existir cidade, pois, sem a relação unitiva que a «*philia*» é, sem o amor interesseiro, prazenteiro e oblativo, todos eles mútuos, não há como unir os indivíduos humanos, que, por meio destes três tipos de amor recíproco, em acto, são o acto da cidade, a sua dinâmica e cinética enteléquia em permanente evolução. A dinâmica e a cinética deste movimento, isto é, o que é alterável e se altera, correspondem ao que na cidade é acidental; o que nela é substancial é o amor que suporta tais acidentes. Podemos, assim, definir a cidade como o substancial acto geral de amor filético que tem como acidentes todo o pormenor em que tal acto de amor se concretiza. (IDEM, 2016, p.22).

Pelo que percebemos a amizade é uma virtude muito importante para a sustentação da *pólis*, mesmo as amizades por prazer e interesse são o que ajudam a manter a *pólis* unida. Mas de fato, não devemos esquecer que a amizade mais importante é aquela conforme a excelência.

A causa eficiente da amizade é cada um dos actos de amor que existem entre os amantes. São estes actos que realizam a amizade. Sem eles, a relação seria apenas uma forma, isto é, uma pura possibilidade. Os actos de amor recíprocos fazem incarnar a amizade. Tal implica que, para que haja cidade, tenha de haver realização, eficácia, dos actos de amor. Quanto mais eficazes forem estes actos, tanto melhor é a cidade. Uma cidade em que todos os actos de amizade correspondessem ao seu modo perfeito, seria uma cidade

perfeita, em que nada do que dependesse da ação amante do ser humano faltaria. Poderia faltar tudo o resto, todas as riquezas, todos os outros bens, mas tal não faria com que faltasse a perfeição do acto da amizade, logo, do acto da «*pólis*». É por causa desta perfeição eficaz, em sua mesma eficácia, que a cidade é, não apenas possível – esta possibilidade depende da sua finalidade e da sua forma –, mas *realizável*. A realização da possibilidade depende da eficácia disponível e em acto.(PEREIRA, 2016, p.25).

O que podemos perceber nessa fala do autor, é que existe aqui uma preocupação com o outro e com o bem comum da cidade. Isso vai além dos ditames do individualismo atual, em que há uma preocupação apenas consigo mesmo. Essa ideia do mestre é um ponto interessante para abordarmos atualmente, pois a preocupação com o outro deve ser um pressuposto para se pensar numa sociedade em que o outro é tão importante quanto a mim e com isso acreditamos fortalecer as relações sociais.

Para Pereira (2016, p.16),

ato de amizade revela-se, assim, como o grande ato propriamente humano, eixo onto-antropológico, ético e político em torno do qual toda a vida humana deve girar, constituindo o seu «logos», a sua finalidade medial e, porventura, a sua finalidade escatológica máxima.

A amizade da qual tratamos, sendo própria do ser humano, aparece aqui como um mecanismo que favorece as relações sócio-políticas que constituem a vida humana, pois a amizade nos possibilita agir não pensando apenas em si próximo, mas há uma preocupação também com o bem do outro.

4 ENSINO DE FILOSOFIA

O ensino de filosofia pode proporcionar ao aluno a oportunidade de desenvolver um pensamento racional e crítico que permite uma relação consigo mesmo e com o outro, além de uma visão mais ampla sobre o mundo. Todavia, acredita-se que para que sua prática tenha reconhecimento pelos educandos, é preciso de alguns fatores em consonância. Podemos perceber alguns desses fatores contemplados nas Orientações Curriculares para Ensino Médio. As Orientações Curriculares nos mostram que para os alunos desenvolverem as competências esperadas ao término do Ensino Médio é preciso que seja feito um trabalho que contemple a junção entre conteúdo, metodologia e às formas de avaliações (OCN, 2006). E tem mais, não podemos esquecer do papel do professor que é de grande importância, principalmente na organização desses fatores.

Porém, o que se percebe é uma grande falha ainda quanto à efetivação da disciplina no Currículo. Isso vem acontecendo desde os primórdios com a inserção da disciplina no currículo educacional brasileiro. Toda trajetória histórica da disciplina é marcada por inserção e retirada do currículo. Além disso, temos outros problemas comuns como: uso inadequado do material didático, má formação profissional, a grande presença de aulas expositivas muitas vezes ministradas por professores com formação em outras áreas do conhecimento, podendo acarretar num ensino ilusório e falho (OCN, 2006). Isso dificulta a boa realização do ensino de filosofia no ensino médio.

Todavia, diante de tais problemas que o ensino de filosofia vem enfrentando, não quer dizer que seja impossível de se realizar, pois existem diversas possibilidades para sua efetivação. Desse modo, discutiremos nesta parte meios que podem contribuir para a sua efetivação, enquanto ensino.

Começaremos com Silvio Gallo com suas contribuições na tentativa de mostrar como suas propostas podem contribuir para a efetivação do ensino de filosofia. Para ele, o ensino de filosofia é uma construção subjetiva e o bom professor é responsável por essa construção, de forma que o sujeito do processo é tanto quem ensina quanto quem aprende (GALLO, 2012). Pensando assim, na visão de Gallo, o professor não é o único no processo do conhecimento, mas o aluno aparece também como peça central, de modo que não é aquele que apenas assimila o que é cobrado pelo professor, como nas velhas aulas expositivas em que o professor aparece como centro. Gallo ainda mostra que “os professores de filosofia ocupam o difícil lugar de transmissão, da provocação e do convite e transmitem saberes, mas provocando e convidando a pensar” (GALLO, 2012, p.32). Essa transmissão de que ele fala, não é pura e simplesmente de saberes prontos como existem nas velhas práticas de aulas em que o aluno é um ser passivo, mas uma abordagem de um problema em que se instiga o aluno a pensar. O bom professor aparece aqui como aquele que ensina seus alunos a pensar no âmbito da criticidade e não como repetidores de memórias prontas.

Essa forma de trabalhar a filosofia conforme o pensamento de Gallo parece ser um método relevante comparado com modelo tradicional de repetição de conteúdos filosóficos como ainda é feito em muitas escolas, apenas como transmissão de conteúdos em que aluno apenas recebe conteúdos prontos sem a provocação ao pensar e problematizar os temas filosóficos.

Silvio Gallo ainda diz que na filosofia qualquer conteúdo prescrito deve ser atualizado filosoficamente pelo professor para que sua aula se converta em um espaço para o pensamento (GALLO,2012 p.79). Qualquer que seja o conteúdo trabalhado, desde os clássicos aos mais atuais, deve ser um convite para o exercício do pensamento. E o professor precisa saber montar esse espaço. Por isso, é preciso de um professor qualificado na área, pois esse deve fazer das aulas de filosofia um espaço para o pensamento crítico e reflexivo dos saberes filosóficos. “Pois ensinar filosofia não é a maneira de transmitir dados históricos como peça de lojas da antiguidade, mas no sentido de verificá-lo no perguntar do aluno” (IDEM, 2012, p.79). Os saberes filosóficos não são dados quantitativos ou saberes repetidos como em qualquer outra área do conhecimento, mas saberes críticos, em que uma resposta de imediato já passa a ser um novo questionamento.

Nesse viés de ensino, o papel do professor é fundamental para sua realização, pois ele aparece como orientador, de modo que o aluno participe ativamente do processo. Essa ideia aqui posta se mostra favorável para uma proposta de intervenção filosófica na qual se propõe, porque para a realização dessa proposta é necessário o papel ativo do aluno. Os alunos devem aparecer como protagonista do processo nas aulas de filosofias. Esse protagonismo pode ser contemplado nos quatro momentos didáticos propostos por Gallo na qual mostraremos em seguida.

Gallo nos propõe quatro momentos didáticos que podemos contemplar nas aulas de filosofia do Ensino Médio, no âmbito da pedagogia de conceitos, tão debatidos por ele na sua obra, metodologia do ensino de filosofia. Os quatro momentos são: sensibilização, problematização, investigação e conceituação (GALLO, 2012).

Essa didática de Gallo se mostra importante na proposta filosófica da qual se propõe, pois é uma forma de trabalhar tal proposta em desenvolvimento, sem grandes riscos de cair no truísmo.

A sensibilização aparece no primeiro momento como um convite ao aluno para o tema trabalhado, é o momento de afeição, de envolver o aluno no problema. Isso pode ser feito de diversas formas, desde a proposta de um filme, peça, etc. É importante deixar claro, conforme Gallo (2012), que se faça algo que chame a atenção do aluno. O professor precisa nesse momento usar de sua criatividade, para que o aluno se sinta atraído pelo tema da qual se trabalha.

Na segunda parte vem a problematização, aqui é o momento em que se transforma o tema trabalhado em problema, é fazer com que os discentes busquem soluções para tais problemas. Aqui, o professor pode tratar o tema de diferentes formas, por diferentes ângulos, conflitando com outros saberes a partir de um olhar crítico dos alunos.

No terceiro, momento já posto o problema, é importante trabalhar a investigação, aqui se busca a solução para o problema. “Uma investigação filosófica busca os conceitos na história da filosofia que possa servir como ferramentas para pensar o problema em questão” (GALLO, 2012, p.97). É importante deixar claro que a história da filosofia nesta parte da investigação não é tomada como centro do currículo, mas como recurso necessário para pensar o nosso tempo, nossos próprios problemas (IDEM, 2012, p.97). Isso é o que se busca com trabalho quando se trata de trazer as virtudes aristotélica como ferramentas para discutir o problema da ética atualmente no espaço escolar.

No quarto momento, temos a fase final de todo processo, como assim pensou Silvio Gallo, vem a parte da conceituação, que é a criação de novos conceitos ou recriação de conceitos. Não se cria conceitos no vazio, são os próprios conceitos da história da filosofia ou seus elementos constitutivos que nos darão matéria prima para nova atividade de criação” (GALLO,2012, p.98).

4.1 A ética no ensino de filosofia

A ética é uma temática que se mostra muito importante para trabalharmos no ensino de filosofia atualmente e, com mais frequência, pois podemos perceber a sua contribuição para a formação político-social e cidadã. Basta observarmos nos documentos legais como as Orientações Curriculares para o Ensino Médio, Parâmetros Curriculares Nacional, especialmente nos temas transversais, assim como na própria Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional em que veremos às suas contribuições para essa formação.

Esses documentos nos ajudam a perceber o quanto a ética é importante na escola, e trabalhar nesse panorama, correlacionando com a ideia da pesquisa em ação, tornando essa temática mais presente na escola é mais uma forma de reforçar os valores éticos. [...] A escola aparece como a grande responsável pela transmissão dos saberes aos discentes e possibilita a construção e internalização do conhecimento, atuando, inclusive, na formação ética e moral (PIRES e BELLO, 2015).

A formação ética dos alunos é o que os possibilitarão de assumir sua responsabilidade diante da vida em sociedade e a realizar as escolhas de forma mais consciente, preocupando-se com a melhor forma de conviver coletivamente. As posturas morais oferecidas na escola com auxílio do professor possibilitam o aprendiz de amadurecer moralmente, evoluindo para uma reflexão de pressupostos valorativos das ações do cotidiano (PIRES E BELLO, 2015).

Essa formação é contemplada nos documentos legais brasileiros. Nos Parâmetros Curriculares Nacionais, a defesa da ética como tema transversal em consonância com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) na escola, funciona como mecanismo que daria suporte para uma formação para a cidadania. Segundo Gallo (2012), a filosofia pode de fato ser usada para o exercício da cidadania, mas deixa claro também que a filosofia não deve se resumir a isso, pois pensar dessa forma é restringir demais tais saberes. Desse modo, usar a filosofia com uma proposta para trabalhar a cidadania não significa que estamos restringindo a mesma unicamente a isso, pois sabemos a amplitude que tem que saber.

A ética, embora sendo contemplada brevemente nos livros de filosofia, geralmente seguindo uma sequência cronológica, se apresenta como tema transversal e pode ser contemplada em outras áreas do conhecimento. Essa é uma demonstração de que essa temática não se resume à filosofia, porém trabalhá-la com mais efetividade no ensino de filosofia pode ser uma forma de dar conta dos anseios e da necessidade para uma sociedade mais justa. E como a ética que propomos é clássica, desenvolveremos logo em seguida um tópico abordando sobre a importância de trabalharmos também com base nos clássicos.

4.2 Ensino de filosofia a partir de uma relação com os clássicos

Trabalhar o ensino de filosofia em uma relação com os clássicos, embora sendo uma possibilidade para o ensino de filosofia, demonstra ainda ser um grande problema, basta olharmos para a história da filosofia enquanto ensino e veremos que isto ainda é foco de discussões de diversos autores. Existem debates infundáveis sobre a eficiência ou não desse método. Se formos olhar os manuais utilizados no currículo educacional, sobretudo brasileiro, autores como Chauí, Arruda e Aranha, Cotrim e Fernandes sempre fazem uma sequência cronológica dos saberes filosóficos, partindo desde a filosofia pré-socrática às discussões mais atuais. Mas

cabe ressaltarmos que o maior problema aqui não é trabalhar a história da filosofia, mas como trabalhá-la?

Há estudiosos que podem criticar sobre a utilidade de saberes antigos para o contexto atual, já que tais saberes faziam parte de um contexto diferente do nosso. Como uma forma de superar isso, podemos usar o pensamento de Rodrigo (2009), que diz o seguinte. A filosofia é diferente da ciência, pois enquanto na ciência uma teoria ou pensamento é ultrapassado ou mesmo eliminado por um mais recente, na filosofia um sistema filosófico atual não elimina um pensamento do passado. Essa afirmação ajuda a sustentar a validade de nosso trabalho. Porém diante disso é importante respondermos os seguintes questionamentos. Como trazer para a atualidade algo escrito em tempo tão longínquo? Como trabalhar, por exemplo, uma ética escrita há mais de dois milênios nos dias atuais?

É com base nesse problema que discutiremos nesse capítulo a importância de trabalhar a filosofia estabelecendo uma relação com os clássicos, a fim de que se possa demonstrar que os saberes vinculados à história da filosofia, sobretudo, às virtudes aristotélicas, sendo uma temática clássica ainda é possível para estabelecermos uma relação com os saberes atuais. Que tais saberes, têm elementos relevantes para lidar com os problemas éticos atualmente.

Trabalhar a história da filosofia, sobretudo os clássicos, e como deve ser trabalhado ou não, são questionamentos constantes que fazem parte dos debates atuais no ensino de filosofia. Esse é também um desafio nosso, mas temos uma tarefa aqui de mostrar nesse trabalho que essa é mais uma possibilidade viável para o ensino.

Primeiro vamos afirmar a importância de trabalhar a história da filosofia como subsídio para compreendermos os saberes filosóficos, destacando sua relação com os saberes atuais, em que não há saberes presentes que não tenha uma relação com o passado. “A filosofia seria o que os filósofos fizeram ao longo da história, os problemas por eles colocados, suas tentativas de resolver questões fundamentais, enfim, sua obra” (CERLETTI, 2009, p.31). Isso que Cerletti fala é uma demonstração da presença dos clássicos no ensino de filosofia, de modo que ao trabalharmos a filosofia é uma forma de vivenciarmos o que foi pensado ao longo de sua trajetória.

A presença dos clássicos pode ser percebida também nas orientações Curriculares para o Ensino Médio, pois elas nos apresentam um roteiro com sugestões de conteúdos que podem ser trabalhados no Ensino Médio das escolas brasileiras.

Nessas sugestões, aparecem textos clássicos que podem ser usados pelos professores nas suas aulas. Outro ponto de destaque que podemos ainda observar nas orientações Curriculares, é que pode ser feita uma ligação entre os clássicos e temas atuais. E o professor é peça fundamental na hora de formular os conteúdos para suas aulas, devendo trabalhar de forma cuidadosa os mesmos. Dos conteúdos sugeridos pelas Orientações, podemos citar a ética antiga com destaque em Aristóteles, Platão etc. (OCN, 2006).

Quando se faz referências à função e papel do professor é para que os conteúdos não sejam um somatório manulesco, antifilosófico de doutrinação, em que o aluno deva apenas decorar o que foi posto pelo professor, mas que se tenha uma visão crítica, reflexiva, (OCN, 2006). Acreditamos que trabalhar a filosofia sem a criticidade é uma forma de sucumbir os saberes filosóficos a um caminho sem volta ou a uma mera doutrinação de saberes dogmáticos.

O professor aparece como mediador nesse processo, ele deve instigar os alunos a terem uma visão crítica sobre os conteúdos filosóficos, para que tais conteúdos não sejam assimilados como verdades prontas acríticas. Ele não deve doutrinar ou inculcar valores, mas despertar para a reflexão filosófica, bem como transmitir o legado da tradição e o gosto pelo pensamento inovador, crítico e independente (IDEM, 2006, p.33). Nas diretrizes Curriculares podemos perceber tanto a importância do papel do professor quanto à centralidade na história da filosofia como base adequada para as questões filosóficas.

Percebemos que a filosofia mantém uma relação estreita com a história, pois é a partir dos textos filosóficos que se constituem os problemas e sempre o retorno aos textos clássicos ajuda a descobrir sua identidade, assim também como sua atualidade e sentido (OCN, 2006). Pois como diz Gallo (2012, p.43) sobre esse retorno,

[...] se nos dedicarmos ao ensino de filosofia buscando o processo do filosofar, esquecendo-nos do historicamente produzido, perderemos a legitimidade para tal ato. A recusa da tradição (história da filosofia) que é a única maneira de manter vivo o legado, continuamente criando e produzindo, só é possível a partir dessa mesma tradição: nada criaremos se não a tomarmos como ponto de partida.

Pelo que Gallo diz percebemos a importância de trabalharmos a filosofia com uma ligação ao passado filosófico, pois ela serve como ponto de partida para pensarmos outras questões, assim também como para sua legitimidade.

Observemos o que diz Cerletti (2009) e compreenderemos essa relação também com os saberes filosóficos históricos, quando ele diz que não é possível criar a partir do nada. O que fazem os filósofos é recriar e reconstruir seus problemas. Refazem atualmente questionamentos que outros algumas vezes já fizeram. Nesse refazer, o filósofo estende-se em direção ao passado. Mas ao mesmo tempo, projeta-se em direção ao futuro, inventa novos questionamentos, mesmo quando o filósofo rompe radicalmente com o anterior (CERLETTI, 2009, p.32).

As Orientações Curriculares para o Ensino Médio ainda ressaltam sobre a história da filosofia quando diz o seguinte:

É salutar, portanto, para o ensino da Filosofia que nunca se despreze a sua história, em cujos textos reconhecemos boa parte de nossas medidas de competência e também elementos que despertam nossa vocação para o trabalho filosófico. Mais que isso, é recomendável que a história da Filosofia e o texto filosófico tenham papel central no ensino da Filosofia, ainda que a perspectiva adotada pelo professor seja temática, não sendo excessivo reforçar a importância de se trabalhar com os textos propriamente filosóficos e primários, mesmo quando se dialoga com textos de outra natureza, literários e jornalísticos, por exemplo – o que pode ser bastante útil e instigante nessa fase de formação do aluno. Porém, é a partir de seu legado próprio, com uma tradição que se apresenta na forma amplamente conhecida como História da Filosofia, que a Filosofia pode propor-se ao diálogo com outras áreas do conhecimento e oferecer uma contribuição peculiar na formação do educando (OCN, 2006, p.27).

Aqui podemos perceber o quanto é importante mantermos uma relação com os saberes deixados pelos filósofos passados, pois tal legado nos ajuda a compreender a dinâmica do ensino, assim também, como oferece elementos para formação humana. “Ter a história da filosofia como referencial pode tornar as aulas mais atraentes e mais fácil a vinculação de questões filosóficas” (OCN, 2006, p.38). E podemos afirmar também que tais saberes nos ajudam a compreender questões atuais. Lídia Rodrigo também fala da importância desses saberes quando faz a seguinte afirmação:

A história da filosofia deve, portanto, ser apresentada aos estudantes como algo vivo, cujas elaborações passadas não perdem atualidade, na medida em que oferecem categorias e referências teóricas capazes de continuar nutrindo nossas reflexões no presente. Ela deve apresentar-se, enfim, como uma reflexão no presente (RODRIGO, 2009, p. 50).

Carvalho também fala da importância de trabalhar filosofia em consonância com os clássicos. Segundo ela, é um equívoco pensar que se pode distinguir filosofia

e história da filosofia como se as questões pensadas filosoficamente hoje, não tenham uma ligação com o passado (CARVALHO, 2013). Para ela, as duas têm de andar juntas, pois seria uma ignorância brutal e ingênua desprezar tais saberes, “porque imagina que está descobrindo uma coisa que provavelmente vem de trinta séculos antes de você, que já foi dita” (CARVALHO, 2013, p.22).

O que Carvalho diz é uma demonstração de que devemos trabalhar a filosofia em relação com os saberes clássicos, pois desprezar tais saberes significa não valorizar todo legado filosófico deixado pelos nossos antecessores.

Carvalho ainda ressalta sobre a importância da história da filosofia a partir da análise de que

a obra nasce da percepção de que há uma falta; a obra anterior deixou uma falta e eu vou prosseguir, vou cobrir essa falta, vou preenchê-la só que, ao fazer isso, eu o faço no campo da expressão, um campo que é sempre de sobre determinação, de tal modo que há um excesso de significação e abro uma história, capturo uma história que me antecedeu e abro outra pela qual não sou responsável. (CARVALHO, 2013, p.23).

Muitas coisas do que se faz hoje têm uma ligação com o passado, muitas vezes é apenas readaptado, pensado de outro modo, para outro contexto, mas que os conhecimentos do passado serviram como ponto de partida para se pensar de um jeito diferente ou mesmo para preencher um vazio que foi deixado na obra anterior (CARVALHO, 2013). Assim, eu preencho o que faltou, uso tais saberes como aporte para pensar igual ou diferente, readaptando à minha maneira. Assim, podemos entender que

A história da filosofia é de alguma forma história do presente, pois é construída a partir das questões que nos animam a pensar o mundo contemporâneo. A história da filosofia somos nós, portanto, porque a reinventamos continuamente e porque ela é parte integrante de nossa identidade individual e de nossa cultura ocidental (CORNELLI, et al., 2013, p.55).

Voltar à história significa exercitar o filosofar. Esse exercício é importante para trilharmos os caminhos dos saberes filosóficos, conhecer os problemas do passado, pensar o presente e o futuro a partir de tais saberes, demonstrando que os saberes filosóficos desde os mais longínquos de nós ainda se mantêm vivos. Cabe a nós sabermos também que, nem tudo pensado anteriormente, ainda pode ser usado atualmente. “O exercício do filosofar consiste também em insistir no extemporâneo, em trazer para o presente as inquietações que não são desse tempo e exercitar o

filosofar em nossos dias é, pois, uma forma de resistir a essa aceleração e fluidez para o conceito” (GALLO, 2012, p.23).

Portanto, abordamos nesse subtópico o ensino de filosofia a partir de uma relação com os clássicos como uma tentativa de mostrarmos que é possível trabalharmos no Ensino Médio dessa forma. E isso justifica para trabalharmos o Ensino Médio na perspectiva da ética aristotélica que é uma temática clássica.

4.3 O ensino de filosofia numa perspectiva ética aristotélica

Nosso desafio nessa parte é mostrar como podemos trabalhar o ensino de filosofia numa perspectiva da ética das virtudes aristotélica. Para isso, achou-se necessário fazer uma relação com filósofos atuais sobre como deve ser trabalhado esse ensino, para não correremos o risco de transpor ideias prontas e acabadas da história da filosofia.

Ao trabalhar numa perspectiva do ensino de filosofia, sobretudo a ética, podemos ser interpretados como doutrinadores ou transmissores de saberes ecléticos. Segundo Gallo (2012), é necessário que saibamos que é possível sem grandes riscos, tomarmos uma posição que nos coloquem no campo de uma determinada concepção filosófica, já que são múltiplas as filosofias e as formas de ensinar. Porém é preciso escolher uma perspectiva que possa permitir um trabalho que seja coerente na sala de aula, pois quando não se deixa claro essa escolha pode levar a um perigoso ecletismo, haja vista que temos uma problemática quanto a esse mundo diverso da filosofia e uma possibilidade plausível é trabalhar numa perspectiva (GALLO, 2012).

Quando tomamos uma posição quanto à forma de ensinar, sobretudo numa perspectiva de um saber filosófico, é preciso que deixemos claro que “se trata de uma posição e não a posição, para não cairmos no dogmatismo. É preciso que tome uma posição na filosofia que evidencie de onde falamos, quando pensamos e praticamos seu ensino” (GALLO, 2012, p.40).

Portanto, para darmos continuidade com tal discussão, precisamos fazer alusão à importância da educação ética para a vida do homem em sociedade. “A educação ética é o critério essencial para formação do caráter, e mediante a prática constante de ações virtuosas o homem terá o discernimento para fazer o que for conveniente, logo será virtuoso e feliz” (ALVES, 2014, p.93).

A ética é precisamente a ciência que capacitaria os homens a transitar do estado não instruído para aquele em que realiza plenamente sua essência de ser racional, o seu telos. Os preceitos morais nos dão justamente o caminho certo para sairmos da potencialidade ao ato, para entendermos nossa verdadeira natureza e para alcançarmos nosso verdadeiro fim, eles nos indicam e ordenam as virtudes e vícios, como devemos educar e ordenar nossos desejos e emoções pelo uso de tais preceitos e pelo cultivo de tais hábitos de ação (CARVALHO, 2013, p.81).

Pelo exposto acima percebemos a importância da ética como modo de capacitação pessoal para viver socialmente, pois além de nos possibilitar sair do estado de natureza, ou seja, superar as fronteiras da animalidade para um mundo instruído, ela nos ajuda a andar na direção certa e justa como cidadão.

Pensar a ética no âmbito pessoal, educacional e social tornou-se muito importante para lidar com a crise ética que enfrentamos. Essa crise nos instiga a uma reflexão sobre nossas condutas e ações. Conhecer e refletir sobre os valores morais são imprescindíveis para a construção do convívio social. É pensando assim que se optou por desenvolver um estudo voltado para essa temática no ensino de filosofia, a fim de discutirmos sobre a crise ética atualmente, sobretudo no espaço escolar.

Essa crise ética é evidente no meio escolar. Observa-se que a cada dia isso parece piorar, pois percebe-se que a escola sendo um espaço propício para a formação ética do indivíduo parece falhar fortemente em sua contribuição com o papel de uma educação ética.

Portanto, acreditando na importância ética como mecanismo de orientação de nossas ações, é importante também que se saiba de fato qual o intuito de Aristóteles com a ética Nicomaqueia. Primeiro, para não fazermos julgamentos errados sobre o que ele objetivava com sua obra. Segundo, porque esse esclarecimento poderá nos ajudar no momento da proposta de intervenção filosófica.

Para entendermos seu propósito, usamos da fala de Zingano que demonstrará de forma lúcida isso.

Segundo Zingano (2010, p.171-172),

se ele está expondo o porquê das ações virtuosas, está explicando o que as tornas nobres, justas e corajosas etc., e como elas se encaixam em um esquema do bem viver, não porque as devemos perseguir. Ele está falando a alguém que já deseja e aprecia a ação virtuosa e precisa enxergar esse aspecto de sua vida em uma perspectiva mais profunda. Ele não está empreendendo uma tarefa, a que tantos moralistas se votaram, de recomendar a virtude inclusive àqueles que a desprezam: suas lições não são nem sermões nem argumentação

protética, que urge o perverso a se corrigir: torna claro que ele não julgava que esse tipo de coisa fosse lá muito útil.

Sabemos de início que corremos riscos de críticas profundas por nos debruçarmos sobre o estudo de uma ética tão distante cronologicamente de nós, por achar que seus elementos e valores não são mais dignos de usarmos no contexto atual. Então, como não temos formas prontas para o ensino de filosofia, podemos fazer essa junção com um novo jeito de pensar os saberes filosóficos.

Não estamos querendo com essas discussões trazer as virtudes ética aristotélica como uma forma ou modelo pronto para solucionar o problema da crise ética atual, mas primeiro como pressuposto para fortalecer as discussões éticas no âmbito das virtudes no espaço escolar, já que os valores estão poucos debatidos e, também, para refletirmos sobre como as virtudes podem nos ajudar a sermos seres melhores para com os outros, já que os modelos de éticas apresentados desde a modernidade parecem não ter dado conta dos problemas éticos.

Segundo Barrere e Martuccelli, (2001, p. 275),

a escola continua sendo, pelo menos nos discursos, o lugar por excelência da transmissão dos valores morais em nossas sociedades. Entretanto, o que impressiona na situação contemporânea é o desaparecimento progressivo do ensino da moral, a não ser na forma de fragmentos sem nexos, mais ou menos decompostos e desarticulados e, ademais, a serviço de considerações, via de regra, estritamente funcionais. Contudo, embora atravessada por esse movimento de agonia moral, a escola é também o palco de uma série, ainda mal reconhecida pela instituição, de promessas éticas.

Para vermos os problemas éticos, sobretudo no espaço escolar basta olharmos para a sociedade atual e veremos tal problemática. Não precisa ser sábio para compreender tal problema, uma vez que estar inserido nesse contexto de sociedade já ajuda entender como é preciso dar mais atenção à ética, principalmente na escola, haja vista que essa tem uma finalidade de nos melhorar como seres humanos.

Desse modo, terminamos por trazer uma reflexão na perspectiva da ética das virtudes aristotélica para o meio escolar como uma tentativa de fortalecer as discussões éticas nesse ambiente, pois a ética das virtudes em Aristóteles, assim como outras éticas, é apresentada nos manuais de forma superficial, muitas vezes passa despercebida, pois geralmente não é dado o enfoque necessário para compreendermos a sua importância. Com essa proposta pretendemos trabalhar com mais atenção essa temática. Tendo em vista isso, é importante ressaltar que a

forma como é trabalhado os conteúdos filosóficos é que vai fazer a diferença na aprendizagem dos indivíduos. Muitas vezes, os professores trabalham ética na escola obedecendo uma sequência cronológica e histórica de tais saberes, como proposto nos manuais, e não se dão conta de ampliar as discussões a partir de uma reflexão mais profunda, de uma visão crítica problematizadora de tais saberes e, assim, os discentes terminam por ver tais assuntos de forma indiferente. Ou seja, estudar ética termina por não contribuir muito na formação cidadã.

Devemos lembrar das palavras do mestre de Estagira quando ele diz que além de aprendermos pela educação os saberes éticos, devemos ter o hábito de praticá-los constantemente no dia a dia. Essa fala serve para fazermos alusão a qualquer conteúdo ético que é trabalhado na escola. Se o aluno ver tal temática, conhece os valores éticos, mas não os põe em exercício quando se pratica uma ação, não valeu apenas estudar, pois a ética deve ser algo para toda vida e tem essa função de nos tornar seres melhores do que somos. E a ética das virtudes aristotélicas tem esse propósito, pois ela está intrinsecamente ligada à noção de felicidade, isto é, à vida boa e à forma justa e agradável de nos relacionar com o outro. Mas para isso acontecer é necessário viver segundo a razão, que é uma atividade da alma humana, em consonância com a excelência intelectual e moral (PINTO, 2010).

Essa temática das virtudes ética fará parte dos debates filosóficos em sala de aula e, sobretudo, do cotidiano da escola. Falando desse modo, nessa perspectiva, dar impressão de trabalhar de forma doutrinária, porém, segundo Gallo (2012), partir de uma perspectiva ou um pressuposto não significa ensinar uma doutrina, doutrinar é ensiná-la como se fosse única. Essa forma de trabalhar filosofia proposta por Gallo fundamenta a ideia de trabalhar a ética Aristotélica sem correr grandes riscos de cair num ensino tradicional, enciclopédico e doutrinário.

Todavia, fazer uma discussão da ética aristotélica no ensino de filosofia atualmente não é tarefa fácil, mas também não é impossível, “compreendendo que uma das maiores dificuldades filosófica do tomismo foi adaptar o aristotelismo ao cristianismo, ou seja uma ética da imanência a uma teologia da criação” (MORAES, 1998, p.98).

A ética aristotélica é imanente, em oposição a do seu mestre Platão, que era transcendente, pois está fundamentada na realidade empírica do mundo, acerca das condutas humanas e a organização da sociedade. Ela se faz a partir da relação com a vida na *pólis* e a realidade concreta do homem e são responsáveis pelas escolhas

dos valores, pelas leis, pela moralidade e definição das condutas dos homens (VAZ, 2014).

Essa ética se mostra possível para trabalharmos no ensino de filosofia, pois acreditamos que ela possa contribuir para a conduta social dos indivíduos e uma convivência mais harmônica no meio escolar e social, já que se espera que a ética vá além dos muros da escola.

Desse modo, faz-se necessário fazer um resgate dessas virtudes para trabalharmos em diálogo com o ensino de filosofia atualmente, discutindo com outros autores contemporâneos. Imaginamos ser possível trabalhar essa relação tendo em vista que ética tem uma relação próxima com a filosofia, pois essa faz parte dos conteúdos abordados na disciplina nas escolas.

Para ampliar a discussão sobre a ética das virtudes, Gonçalves (2012, p. 86-87) explica que

o exercício das virtudes é que possibilita o desenvolvimento e o fortalecimento das tradições, assim como a ausência das virtudes podem possibilitar a desintegração e o desaparecimento das tradições. Portanto, diz MacIntyre, o sentido e finalidade das virtudes estão no sustento das relações que possibilitam o alcance de bens internos às práticas, assim como no sustento da procura do bem por um indivíduo durante uma vida inteira e assim como no sustento das tradições, que são o contexto social para as práticas e as vidas. O exercício das virtudes habilita seus possuidores a buscarem seu próprio bem e o bem da tradição a que pertencem, uma vez que neste contexto, a melhor realização de uma tarefa ou ação é fazê-lo do melhor modo tanto para o sujeito que a realiza enquanto indivíduo, como enquanto pai, filho, cidadão, membro de uma comunidade ou profissão.

Esse retorno à filosofia clássica pode ser reforçado a partir da concepção de Gallo (2006), quando ele cita que o ato do filosofar só é possível através da mediação com os clássicos, pois a filosofia não tem fronteiras e o pensamento constitui-se pela descendência conceitual. O professor de filosofia deve ser aquele capaz de estabelecer essa relação e caminhar com os alunos pelas veredas históricas, para que possam ser capazes de problematizar e reelaborar novos conceitos.

Com esse pressuposto podemos afirmar a possibilidade de trabalhar a relação das virtudes aristotélica com o ensino de filosofia atualmente, pois essa filosofia, embora sendo antiga, dá-nos subsídios para se pensar novas estratégias sobre a realidade atual.

A ideia de trabalhar as virtudes aristotélica no ensino de filosofia surge como uma forma de refletir acerca das ações humanas, ou seja, discutir sobre como

devemos agir para alcançarmos uma vida justa e feliz, já que esse deve ser o fim de todas as nossas ações.

Todavia, acreditamos que uma reflexão acerca da ética das virtudes na sala de aula do Ensino Médio da escola na qual propomos a intervenção filosófica, seja a de justamente permitir que os alunos pudessem compreender a importância dessas virtudes para uma vida justa no meio social.

No entanto, as virtudes mostram-se importantes como citado acima, justifica-se a proposta de intervenção quando partimos da observação de que vivemos e vivenciamos uma sociedade marcada por injustiças sociais, em que a crise de valores éticos a cada dia fica mais nítido, tanto no campo educacional quanto social, além disso, faz-se necessária uma reflexão sobre essa temática, pois percebe-se que estes são exemplos de problemas que se fortalecem numa sociedade em que há uma fragilidade dos preceitos éticos. E essas funcionarão como possibilidade para lidar com esses problemas.

Atualmente, pode-se observar que a questão da ética tem sido muito mencionada no campo da política, da saúde, da educação, etc. Porém, na prática cotidiana e escolar, a ética ainda tem se mostrado utópica, isto é, muito distante de ser verdadeiramente trabalhada e praticada pelas pessoas no convívio social, daí a importância de darmos mais atenção à essa questão, para que seja pelo menos vivenciada e discutida com mais veemência no campo escolar. Assim, segundo os autores:

Torna-se finalmente patente que a escola está atrasada em relação às exigências éticas cívicas centrais da modernidade, das quais fornecemos, por falta de espaço, um único exemplo. A escola, num único e mesmo movimento, é simultaneamente o palco de uma crise moral e de uma transição inacabada rumo a uma primazia da ética que deve, ao mesmo tempo, aprender a reconhecer, estimular e forjar. (BARRERE e MARTUCCELLI, 2001, p. 275).

A escola se mostra falha quando diz respeito às discussões éticas presenciadas de modo explícito no campo filosófico. Essa temática parece que quando discutida é de forma superficial e engessada, pois embora a ética se apresente também como um tema transversal como proposto pelos Parâmetros Curriculares Nacionais, na escola geralmente é trabalhada, ainda que superficialmente, em filosofia, como se essa temática fosse uma tarefa apenas dessa disciplina. Além do mais, as famílias praticamente se ausentaram do seu dever que é

de educar os filhos, pois acham que é tarefa da escola e essa, por sua vez, apresenta grandes falhas no que diz respeito pelo menos à discussão desses valores.

A discussão sobre as virtudes aristotélicas surge para ser trabalhada, pensando no ato de refletir, problematizar e dialogar com os discentes sobre a temática no cotidiano dos mesmos. Esperamos que essa sirva como arcabouço para diversos outros debates éticos. E que a partir dessas discussões eles possam por si só buscarem suas direções.

Conforme Gallo (2012), não se produz filosofia sem um problema, pois o problema é considerado o motor da experiência filosófica do pensamento. Não atentar ao problema sobre as questões filosóficas significa repetir, contar ou escutar histórias, levando a degradação do ensino. Deste modo,

o problema nos move a pensar justamente porque não somos capazes de compreendê-lo de antemão; ele não nos oferece uma resposta pronta, mas apresenta para nós como desafio a ser enfrentado, para o qual uma resposta precisa ser construída. Todo problema é a multiplicidade, na medida em que é composto por um conjunto de singularidades (GALLO, 2012, p.73).

Problematizar é uma forma de forçar o pensamento, de provocar a inquietude. Essa é a tarefa do professor de filosofia em sala de aula. E que a partir daí o aluno possa buscar por si só as respostas aos problemas propostos. Não se fala aqui de respostas prontas e acabadas, pois do ponto de vista filosófico, uma resposta passa a ser um novo problema ou questionamento.

O problema deve ser peça fundamental no processo educativo do ensino de filosofia das escolas brasileiras. Esse parece ser o caminho para o exercício do pensamento dos alunos, pois problematizar instiga o aluno a buscar compreender os conceitos e a criar novos conceitos, além de possibilitar a inquietude diante das imposições estabelecidas na sociedade contemporânea.

O conceito tem uma relação próxima com o problema, pois segundo Gallo, (2012, p.55), “o conceito é uma forma racional de equacionar um problema ou problemas, exprimindo uma visão coerente do vivido. Não é abstrato nem transcendente, mas imanente, uma vez que se baseia necessariamente em problemas experimentados”. O conceito faz parte da realidade concreta, algo além de informações ou meras opiniões. Para isso, podemos destacar a seguinte fala do autor:

Parece promissor e produtivo tomar a filosofia como atividade de criação conceitual para pensar e experimentar seu ensino. Essa definição nos permite tomar uma posição no ensino uma vez que a filosofia é uma atividade de criação, ela nos remete necessariamente

para a noção de um ensino ativo que convida para uma experiência do pensamento, (GALLO, 2012, p.40).

Voltando para o âmbito da ética, acredita-se que escola seja ainda um caminho para se discutir tais questões, uma vez que o âmbito escolar está repleto de possibilidades que evidenciam a ética como necessária e capaz de permitir um relacionamento mais próximo entre os atores educacionais.

Diante de tais afirmações, consideramos ser fundamental que possamos refletir e debater essas questões no ambiente escolar, uma vez que explícito ou implicitamente cabe ao professor discutir sobre os valores éticos no exercício de sua prática. Acreditamos ser necessário também que a ética seja parte integrante da vida cotidiana dos educandos, para que os mesmos venham a refletir sobre os fundamentos da vida moral.

Essa intervenção do professor não deve ser, portanto, no caráter de ensinar, mas problematizar, levar os discentes, através dos questionamentos, diálogos, ao ponto de partida do filosofar, pois ensinar é uma forma de empobrecimento racional do aluno. É um manter na zona de conforto, acomodados, é como prender seu raciocínio, “pois supõe a lógica do embrutecimento que impede que a inteligência de quem aprende trabalhe por si só”, (KOHAN, 2009).

O professor não deve ser um “aniquilador” do raciocínio, mas um mediador, provocador, problematizador dos saberes filosóficos. Assim, possibilita que os discentes busquem por si só compreender os problemas ou saberes filosóficos.

Os alunos por intermédio do professor devem ser como o filósofo, pois o “filósofo sempre está em busca de saber e desvendar o saber. Não um saber pronto e acabado, mas um saber que experiencia o não saber, que faz o movimento da ignorância ao saber. Aquele que busca conhecer, que está sempre à procura de respostas. Que usa das indagações seu aposto para os problemas (GALLO, 2006).

Assim, acredita-se ser importante refletir sobre as virtudes aristotélicas no ensino de filosofia, pois se supõem que essa seja uma forma de despertar na juventude sobre os valores ou virtudes para o hábito de ser justo ou seus próprios conceitos, a partir de um conceito abordado. É acertado, pois, dizer que pela prática de atos justos se gera o homem justo, e pela prática de atos temperantes, o homem temperante, sem essa prática, ninguém teria sequer a possibilidade de tornar-se bom.

Portanto, partindo dos objetivos da filosofia no Ensino Médio, no que tange o desenvolvimento do espírito crítico, a presente pesquisa diz respeito ao

desenvolvimento de uma proposta de intervenção filosófica a fim de pôr em prática ações que evidenciem uma discussão ligada à ética das virtudes aristotélica no ensino de filosofia.

Pensando na ética das virtudes como proposta para o ensino de filosofia sem correremos riscos de críticas sobre a validade de tal pensamento na atualidade, principalmente quanto ao conjunto de virtudes proposta pelo mestre de Estagira, é que pensamos num conjunto de virtudes para trabalharmos atualmente, já que as virtudes mudam com o tempo.

4.4 Novo conjunto de virtudes contemporânea

Sabendo que as sociedades mudam e a questão da moral muda junto. A moralidade humana deve ser enfocada no contexto histórico e social da época. Desse modo, uma discussão ética, sobretudo no espaço escolar, deve levar em conta o contexto no qual a escola está inserida (PCN 1997).

Segundo Faresin e Neves (2019), o movimento cultural e histórico faz com que pensemos em novos valores adequados para aquela realidade da qual vivemos, pois os valores ou as virtudes não são eternas. Discorrer sobre um conjunto de virtudes ou valores que se adequa a realidade é importante para não correremos o risco de produzirmos uma sociedade engessada com valores rígidos e imutáveis do passado.

Tendo em vista isso, faremos uma transição da moralidade com um conjunto de virtudes que achamos se adequar ao contexto atual e que possa ir contra os problemas da moral existentes no ambiente escolar da qual será proposta a intervenção. O conjunto de virtudes surge em consonância com os documentos legais como mecanismo de apoio para o fortalecimento dos valores morais e o exercício da cidadania.

Portanto, assim como Tomás de Aquino listou um grupo de virtudes que se adequasse ao seu tempo, listamos também nessa parte um conjunto de virtudes como subsídios para uma ética das virtudes atual, haja vista que algumas virtudes citadas por Aristóteles não cabem mais no nosso contexto.

No entanto, devemos pensar em virtudes que se adéquem à essa realidade. Podemos fazer isso mostrando que Aristóteles fala de virtudes para a vida moral e, embora aborde um conjunto de virtudes numa época diferente da nossa, não significa que não podemos reinventar novas virtudes que se adéquem ao nosso contexto, pois segundo Hooft (2006), aquele que é virtuoso muda ao longo do tempo. Ele diz que as

virtudes que buscamos nos jovens de hoje são diferentes daquelas da época de Aristóteles. Isso não quer dizer que algumas virtudes pensadas naquele contexto não possam ser usadas atualmente. Nessa parte além de usar as virtudes propostas por nós, tentaremos correlacionar com algumas virtudes pensadas naquela época.

Além disso, mostraremos nesta parte a relação destas virtudes com os documentos legais como pressuposto para o exercício da ética e da cidadania, pois assim como as virtudes na concepção aristotélica tinha o poder de levar o homem para o caminho correto no âmbito da moral, achamos ser possível também atualmente tanto no meio escolar como extraescolar.

Trabalhar a ética das virtudes no espaço escolar é importante para promover o respeito e atenção com o outro nesta comunidade, pois a ética das virtudes tem esse propósito do bem-estar comum entre os membros da comunidade. A ética no espaço escolar deve estar ligada à vida prática dos discentes, pois o propósito não é apenas que os discentes conheçam os valores éticos, mas que reviva esses valores e que esses façam parte do hábito cotidiano dos mesmos, pois “somente informações não é suficiente para ensinar os valores e atitudes” (PCN, 1997, p.44), afinal é pelo hábito que as virtudes se concretizam. Assim, a ética das virtudes ao fazer parte do cotidiano dos alunos é mais uma forma de podermos refletir sobre os problemas éticos que afetam as relações de interdependência dos discentes.

Portanto, sabendo que cada época tem seu conjunto de virtude adequada para cada objetivo, apresentamos agora virtudes importantes para o campo da moral. Apresentaremos alguns blocos de conteúdos propostos pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) que consideramos virtudes para trabalharmos com propósito para formação moral e cidadã.

Começaremos pelo respeito mútuo. Essa virtude é central na moralidade, pois podemos usá-la como subsídio para se pensar várias dimensões de relação entre as pessoas (PCN, 1997). Portanto cabe aqui elucidarmos sobre o tipo de respeito como virtude que propomos. O respeito que aqui citamos não é no sentido de submissão como alguém que obedece à outra por medo em consequência do poder ou mesmo por veneração, admiração, ou seja, no sentido unilateral, mas no sentido de igualdade recíproca (PCN, 1997). É como a própria palavra traduz, trata-se de um respeito em que um respeita o outro reciprocamente. Esse respeito deve levar em conta a diversidade. Tratar cada um de forma igualitária sem distinção de qualquer natureza como proposto no artigo V da Constituição Federal (BRASIL, 1998). Essa virtude se

apresenta de forma efetiva para uma postura ética para o exercício da ética e cidadania, pois além desta se expressar de diversas formas na sociedade se mostra "ideal" para tratarmos de forma respeitosa às diversidades, conforme cada singularidade. Isso pode ser contemplado no espaço escolar a partir da intervenção proposta nesse trabalho.

Tratar o outro de forma respeitável e amigável é muito importante numa sociedade marcada pela desigualdade e injustiça social, fruto de conflitos mútuos que terminam por enfraquecer os valores morais afetando de forma profunda as relações sociais como vemos nessa sociedade capitalista, individualista e competitiva. "A sociedade capitalista, ao mesmo tempo em que propõe a centralidade de sujeitos iguais, constrói relações econômicas que produzem e reproduzem desigualdades no corpo social." (BNCC, 2018, p. 554)

Trabalhar o respeito mútuo como virtude no ambiente escolar é "uma excelente oportunidade para que aprendam que todos são merecedores de serem tratados com dignidade, cada um na sua singularidade" (PCN, 1997, p.119). Com essa virtude em prática é uma forma de experienciar o momento de tratar todos de forma respeitosa, sem discriminação, independentemente de sua identidade de gênero, condição econômica, origem étnica e fé religiosa, pois o convívio respeitoso na escola, assim como em outros espaços sociais, é um dos maiores exemplos de convívio moral.

Falaremos agora do diálogo como virtude. Muitos podem indagar sobre o porquê de usar esse como virtude, mas pensar numa sociedade democrática marcada por uma diversidade cultural e desigualdades sociais como essas na qual estamos inseridos, é importante citarmos essa virtude como uma das principais virtudes para lidar com tais adversidades.

O diálogo pede a capacidade de ouvir o outro e de se fazer entender. Ele aparece como um valor ou virtude importante para a convivência em todos os âmbitos da vida, de modo que sem ele não conseguimos resolver os problemas ou as situações que a nós são impostas. Ele está permeado na reflexão sobre nossas práticas e ações (FARESIN e NEVES, 2019). Com o diálogo nós aprendemos a ouvir, expressar e a respeitar o direito do outro de poder se expressar. Essa virtude é importantíssima numa situação de conflito, pois seu objetivo é encontrar uma solução que seja justa, em que os direitos de cada um sejam respeitados. (PCN, 1997). Isso é importante como forma de esclarecer os conflitos sociais. E a escola se apresenta com um dos principais espaços para trabalhar esse valor (PCN, 1997). Pois entende

-se que esse espaço deve ter o papel fundamental na construção de valores da educação ética e cidadã dos indivíduos que ali convivem de modo que auxiliem os mesmos a pautarem suas vidas no respeito às diferenças que provocam exclusões sociais (OCN, 2006). A escola é fundamental para trabalhar os valores para a construção da ética e cidadania. Esse espaço aparece como um local importante para trabalhar a educação dos valores ou virtudes éticas. Os valores não existem separados da educação, pois ensinar tais valores é uma forma de preparar os indivíduos para a vida em sociedade (FARESIN e NEVES, 2019). E o diálogo como virtude surge como preparação para a vida, pois favorece à comunicação entre as pessoas das mais diversas camadas sociais de modo a tornar a convivência mais humana e pacífica.

Segundo Araújo (2007), a escola precisa construir um espaço de diálogo nas suas atividades curriculares e não curriculares de modo que os discentes, docentes e toda comunidade se tornem efetivos na construção da cidadania. Isso que o autor afirma reforça nossa ideia de fundamentar esse valor como virtude para pensarmos uma educação ética e cidadã nos moldes de uma intervenção, pois é mais uma forma de reforçarmos esse valor no espaço escolar. Mas se quisermos promover uma educação ética voltada para a cidadania, devemos partir de temáticas significativas do ponto de vista ético de modo que proporcione condições para que o aluno possa desenvolver a capacidade dialógica (ARAUJO, 2007). Pelo que vemos, para que o diálogo como virtude possa se efetivar nesse espaço no âmbito da ética e cidadania é preciso que seja criadas condições para ele se estabelecer, por isso acreditamos que trazer esse elemento como virtude para esse espaço seja uma forma de efetivá-lo. Uma posição dialógica é importante para enfrentar os fenômenos complexos como autoritarismo e violência nas relações interpessoais (IDEM, 2007).

Segundo Arantes (2007), o diálogo aparece junto à participação coletiva em acordos participativos com o pressuposto de ampliar a compreensão, respeito e a construção de ações que considerem as diferenças. Vemos com isso que o diálogo possibilita acordos entre os indivíduos no meio social, sobretudo no espaço escolar, de modo a preservar o respeito às diversidades. Isso demonstra passos largos para o fortalecimento da ética e cidadania, como bem ressalta o autor a seguir:

O diálogo com a realidade cotidiana e as normas sócio morais vigente remete ao trabalho com a diversidade humana, à abordagem e ao desenvolvimento de ações que enfrentam as exclusões advindas das

distintas formas de deficiência e diferença sociais (ARAÚJO, 2007, p.14).

Essa afirmação do autor fortalece a ideia de usarmos tal valor como virtude, como possibilidade de lidar com os problemas éticos resultantes dessa diversidade e diferenças sociais.

Damos continuidade às novas virtudes falando da solidariedade. É importante que não nos enganemos com essa virtude, pois a solidariedade conforme os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) pode ser enganosa, como por exemplo, “membros de uma quadrilha ser solidários entre si, ajudando-se e protegendo-se mutuamente. Nesse caso, a solidariedade nada tem de ético” (PCN, 1997, p 111). Essa é uma atitude condenável e, portanto, não ética, pois ocorre em benefício de si próprio já que a ajuda ao outro é para salvar a si mesmo. A solidariedade como virtude ética vai muito além dessa ideia abordada, pois é um ajudar o próximo de forma desinteressada (PCN,1997). Ou seja, é ajudar sem a intenção de receber nada em troca. Rohden (2020, p.140) trata a solidariedade como um jogo e esse jogo “não esvazia o eu, mas o estimula ao exercício do ouvir constante do reconhecimento e acolhimento do direito e do argumento do outro”. Esse jogo tem suas regras em que o fim é a atualização de acordos de convivência harmoniosa e respeitável. É por isso que essa virtude se mostra importante para se trabalhar ou pelo menos ser refletida em sala de aula, pois possibilita o acordo de convivência harmoniosa entre as pessoas. E com essa harmonia acreditamos ser possível, quando há o respeito, o amor e a generosidade com o outro. E isso podemos afirmar que está embutido nessa virtude.

Podemos afirmar que a virtude da solidariedade pode ser vinculada com a virtude da amizade verdadeira proposta por Aristóteles, pois a solidariedade junta à amizade são virtudes que contemplam o amor ao próximo, tratar o outro bem como sendo a si mesmo. Quem não é amigo de si, mas está consigo desunido, não é capaz de se entregar aos outros nem de atuar solidariamente (GADAMER, 2001, p.108 apud ROHDER, 2020, p.138).

A solidariedade é uma virtude que está relacionada com as demais virtudes aqui postas, pois ser solidário implica em respeitar os direitos do outro e respeitar os direitos do outro é uma forma de incentivar o diálogo nas relações interpessoais. Essas virtudes em consonância possibilitam à ética e à cidadania e, portanto, devem ser trabalhadas na escola. Pois conforme a afirmação de Lodi e Araújo:

aprender a ser cidadão e a ser cidadã é, entre outras coisas, aprender a agir com respeito, solidariedade, responsabilidade, justiça, não-violência, aprender a usar o diálogo nas mais diferentes situações e comprometer-se com o que acontece na vida coletiva da comunidade e do país. Esses valores e essas atitudes precisam ser aprendidos e desenvolvidos pelos estudantes e, portanto, podem e devem ser ensinados na escola (2007, p.69).

Essas virtudes ajudam a fortalecer as relações interpessoais, não só entre professor e aluno, mas também entre os próprios alunos, pois o grande desafio é conseguir se colocar no lugar do outro, compreender seu ponto de vista e suas motivações ao interpretar suas ações, isso desenvolve a atitude de solidariedade e a capacidade de conviver com a diferença (PCN, 1997, p.45). Aqui podemos citar a virtude da amabilidade proposta por Aristóteles vinculada à solidariedade, porque ser solidário é uma demonstração de amar o outro, pois é como o mestre de Estagira diz: pessoas amáveis conviverão de forma adequada com os mais diferentes tipos de pessoas e isso se adequa à nossa sociedade que é marcada por uma diversidade cultural grande. O indivíduo com essa virtude em consonância com a solidariedade poderá ter uma boa convivência com qualquer tipo de pessoa.

Portanto, incluir explicitamente o ensino de virtudes/valores e o desenvolvimento de atitudes no trabalho escolar não significa, portanto, tomar como alvo, como instrumento e como medida da ação pedagógica o controle do comportamento dos alunos, mas sim intervir de forma permanente e sistemática no desenvolvimento das atitudes (PCN, 1997, p. 46). Desta forma, isso será contemplado neste trabalho, pois temos o propósito de intervir a partir de uma proposta de intervenção com a ética das virtudes sobre as problemáticas éticas no espaço escolar.

Todavia, pensar nesse conjunto de virtudes para o Ensino Médio e, sobretudo, para o espaço escolar, é preciso também compreender algumas competências e finalidades dos documentos legais para essa modalidade de ensino para que possamos dialogar e trabalhar em consonância com os mesmos e desse modo vivenciar o exercício da cidadania e, sobretudo, o fortalecimento dos valores éticos. Essas competências e finalidades podem ser a garantia da efetivação da ética.

Podemos começar com algumas finalidades do Ensino Médio como prevista pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN. Art.35 inciso III) que estabelece o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética (LDB, 1996). Nesse mesmo contexto não podemos nos esquecer de

abordar, conforme a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2018, p.558), como garantia ao estudante duas competências importantes no exercício da cidadania e no âmbito da ética. Tais competências tratam do seguinte:

Reconhecer e combater as diversas formas de desigualdade e violência, adotando princípios éticos, democráticos, inclusivos e solidários, e respeitando os Direitos Humanos.

Participar, pessoal e coletivamente, do debate público de forma consciente e qualificada, respeitando diferentes posições, com vistas a possibilitar escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.

Porém, para que isso seja contemplado de fato, a escola precisa ser um espaço que permita os discentes:

a não violência e o diálogo, possibilitando a manifestação de opiniões e pontos de vista diferentes, divergentes ou conflitantes;

o respeito à dignidade do outro, favorecendo o convívio entre diferentes;

o combate às discriminações e às violações a pessoas ou grupos sociais;

a participação política e social; e

a construção de projetos pessoais e coletivos, baseados na liberdade, na justiça social, na solidariedade e na sustentabilidade (BNCC, 2018, p.465-466).

Se observarmos aqui, nessas finalidades estão incutidas as virtudes da qual propomos. E são essas virtudes que acreditamos possibilitar um espaço para o exercício da ética e cidadania. Essas virtudes pensadas no contexto atual nos darão o norte de como viver em uma sociedade eticamente.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) nos mostra também como devemos agir para vivermos em sociedade. Destacamos assim que.

Aprender a viver em sociedade significa, então, submeter-se a processos de socialização, ou seja, processos de incorporação e internalização de valores, papéis e identidades. Portanto, a sociedade como teia de relações é fundamental para apreender o modo como as ações dos indivíduos configuram o mundo em que vivem, ao mesmo tempo em que constroem uma identidade coletiva que lhes permite se pensar como nós diante do outro (ou outros de referência) (BNCC, 2018, p. 554).

A vida em uma sociedade tão diversa como a nossa marcada pela intolerância e desigualdades sociais em todos os aspectos e “o entrelaçamento entre questões sociais, culturais e indivíduos permite aprofundar, no Ensino Médio, a discussão sobre a ética” (BNCC, 2018, p.554). Essa discussão precisa ser feita de forma mais

consistente e acreditamos que isso pode ser efetivado com esta proposta de intervenção no âmbito das virtudes éticas da qual propomos. “Para tanto, os estudantes devem dialogar sobre noções básicas como o respeito, a convivência e o bem comum em situações concretas” (BNCC, 2018, p.555).

5 METODOLOGIA DA PESQUISA

A presente pesquisa de mestrado em execução está voltada para o ensino de filosofia numa perspectiva da ética das virtudes aristotélica como uma proposta para o Ensino Médio e tem como intuito trazer para o meio escolar discussões pautadas nos saberes éticos, a fim de ampliar os debates sobre a temática de forma mais consistente no ambiente escolar.

Fazer uma discussão dos valores éticos pautados na ética das virtudes no espaço escolar no âmbito de uma intervenção, demonstra ser mais uma maneira de estimular os discentes sobre os problemas éticos em pauta, além de ser um novo jeito de refletir e fazer filosofia.

A pesquisa em desenvolvimento tem uma abordagem teórica que se configura a partir de uma análise bibliográfica com finalidade prática, por se tratar de um trabalho com proposta de intervenção para ser aplicada no ambiente escolar.

Na análise bibliográfica para a confecção e construção do arcabouço teórico para fundamentar a pesquisa, usamos a obra *Ética a Nicômaco* de Aristóteles, bem como saberes de comentadores como Veatch (2006), Hooft (2013), Zingano (2010), assim como outros autores que discutem essa temática. A confecção dessas informações foi feita a partir de uma revisão da literatura em livros, dissertações, artigos, periódicos para uma maior complexidade da pesquisa. Desse modo:

A revisão de literatura tem vários objetivos, entre os quais citamos: a) proporcionar um aprendizado sobre uma determinada área do conhecimento; b) facilitar a identificação e seleção dos métodos e técnicas a serem utilizados pelo pesquisador; c) oferecer subsídios para a redação da introdução e revisão da literatura e redação da discussão do trabalho científico (PIZZANI et al, 2012, p.54).

E por fim, sabendo que a pesquisa das virtudes está embutida numa relação direta com o ensino de filosofia, fazendo-se uma análise também bibliográfica relacionando com as virtudes, a partir de teóricos como Gallo (2012), Cerletti (2009) e Kohan (2009), bem como de outros autores que se debruçam sobre essas questões citadas.

5.1 Da natureza da pesquisa

A pesquisa em desenvolvimento é de caráter qualitativo, pois não temos objetivos de quantificar dados da experiência, mas refletir filosoficamente sobre a ética das virtudes a partir dos problemas éticos ligados à postura dos discentes no espaço escolar, por meio de uma intervenção filosófica em que os dados obtidos são de predominância descritiva. Nesta pesquisa há uma aproximação do pesquisador com objeto da pesquisa, pois esses têm uma participação direta no processo da pesquisa-ação em que se desenvolve.

O método qualitativo do qual usamos neste trabalho vem ganhando importância significativa, segundo a concepção de Gamboa (2015), quando esse faz uma crítica à eficácia dos métodos investigativos empíricos em educação, por achar que esse privilegia apenas algumas formas de investigação multifacetária e contraditória da realidade educacional. Assim, Silva (2014) destaca que,

a pesquisa qualitativa então trabalha com o sentido de inteligência do pesquisador. Isso porque a preocupação com o processo é muito maior do que com o produto, pois é nessa fase que se constrói as hipóteses que nortearão a própria pesquisa e possibilitarão a formulação descritiva necessária para a construção de um novo conhecimento (SILVA, 2014, p.110).

Esta pesquisa de caráter qualitativo, além de possibilitar esta formulação da qual o autor fala, ela nos possibilita compreender melhor os fenômenos no contexto em que ele ocorre e de que faz parte (GODOY, 1995).

5.2 Proposta metodológica de intervenção

A proposta metodológica de intervenção que apresentamos configura-se como uma intervenção de caráter filosófico pelo profissional/pesquisador que desenvolve a pesquisa, objetivando a sensibilização dos discentes para uma reflexão crítica dos saberes éticos, a partir de uma perspectiva da ética das virtudes fundamentada na obra *Ética a Nicômaco* de Aristóteles.

Ao trabalharmos as virtudes no Ensino Médio como proposta metodológica de intervenção, objetivamos estimular os discentes à reflexão sobre a forma de agir e de pensar os problemas éticos na escola/sociedade. E espera-se obter mudanças de comportamento quanto à convivência a partir da mesma, pois uma proposta de intervenção tem como propósito ações articuladas com estratégias de mudança social, prevista num tempo determinado, que pode resultar na melhoria dos resultados escolares, a partir de um novo modo de pensar, de viver e de sentir a realidade

(DESLANDES e FIALHO, 2010). Cabe ressaltarmos que não podemos afirmar se tais mudanças acontecerão ou não.

Consideramos uma proposta de intervenção nesses moldes como uma forma de tratarmos os problemas éticos mais de perto, não apenas de modo teórico, mas prático, no espaço escolar, já que a intervenção tem esse poder de envolvimento dos autores do processo nas questões que se discutem. É isso que propõe quando se pensa num trabalho como esse. Os alunos poderão vivenciar as questões éticas não de forma passiva, mas ativa, pois esses aparecem como protagonistas no processo.

Esta proposta de intervenção numa perspectiva da ética das virtudes aristotélica para o Ensino Médio será pensada para sua aplicação correlacionando com o pensamento de Gallo, a partir de sua proposta dos quatro elementos didáticos com exposto no item quatro da pesquisa. Além do mais, usaremos um dos dois exemplos didáticos propostos por ele para aplicação prática daquilo que propomos.

Usaremos tal método como um novo jeito de fazer filosofia na escola, pois acreditamos ser possível para correlacionarmos com o que desenvolvemos na pesquisa. Ademais recorreremos também a outros autores para dar mais embasamento a proposta.

5.3 Dos procedimentos para execução de uma intervenção

Para trabalhar a temática proposta, sem correr grandes riscos de sermos questionados por usarmos uma ética das virtudes num contexto em que sequer algumas virtudes propostas por Aristóteles poderiam ser reconhecidas, apresentamos um conjunto de virtudes atuais como: respeito mútuo, diálogo e solidariedade. Tais virtudes podem fundamentar a construção de valores éticos que favoreçam uma convivência respeitosa e o exercício da cidadania no cotidiano da escola e ou fora dos muros da escola.

Conforme o exposto, temos como foco propor ações de intervenção no Ensino Médio, em que o aluno aparece como protagonista no processo por participar ativamente da pesquisa, a partir de uma reflexão crítica sobre a temática proposta. Desse modo, sugere-se que se trabalhe tendo como base duas propostas, que podem ser a execução de um filme e fóruns filosóficos. O filme é um dos momentos didáticos que fazemos com base no que Gallo propõe como possibilidade metodológica para o ensino de filosofia.

Tendo em vista a proposta metodológica, é preciso que seja algo que não destoe do ensino de filosofia que se pretende, conforme as Orientações Curriculares para o Ensino Médio, mas que seja algo que torne as aulas atraentes. Podemos citar dois pontos importantes com base nas Orientações Curriculares: a formação na área específica e a história da filosofia como referencial. Somado a isso pode-se apresentar um filme, pois esse é uma condição desejável e prazerosa (OCN, 2006). É importante ressaltarmos que Gallo não propõe fóruns filosóficos. Porém propomos os fóruns, pois são atividades que podem ser feitas presencial ou virtualmente, via vídeo conferências e que também é um novo jeito de tratar os assuntos filosóficos.

Essa proposta pensada vai além daquela velha forma enciclopédica de trabalhar os conteúdos filosóficos no Ensino Médio de muitas escolas brasileiras, que o professor apenas transpõe os conteúdos prontos da história da filosofia, muitas vezes no âmbito da informação sem reflexão, sem uma problematização, pois será uma forma de trabalhar sem repetir conceitos prontos, mas trabalhar relacionando aos problemas atuais, isto é, tratar os problemas atuais pensando o já pensado.

Nossa proposta está em consonância também com o que propõe Lídia Rodrigo onde ela diz que:

construir uma forma de trabalho que associe a aprendizagem da filosofia com o aprender a filosofia implica romper com as concepções que reduz a história da filosofia a uma crônica do passado, ou uma espécie de arquivo morto sobre a obra de grandes filósofos (RODRIGO, 2009, p .50).

O que propomos está em consonância também com as Orientações Curriculares para o Ensino Médio em que se diz que “o professor deve convidar o aluno a prática da reflexão, pois a filosofia ao contrário do que se faria em qualquer tipo de doutrinação deve instaurar procedimentos como o de nunca dar sua adesão a opinião sem antes submetê-la a crítica” (OCN, 2006, p.37).

Para a efetivação das propostas citadas acima, mostramos aqui como pode ser desenvolvido todo o processo de execução. É importante ressaltarmos que não estabelecemos aqui um modelo pronto de metodologia em que o professor deve usar nas suas aulas como único e verdadeiro. Como trabalhamos conforme as sugestões metodológicas de Silvio Gallo, usamos essa proposta como uma possibilidade didática de trabalho em sala de aula.

Assim, no primeiro momento da intervenção dos conteúdos nas aulas de filosofia, o professor pode fazer uma sensibilização com os discentes acerca da

temática a ser abordada. A sensibilização é o primeiro passo, segundo Gallo (2012), para a criação de conceitos e que os conceitos só são criados para enfrentar problemas que nós mesmos vivemos. A exemplo, podemos citar os problemas éticos existentes na escola e sociedade.

Nesse primeiro momento pode ser feito uma roda de conversa presencial ou por encontro virtual com mídias sociais como “WhatsApp” ou “google meet” sobre o tema abordado com a proposta de um filme, haja vista que as mídias estão muito presentes na vida dos discentes atualmente, sobretudo nesse período de aulas remotas. O filme deve estar ligado à temática abordada. Como a temática em questão é ética, o professor pode fazer uma reflexão, juntamente com os discentes, sobre os problemas éticos existentes atualmente no espaço escolar e na sociedade e da necessidade de uma abordagem mais consistente com base na ética das virtudes de Aristóteles, sobretudo na proposta do conjunto de virtudes atuais que propomos no texto vinculado à ética das virtudes aristotélica como pressupostos para lidar com os problemas observados. Esse momento é de sensibilização, ou seja, é uma forma de o professor chamar a atenção do aluno para o tema em questão.

Feito isso, vem a problematização que é o momento de transformar o tema em problema, isto é, problematizar as questões abordadas. Nessa parte entra as atividades dos fóruns com roda de conversa com reflexão e discussões sobre as problemáticas em foco. Aqui o professor pode suscitar os discentes ao desejo de buscar soluções. Gallo (2012) sugere que o professor estimule o senso crítico dos alunos exercitando os questionamentos acerca da problemática vendo por diferentes ângulos. Ou seja, é o momento de trazer à tona alguns problemas existentes em sala de aula, na escola ou mesmo identificados fora do espaço escolar. Segundo Gallo (2012), “quanto mais completa a problematização, mais intensa será a busca por conceitos que possam nos ajudar a dar conta do problema”.

Em seguida, trata-se de buscar os meios para a realização dos problemas em questão. É aquilo que Gallo chama de investigação. Esse é o momento de buscar na história da filosofia o que possam servir para pensar o problema em questão (GALLO, 2012). É o que de fato já estamos fazendo com essa pesquisa. Já que estamos propondo trabalhar a ética das virtudes para discutirmos os problemas éticos atuais existentes no espaço escola/sociedade. Silvio Gallo ainda diz em relação à investigação “que revisitamos a história da filosofia, não como centro do currículo, mas como recurso necessário para pensar os novos tempos, nossos próprios problemas.”

E por fim, se na investigação pela história da filosofia encontrarmos conceitos significativos para o problema em questão, devemos tratar de deslocarmos para o nosso contexto recriando os mesmos para possíveis soluções e, não sendo possível isso, podemos encontrar elementos que nos permita criar conceito próprio (GALLO, 2012). É nesse ponto que o professor faz uma relação dos problemas em questão com o que é encontrado na história da filosofia que possa ser relevante para as questões discutidas no momento da aula, pois é como diz o próprio Gallo, não se cria conceitos do nada.

Tendo em vista essa sequência metodológica que o professor pode usar em suas aulas, Silvo Gallo apresenta dois exemplos didáticos ilustrativos de organização das aulas da qual usaremos um destes. Gallo apresenta a ética como tema geral para as discussões. Ele aborda a ética como um dos temas centrais, uma vez que um dos problemas mais antigos quando se pensa em ensinar filosofia é a possibilidade do ensino das virtudes (GALLO, 2012).

5.3.1 Planejamento das ações a serem desenvolvidas

No primeiro momento da intervenção é imprescindível que os discentes tenham conhecimento do tema que se propõe. Como a temática em questão é sobre a ética das virtudes de Aristóteles é importante que o professor disponibilize material (textos) antecipadamente sobre a temática, para que os alunos tenham conhecimento da mesma. É relevante o aluno conhecer a teleologia aristotélica (felicidade), a ética das virtudes e, sobretudo o conjunto de virtudes que propomos para facilitar as discussões no momento em que começar o processo da intervenção.

Esse primeiro momento é importante para que os discentes possam compreender o conceito de felicidade em Aristóteles; compreender a ética das virtudes aristotélica como meio para alcançar à felicidade conhecer o conjunto de virtudes contemporâneas e refletir como essas virtudes podem dar conta dos problemas éticos no espaço escolar e sociedade.

Para facilitar as atividades, o professor deve dividir os três temas para três grupos, onde eles possam estudar sobre as temáticas e apresentar através de fóruns filosóficos com debates entre os discentes e o professor. Os fóruns podem ser presenciais ou virtualmente para que os mesmos tenham conhecimento acerca do que propomos. Esses debates podem ser feitos em duas aulas de 50 minutos, pois acreditamos que esse seja um tempo razoável para refletir e debater os temas.

No segundo momento, o professor deve apresentar um filme que aborde questões ligadas à ética para correlacionar com os problemas éticos mais perceptivos no espaço escolar e sociedade. O professor pode trabalhar o filme “CRASH no limite”. Esse é um filme que faz uma abordagem étnico-racial, em que é possível tratar de questões como o racismo, segregação etc. Além do mais, o professor pode problematizar a questão da diversidade cultural, preconceito etc. Como essas são questões bem comuns na escola, pode ser feita uma reflexão e discussão voltada para espaço escolar e fora da escola. O professor pode solicitar que os alunos assistam o filme em casa, ou mesmo durante a aula. Logo após a apresentação do filme, o professor pode fazer uma roda de discussão com reflexão por meio de fóruns sobre as questões postas acima.

Tendo em vista isso, é o momento da investigação na história da filosofia em busca de elementos que permitam pensar sobre a problematização. Silvio Gallo sugere que o professor possa trabalhar três modelos de éticas encontrados nos diferentes períodos da história da filosofia. Como, por exemplo, na ética antiga orientada para a felicidade que já é a ética que trabalhamos, uma ética orientada para o dever e outra para a liberdade (GALLO, 2012). O professor pode abordar esses três tipos de éticas como diferentes maneiras de tratar os problemas éticos.

Nesse contexto, o autor ajuda a fundamentar a nossa proposta de ética das virtudes, pois faz alusão da importância de uma leitura na obra *Ética a Nicômaco* para a contextualização das discussões. Nesse ponto, o professor pode pensar como a ética das virtudes pode ajudar-nos a superar os problemas éticos problematizados a partir do filme. É nesse momento que pode ser pensado o conjunto de virtudes atuais para uma reflexão ao exercício da ética e cidadania: como o respeito mútuo, diálogo, solidariedade propostas no item 4.4 como elementos importantes na superação das problemáticas éticas em questão.

Como etapa final do processo, aquilo que Gallo chama de conceituação. Imagina-se que os estudantes sejam capazes de manejar os conceitos como ferramentas, aplicando a problemática em questão ou mesmo tenham autonomia de criar seus próprios conceitos (GALLO, 2012). As quatro etapas didáticas propostas aqui dão autonomia para o aluno participar ativamente das discussões. Com essa proposta o aluno tem autonomia nas discussões filosóficas a ponto de que o exercício da cidadania proposto nos documentos legais seja uma conquista dos alunos e não uma imposição de mera repetição de conceitos em que o professor transmite

informações da história. “A tarefa do professor ao desenvolver habilidades não é inculcar valores, doutrinar, mas sim despertar os jovens para a reflexão filosófica” (OCN, 2006, p.33). Pois “a filosofia é teórica, visão crítica, trabalho de conceito, devendo ser preservada como tal e não como um somatório de ideias que o estudante deve decorar” (IDEM, 2006, p.35). É isso que se espera da filosofia como desenvolvimento de competências, essa capacidade de análise, interpretação e construção racional e crítica como pressuposto necessário para a autonomia da cidadania (IBIDEM, 2006).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa ensino de filosofia numa perspectiva da ética das virtudes aristotélica como uma proposta para o Ensino Médio surgiu com o objetivo de trazer para o espaço escolar reflexões pautadas nos saberes éticos, a fim de ampliar os debates em sala de aula sobre a temática, como uma tentativa de dar conta dos problemas éticos existentes. Foi pensando nisso que se optou por trazer esta pesquisa como proposta de intervenção para um debate mais consistente em sala de aula e desse modo despertar os discentes sobre a importância que a ética tem em nossas vidas como cidadãos políticos.

Apresentamos aqui neste trabalho um novo jeito de trabalhar a filosofia, diferente daquela velha filosofia tradicional trabalhada de forma doutrinária. Diante disso, acredita-se que assim, essa filosofia possa estimular os alunos à reflexão crítica sobre as virtudes para uma vida justa e feliz, bem como para o amadurecimento das relações interpessoais a partir do momento que for aplicada à proposta de intervenção, pois pensar a ética no âmbito pessoal, educacional e social tornou-se muito importante para lidar com a crise ética que enfrentamos.

Conhecer e refletir sobre a ética das virtudes como fazemos nesta pesquisa são imprescindíveis para a construção do convívio social. Isso Aristóteles deixa claro na sua obra *Ética a Nicômaco*. Ele trata da importância das virtudes para uma vida boa na *pólis*. Essas virtudes aparecem como elementos necessários para uma vida feliz. Foi pensando assim que se optou por desenvolver um estudo voltado para essa temática no ensino de filosofia, a fim de discutirmos sobre a crise ética atualmente, sobretudo no espaço escolar como uma tentativa de dar conta dos problemas atuais.

Portanto, na primeira parte do trabalho achamos necessário fazermos uma apresentação da moralidade como sendo um fato histórico fruto do aprendizado e convívio humano, a fim de mostrar que não nascemos como ser moral, pois as normas

e princípios morais são adquiridos e construídos a partir do momento em que nos encontramos inseridos na sociedade e também para mostrarmos que esta sendo um fato histórico, muda com o tempo. Tendo em vista isso, apresentamos Aristóteles como aquele que patrocina esses valores, já que desenvolve uma ética fruto da educação e hábito da vida prática.

Em seguida foi apresentado a teleologia aristotélica, isto é, a finalidade da ética aristotélica e como devemos fazer para alcançá-la. Desse modo, mostramos como o ser humano deve agir para alcançar tal finalidade. Essa parte foi importante para compreendermos que as virtudes aparecem como subsídios que nos norteiam para o caminho do bem e nos tornam melhores como seres humanos. Daí a importância das virtudes como elementos constitutivos para uma vida justa e feliz.

Depois, apresentamos o ensino de filosofia para mostrarmos como desenvolver o estudo da ética das virtudes a partir da relação com esse. Mostramos a importância de trabalhar a ética no ensino de filosofia atualmente com mais frequência, como uma forma de reforçar os valores éticos para que os discentes percebam sua contribuição para a formação ética e cidadã. Tratamos nessa parte a importância do ensino de filosofia com uma relação com os clássicos para justificar o uso da ética das virtudes. Citamos o ensino de filosofia numa perspectiva da ética aristotélica para mostrarmos como trabalhar atualmente a partir de uma relação com outros autores contemporâneos. Para isso, achou-se necessário fazer uma relação com filósofos atuais sobre como deve ser trabalhado esse ensino, para não correremos o risco de transpor ideias prontas e acabadas da história da filosofia.

Todavia, fizemos ainda nessa parte uma transição da moralidade com um conjunto de virtudes que achamos se adequar ao contexto atual e que possa ir contra os problemas éticos existentes no ambiente escolar da qual será proposta a intervenção. Pois sabemos que as virtudes aristotélicas foram escritas num contexto diferente do nosso e muitas delas nem se quer seriam reconhecidas. O conjunto de virtudes surge em consonância com os documentos legais como mecanismo de apoio para o fortalecimento dos valores éticos e o exercício da cidadania.

E por fim, apresentamos uma proposta de intervenção com sugestões de uma metodologia possível para trabalharmos a temática atualmente no Ensino Médio. Essa proposta foi feita com base na metodologia de Gallo em consonância com as Orientações Curriculares para o Ensino Médio que vão além da velha forma tradicional como são tratados os conteúdos filosóficos. A proposta metodológica de intervenção

tem o propósito de estimular os discentes à reflexão crítica sobre a forma de agir e de pensar os problemas éticos no espaço escolar e na sociedade. E espera-se obter mudanças de comportamento quanto à convivência a partir da mesma, já que a intervenção surge com essa ideia de mudança.

Portanto, com esta pesquisa, mostrou-se que a ética das virtudes com o ensino de filosofia atualmente é um ótimo aporte teórico para se pensar novas estratégias sobre a nossa realidade, pois sua ética ainda se mantém muito atual mesmo tendo sido escrita num contexto diferente do nosso.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABBAGNANO, N. **Dicionário de filosofia**. Tradução da 1ª edição brasileira coordenada e revista por Alfredo Bossi; São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ALVES, M. A. Ética e educação: caráter virtuoso e vida feliz em Aristóteles. **Acta Scientiarum Education**. Maringá, v.36, n.1, p.93-104, jan-june, 2014.

AMARAL, R. A. P; SILVA, D. A; GOMES, L. I. A Eudaimonia aristotélica, a felicidade como fim ético. **Revista vozes do Vales do Jequitinhonha e Mucuri-UFVJM-Minas Gerais- Brasil-nº 01-ano1-05/2012** Reg.: 120.2 095-2011-PROEXC/UFVJM- www.ufvjm.edu.br/vozes.

ARANTES, V. A. **Convivência democrática e educação: a construção de relações e espaços democráticos no âmbito escolar**. 2007 in MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO **Ética e cidadania: Construindo valores na escola e na sociedade /Secretaria de Educação Básica**, Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. - Brasília, 2007. 84p. ISBN 978-85 7783-001-5

ARAÚJO, V. F. A educação e a construção da cidadania: eixos temáticos da ética e da democracia. 2007 in MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO **Ética e cidadania: Construindo valores na escola e na sociedade /Secretaria de Educação Básica**, Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. - Brasília, 2007. 84p. ISBN 978-85 7783-001-5

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômacos**. Tradução de Mario da gama Kury- Brasília: Editora Universidade de Brasília .c1985, 4ª edição.2001.238 p.

BARRERE, A; MARTUCCELLI, D. A escola entre a agonia moral e a renovação ética. **Educação & Sociedade**, ano XXII, no 76, outubro/2001

BARREIRO, M. F. Ética e virtude na formação cidadã. **VI seminário Internacional sobre profissionalização docente (SIPD/ CATEDA Unesco)**. ISSN. 2176-1396. Disponível. educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/25060-12877.pdf.

BASTOS, M. J. A Importância da Ética na Educação. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**. Edição 05. Ano 02, Vol. 01. pp 264-276, julho de 2017. ISSN: 2448 - 0959. Link de acesso: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/etica-na-educacao>, DOI: 10.32749/nucleodoconhecimento.com.br/educaçã/ética-na-educaçã.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

_____. LDB – **Leis de Diretrizes e Bases**. Lei nº 9.394. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm

_____. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018. Disponível em ><http://portal.mec.gov.br/docman/abril-2018-pdf/85121-bncc-ensino-medio/file>.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: apresentação dos temas transversais, ética/** Secretaria de Educação Fundamental. - Brasília: MEC/SEF, 1997. 146p.

BOTO, C. **Ética e educação clássica: virtude e felicidade no justo meio**. Educação & Sociedade, ano XXII, no 76, outubro/2001.

CALOVI, G. E; MARMENTINI G. L. **A Ética Aristotélica. The Aristotelian Ethics**. Tempo e Eternidade na Idade Média Tiempo y Eternidad en la Edad Media – Time and Eternity in the Middle Ages. Jun-Dez 2010/ISSN 1676-5818.

CARVALHO, M. Sobre a filosofia e a história da filosofia. Entrevista com Marilena Chauí. In : CARVALHO, M; CORNELLI, G. **Filosofia e formação**. Cuiabá, MT: central de texto, 2013.

CERQUEIRA, M.C. Ética da ação em Aristóteles: o agir ético como ponte entre o indivíduo e *Pólis*. **Pensar- Revista eletrônica da FAJE** v.7 n.1 (2016):39-63.

CERLETTI, A. **O ensino de filosofia como problema filosófico/** tradução Ingrid Muller Xavier- Belo Horizonte: Autentica. Editora, 2009.

CESAR, R. P. O ensino de filosofia e a questão das virtudes, **Revista Pandora Brasil** - Nº 38 – janeiro de 2012 - ISSN 2175-3318.

CORNELLI, G; CARVALHO, M; COELHO, M. C. M.N. Filosofia e o conceito de clássico. In CARVALHO, M; CORNELLI, G. **Filosofia e formação**. Cuiabá, MT: central de texto, 2013.

DESLANDES, K.; FIALHO, N. **Diversidade no ambiente escolar: instrumentos para a criação de projetos de intervenção**. Belo Horizonte: Autêntica Editora; Ouro Preto, MG: UFOP, 2010.

FARESIN, J.L; NEVES, C. **A escola como espaço determinante para a utilização do diálogo: criando valores para a convivência**. 2019. Disponível em:<https://emporiiodireito.com.br/leitura/a-escola-como-espaco-determinante-para-a-utilizacao-do-dialogo-criando-valores-para-a-convivencia>.

GADAMER, H. G. **“Da palavra ao conceito.” In Hermenêutica Filosófica: nas trilhas de Hans-Georg Gadamer**, ed. Custódio Luís Silva de Almeida, Hans-Georg Flickinger, Luiz Rohden, trad. Hans-Georg Flickinger, 13-26. Porto Alegre: Edipucrs, 2000. In. ROHDEN, L. A virtude da solidariedade na hermenêutica enquanto um jogo de fusão de horizontes. **ethic@** - Florianópolis, Santa Catarina, Brasil, v. 19, n. 1, p. 135 – 148. Maio, 2020.

GALLO, S. **Ética e cidadania: caminhos da filosofia: elementos para o ensino de filosofia**. 14ª edição. Campinas, SP: Papyrus, 2006.

_____**Metodologia do ensino de filosofia: Uma didática para o ensino médio.** Campinas, SP:Papirus,2012.

_____**Filosofia: experiência do pensamento:** volume único, 2. ed. São Paulo: Scipione, 2016

GONÇALVES, I. C. R. H. Virtude e sujeito moral na filosofia moral de Alasdair MacIntyre. **Cadernos do PET Filosofia**, Vol. 3, n. 5, Jan-Dez, 2012, p. 82-90 ISSN 2178-5880.

GODOY, A. S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de administração de empresas**. São Paulo, v.35, n.3, p.20-29 mai/jun.1995.

HOOFT, S. V. **Ética das virtudes**; tradução de Fábio Creder. -Petrópolis, RJ:Vozes,2013.

HUGHES, G. J. Routledge Philosophy GuideBook to **Aristotle on ethics** / Gerard J. Hughes. p. cm.—(Routledge PhilosophyGuideBooks), B430.H84 2001.

JAEGER, W. **Aristoteles bases para la historia de su desarrollo intelectual.** Version española de José Gaos.Fondo de cultura econômica. Pánuco, 63. Mexico, 1946.

KLEIM, J. T. O que a ética aristotélica pode nos ensinar acerca das relações de consumo. ISSN 1984-3879, **SABERES**, Natal RN, v.1, n 13, mar,2016-34.

KOHAN, W.O. **Filosofia: o paradoxo de aprender e ensinar**/ tradução Ingrid Miller Xavier- Belo Horizonte: Autêntica editora, 2009. Coleção ensino de filosofia. ISBN 978-7526-394-5.

LODI, L. H; ARAÚJO, U.F. **Ética, cidadania e educação: escola, democracia e cidadania**, 2007 in MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO **Ética e cidadania: Construindo valores na escola e na sociedade /Secretaria de Educação Básica**, Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. - Brasília, 2007. 84p. ISBN 978-85 7783-001-5

LONG, C. P. 1969– **The ethics of ontology : rethinking an Aristotelian legacy** . State University of New York Press, Albany, 2004.

MACINTYRE, A. **Depois da virtude**; tradução de Jussara Simões; revisão técnica de Helder Buenos Aires de Carvalho- Bauru, SP: EDUSC, 2001. 478 p.

MARTINS, A.M. A doutrina da eudaimonia em Aristóteles **Hymanitas**-vol. XLVI (1994).

MARTINS, G. A; THEOPHILO, Carlos Renato. **Metodologia de Investigação científica para as Ciências Sociais Aplicadas.**2ª edição. São Paulo: Atlas, 2009.

MENTZOU, D. S. **Aristotles Contemporary Perspectives on his thought: on the anniversary of Aristotle's birth**. Boston: Gruyter, 2018.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Orientações Curriculares para o Ensino Médio: Ciências Humanas e suas Tecnologias**. Brasília: Secretaria de Educação Básica, 2006.

_____. **Ética e cidadania: Construindo valores na escola e na sociedade** / Secretaria de Educação Básica, Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. - Brasília, 2007. 84p. ISBN 978-85 7783-001-5

MORAES, J.Q. O liceu e o jardim: Eudaimonismo e hedonismo. **Boletim do CPA**, Campinas, nº 5/6, jan./dez.1998.

NODARI, P. C. Ética Aristotélica. **Síntese Nova Fase**, Belo Horizonte, v.12, n.78, 1997.

NUSSBAUM.M.C **A fragilidade da bondade: fortuna e ética na tragédia e filosofia grega**/ Martha C. Nussbaum; tradução Ana Aguiar Cotrim; revisão da tradução Aníbal Mari. – São Paulo: editora WMF Martins Fontes, 2009.

PEREIRA. A. Da erótica passional ao amor oblativo: A amizade segundo Aristóteles, *Ética a Nicômaco*. **Synesis**, v. 8, n. 1, p. 15-34, jan /jun. 2016, ISSN 1984-6754 © Universidade Católica de Petrópolis, Petrópolis, Rio de Janeiro, Brasil.

PEREIRA, R. S. Pólis e virtude em Aristóteles. **Revista de E.F e H. Da antiguidade, Campinas**, n; jul.2008/jun.2009.

PERINE, M. **Quatro lições sobre a ética de Aristóteles**. Edições Loyola. São Paulo, Brasil, 2006.

PINTO, E. F. **A ética aristotélica: o caminho para a felicidade completa**. Revista Filosofia Capital. ISSN 1982 6613 Vol. 5, Edição 11, Ano 2010.

PIRES, M. R; BELLO, O, D. **A escola na formação ética e moral do aluno**. VIII encontro de pesquisa em educação, 22 a 24 de setembro de 2015. ISSN 223780 22.

PIZZANI, L; SILVA, R.C; BELLO, F; HAYASHI, M.C.P.I. A arte da pesquisa bibliográfica na busca do conhecimento. **Rev. Dig. Bibl. Ci. Inf., Campinas**, v.10, n.1, p.53-66, jul./dez. 2012 – ISSN 1678-765X

ROCHA, N. F. L. **O agir ético segundo Aristóteles**. Dissertação apresentada à Universidade Estadual do Ceará como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Filosofia com área de concentração em Ética, 2009, 97.p.

RODRIGO, L. M. **Filosofia em sala de aula: teoria e prática para o ensino médio**/ Lídia Maria Rodrigo. – Campinas, SP: Autores Associados, 2009.

RODRIGUES N. Educação: da formação humana à construção do sujeito ético. **Educação & Sociedade**, ano XXII, no 76, outubro/2001.

- RODRIGUES, C. E. Ética Aristotélica: finalidade perfeição e comunidade. **POLYMATHEIA**- revista de filosofia (ISSN 1984- 9575. Fortaleza, vol. V, nº 7, 2009, p.51-67.
- ROHDEN, L. A virtude da solidariedade na hermenêutica enquanto um jogo de fusão de horizontes. **ethic@** - Florianópolis, Santa Catarina, Brasil, v. 19, n. 1, p. 135 – 148. Maio, 2020.
- SILVA, C. H. Virtudes e vícios em Aristóteles e Tomás de Aquino: oposição e prudência, **Boletim do CPA, Campinas**, nº 5/6, jan./dez. 1998.
- SILVA, E. J. A ética aristotélica como caminho que conduz o homem a felicidade plena. **Revista Húmus** - ISSN: 2236-4358 Jan/Fev/Mar/abr. 2013. Nº 7.
- SILVA, F. A. O devido como garantidor da excelência: análises a partir do livro V da Ética Nicomachea. **Revista de filosofia da região Amazônica**. Volume.3 número 1-jan. jul./2016. ISSN 23591951.
- SILVA, L.S; BRANCO, M. A; SOARES, J. S. **A virtude moral como condição primordial na ética a Nicômaco de Aristóteles**-XI salão de iniciação científica PUCRS, 09 a 12 de agosto de 2010.
- SILVA, W. S. A pesquisa qualitativa em educação. **Horizontes – Revista de Educação, Dourados**, MS, n.3, v2, janeiro a junho de 2014.
- STEFANI, J; MOLON. M. A. A responsabilidade moral em Aristóteles. **Controvérsia**, são Leopoldo, v.10, n. 01, p. 20- 34, jan. – abr. 2014.
- TELES, A. M. O. O Entendimento Cultural da Moral Cad. **de Pesq. Interdisc. em Ci-s. Hum-s.**, Florianópolis, v.11, n.98, p. 504-524, jan/jun. 2010.
- VAZ, M. **Ética de Platão e Aristóteles**: diferenças e semelhanças. Disponível em><https://www.psicologiamsn.com/2014/10/etica-de-platao-e-de-aristoteles-diferencas-e-semelhancas.html>.
- VEATCH, Henry. **O homem racional**: uma interpretação Moderna da ética aristotélica; tradução de Eduardo Francisco Alves-1 ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2006. 282 p.
- WAGNER, T. R. **A definição de virtude moral na ética Nicomaqueia de Aristóteles**. Dissertação apresentada ao curso de Mestrado do Departamento de Filosofia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre,2017.
- ZINGANO, M. **Sobre a ética Nicomaqueia de Aristóteles**: textos selecionados/coordenação de Marco Zingano- São Paulo: Odysseus Editora,2010.

APÊNDICES

Plano de aula

Disciplina: Filosofia

Professor: Rogério Sérgio dos Santos

Carga Horária: 2 aulas/ 50 minutos cada

O Plano de aula que ora se apresenta está fundamentado no modelo proposto conforme a Base Nacional Comum Curricular(BNCC).

Este plano é para o primeiro momento da intervenção, e tem como propósito uma aula introdutória de apresentação dos conteúdos a serem trabalhados no momento da intervenção na escola.

Habilidades

- (EM13CHS501) Compreender e analisar os fundamentos da ética em diferentes culturas, identificando processos que contribuem para a formação de sujeitos éticos que valorizem a liberdade, a autonomia e o poder de decisão (vontade).

Objetivo de Aprendizagem

- Compreender o conceito de felicidade em Aristóteles;
- Compreender a ética das virtudes aristotélica como meio de se chegar à felicidade;
- conhecer o conjunto de virtudes contemporâneas e refletir como essas virtudes podem dar conta dos problemas éticos no espaço escolar e sociedade.

Objeto do Conhecimento.

- A teleologia Aristotélica (felicidade)
- A ética das virtudes
- Conjunto de virtudes contemporâneas

Estratégia metodológica

1 Passo: sensibilização dos discentes sobre a proposta de intervenção presencial em sala de aula ou virtualmente pelo google meet (fóruns filosóficos com roda de conversa)

2 Passo: Apresentação de textos sobre a temática: uso de livros didáticos como exemplo “*fundamentos de filosofia*” Cotrim e Fernandes e seleção de textos da dissertação sobre as temáticas em questão. Divisão dos conteúdos por grupos, em média três grupos. Cada grupo ficará com uma temática como proposto no objeto do conhecimento (fóruns filosóficos com roda de conversa).

3 Passo: Debates sobre os temas propostos: aqui os grupos apresentarão o que compreenderam de cada temática. A apresentação será feita por fóruns filosóficos com roda de conversa.

Avaliação Qualitativa

Os alunos serão avaliados de acordo com o desempenho das atividades propostas.

Referências

COTRIM, G; FERNANDES, M. **Fundamentos da filosofia**. 4. Ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

PINTO, E. F. **A ética aristotélica: o caminho para a felicidade completa**. Revista Filosofia Capital. ISSN 1982 6613 Vol. 5, Edição 11, Ano 2010.

SILVA, E. J. A ética aristotélica como caminho que conduz o homem a felicidade plena. **Revista Húmus** - ISSN: 2236-4358 Jan/Fev/Mar/abr. 2013. Nº 7.

Plano de aula

Disciplina: Filosofia

Professor: Rogério Sérgio dos Santos

Carga Horária: 4 aulas/ 50 minutos cada.

Plano de aula: exibição do filme “CHASH” no limite. Tempo de apresentação 1 h 52 minutos e 18 segundos.

Tema do filme: racismo, preconceito, xenofobia, desigualdades etc...

É necessário quatro aulas para o desenvolvimento dessas atividades. Sendo duas para assistir o filme e duas para as discussões através dos fóruns filosóficos.

O Plano de aula que ora se apresenta está fundamentado no modelo proposto conforme a Base Nacional Comum Curricular(BNCC).

Este plano é para o segundo momento da intervenção e tem como propósito debates sobre os conteúdos a serem trabalhados no momento da intervenção na escola.

Habilidades

- (EM13CHS502) Analisar situações da vida cotidiana (estilos de vida, valores, condutas etc.), desnaturalizando e problematizando formas de desigualdade e preconceito, e propor ações que promovam os Direitos Humanos, a solidariedade e o respeito às diferenças e às escolhas individuais.
- (EM13CHS503) Identificar diversas formas de violência (física, simbólica, psicológica etc.), suas causas, significados e usos políticos, sociais e culturais, avaliando e propondo mecanismos para combatê-las, com base em argumentos éticos.

Objetivo de Aprendizagem

- Correlacionar os problemas éticos do filme a realidade cotidiana dos discentes;
- Problematicar as questões éticas como racismo, preconceito, desigualdades sociais existentes no contexto escolar e sociedade;
- Refletir como o conjunto de virtudes podem ajudar superar os problemas éticos ajudando na boa convivência.

Objeto do Conhecimento.

- Filme CRASH no limite
- Problemas éticos como: racismo, preconceito, desigualdades etc.
- Conjunto de virtudes contemporâneas

Estratégias metodológica

1. Passo: exibição do filme “Crash no limite”. Esse momento é de sensibilização sobre a temática da intervenção filosófica. O filme é o meio de chamar atenção dos discentes sobre o tema em questão e às questões que serão debatidas nos fóruns filosóficos. O filme poder assistido em casa ou mesmo na escola o momento da aula. É necessário de duas aulas para a exibição do filme.

2. Passo: fóruns filosóficos com roda de conversa problematizando as questões abordadas no filme correlacionando aos problemas escolares e da sociedade como racismo, preconceito, segregação, desigualdades etc.

3. Passo: é o momento da investigação, onde o professor pode buscar na história elementos que permita pensar como dar conta dos problemas em questão. O professor pode abordar outros tipos de éticas. Porém esse é o momento de o professor juntamente com os discentes pensar no conjunto de virtudes contemporâneas como tentativa de dar conta dos problemas favorecendo a boa convivência no espaço escolar / sociedade.

4. Passo: por fim vem a conceituação, que é o momento em que se espera que os discentes a partir dos debates possam ser capazes criar seus próprios conceitos e que o exercício da cidadania seja uma conquista dos mesmos.

Avaliação Qualitativa

Os alunos serão avaliados de acordo com o desempenho das atividades propostas.

Referências

CRASH no limite disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=FJYqCnWQw68>

COTRIM, G; FERNANDES, M. **Fundamentos da filosofia**. 4. Ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

GALLO, S. **Metodologia do ensino de filosofia**: Uma didática para o ensino médio. Campinas, SP:Papirus,2012.

PINTO, E. F.**A ética aristotélica**: o caminho para a felicidade completa. Revista Filosofia Capital. ISSN 1982 6613 Vol. 5, Edição 11, Ano 2010.

SILVA, E. J. A ética aristotélica como caminho que conduz o homem a felicidade plena. **Revista Húmus** - ISSN: 2236-4358 Jan/Fev/Mar/abr. 2013. Nº 7.